

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUCP-SP**

Felipe Oliveira de França

**A legitimação do poder político no discurso de posse
presidencial de Fernando Collor de Mello no contexto da
redemocratização política brasileira pós-regime militar**

Mestrado em Língua Portuguesa

**São Paulo
2025**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUCP-SP

Felipe Oliveira de França

**A legitimação do poder político no discurso de posse
presidencial de Fernando Collor de Mello no contexto da
redemocratização política brasileira pós-regime militar**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação do Prof. Dr. Jarbas Vargas Nascimento.

São Paulo
2025

BANCA EXAMINADORA

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço o apoio da FUNDASP.

AGRADECIMENTOS

A Leonides Oliveira de França, minha amada e eterna mãe, pelo zelo pela minha educação e amor incondicional. Este trabalho é nosso.

Ao Professor Doutor Jarbas Vargas Nascimento, pelos ensinamentos, pela parceria, compreensão e contribuição protagonista para o fomento do estudo da Análise do Discurso de linha francesa no Brasil.

À professora Doutora Izilda Nardocci e ao Professor Doutor Jonas Eliakim D'Angelo, pela leitura crítica desta Dissertação, que resultou em apontamentos valiosos e por aceitarem participar das Bancas de Qualificação e Defesa.

À Coordenação e aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da PUC-SP, pela oportunidade.

Ao Marcos, Assistente de Coordenação do Programa, pelo suporte constante ao longo deste trabalho, pela simpatia e profissionalismo de sempre.

Ao meu pai, Mário Luiz de França, minha referência de caráter, trabalho e responsabilidade.

À minha irmã, Maria Aldmere, pelo exemplo, pelas brigas e parceria.

À Minha tia Munda, meu tio Zezinho, minhas primas Fernanda e Bruna, pelo amor e pelos bons momentos.

Aos meus amigos, Gabriel, Eduardo, Victor, Dário, Matheus, João Benz e Maria Lydia, pelas incontáveis alegrias.

Ao Paulo, companheiro de pós-graduação, pelo exemplo de profissional docente e acadêmico e pelas risadas.

Aos meus companheiros de aventura, Suzy, Myke, Nino e Negão.

Aos meus ex-alunos do Colégio Fernão Dias Pais. Amo muito vocês.

A todos os docentes e acadêmicos, pela bela e árdua luta do nosso ofício.

RESUMO

FRANÇA, Felipe Oliveira. **A legitimação do poder político no discurso de posse presidencial de Fernando Collor de Mello no contexto da redemocratização política brasileira pós-regime militar.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2024.

Esta Dissertação propõe uma análise do discurso de posse presidencial de Fernando Collor de Mello, sob a perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa (AD). Procuramos compreender como mecanismos discursivos contribuíram para o processo de legitimação do poder político no discurso analisado. Para isto, norteamos nossa pesquisa, atentando-nos às seguintes questões: de que maneira o discurso de Collor reflete o contexto político, econômico e social do Brasil no início dos anos 1990? De que maneira seu discurso de posse responde às expectativas da sociedade em um período de redemocratização e crise econômica. Por meio de nossas pesquisas, buscamos ampliar as discussões teóricas sobre as categorias da Análise do Discurso, abordando um *corpus* ainda pouco explorado na perspectiva que adotamos. A presente Dissertação está estruturada da seguinte forma: contextualização histórica do *corpus*; fundamentação teórica e análise. Para a análise do elemento político do discurso, recorreremos às contribuições de teóricos da Ciência Política acerca de conceitos de liberdade, natureza humana, legitimidade do poder e função da política. Para a contextualização histórica do *corpus*, analisamos eventos históricos relevantes, que contribuíram para a configuração do contexto político da redemocratização do Brasil pós-regime militar. No segundo capítulo, apresentamos o repertório teórico selecionado para a fundamentação da análise. Desta forma, recorreremos às contribuições de teóricos da Ciência Política acerca de conceitos fundamentais que norteiam a disciplina e às contribuições de teóricos da Análise do Discurso de linha francesa e da Análise do Discurso Político. Levamos em consideração as seguintes categorias: formação discursiva, interdiscurso, cenas de enunciação e *ethos*. Em relação à Análise do Discurso Político, consideramos as categorias ato de linguagem, ação política e suas instâncias e valores. As principais referências teóricas da Análise do Discurso utilizadas foram retiradas de Maingueneau (2007, 2008s e 2020). Para a Abordagem do discurso político, levamos em consideração Charaudeau (1996 e 2008). Dentre os resultados de nosso estudo, pudemos observar como o discurso de posse de Collor aborda as tensões e dialoga com aspirações do contexto de redemocratização política do Brasil no início dos anos 1990. Para sua legitimação, o discurso analisado apoia-se na constituição de um *ethos* atrelado a identidades relacionadas à democracia, à moralização política e ao liberalismo austero.

Palavras-chave: Análise do Discurso de linha francesa; discurso político; *ethos*; formação discursiva; interdiscurso; cenas da enunciação.

ABSTRACT

FRANÇA, Felipe Oliveira. **The legitimation of political power in Fernando Collor de Mello's presidential inauguration speech in the context of Brazilian political redemocratization post-military regime.** Masters Dissertation. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 2024.

This dissertation proposes an analysis of Fernando Collor's presidential inauguration speech from the perspective of French Discourse Analysis. We aim to understand how discursive elements contributed to the process of legitimation of political power in the analyzed speech. To this end, our research is guided by the following questions: how does Collor's speech reflect the political, economic, and social context of Brazil in the early 1990s? How does the speech respond to the expectations of society during a period of redemocratization and economic crisis? Through our contributions, we seek to expand theoretical discussions on the categories of Discourse Analysis, addressing a *corpus* that has been little explored. The present dissertation is structured as follows: historical contextualization of the corpus; theoretical framework; and analysis. For the analysis of the political element of the speech, we draw on the contributions of Political Science theorists regarding concepts of liberty, human nature, legitimacy of power, and the function of politics. For the historical contextualization of the corpus, we analyze relevant historical events that contributed to shaping the political context of Brazil's redemocratization after the military regime. In the second chapter, we present our interpretation of the theoretical framework selected for the foundation of the analysis. Thus, we rely on the contributions of Political Science theorists regarding key concepts that guide the discipline, as well as the contributions of French Discourse Analysis theorists and Political Discourse Analysis theorists. We consider the following categories of French Discourse Analysis: discursive formation, interdiscourse, scenes of enunciation, and *ethos*. Regarding Political Discourse Analysis, we consider the categories of speech act, political action, and their instances and values. The main theoretical references used for Discourse Analysis were Maingueneau (2007, 2008, and 2020). For the approach to political discourse, we take into account Charaudeau (1996 and 2008). Among the results of our study, we observed how the speech addresses the tensions and engages with the aspirations of Brazil's political redemocratization context in the early 1990s. For its legitimation, the analyzed speech relies on the construction of an *ethos* linked to identities associated with democracy, political moralization, and austere liberalism.

Keywords: French Discourse Analysis; political discourse; *ethos*; discursive formation; interdiscourse; scenes of enunciation.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	10
CAPÍTULO I – CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE POSSE PRESIDENCIAL DE FERNANDO COLLOR DE MELLO	13
1.1. Os processos históricos relacionados à trajetória da política brasileira e seu reflexo no contexto da redemocratização pós regime-militar	13
1.1.1. A organização política brasileira no período colonial e no Império	14
1.1.2. A organização partidária no Brasil em suas origens políticas	19
1.1.3. Da Proclamação da República à ditadura: rupturas e continuidade na formação política da República brasileira	22
1.1.4. O processo de redemocratização e a luta por igualdade no Brasil pós-ditadura	30
1.1.5. A trajetória política de Fernando Collor e a cobertura midiática da disputa eleitoral de 1989.....	33
1.1.6. A cerimônia de posse	34
1.2. Considerações sobre o legado político brasileiro e as demandas populares	36
CAPÍTULO II – O CONCEITO DE POLÍTICA, O DISCURSO POLÍTICO E A ANÁLISE DO DISCURSO	37
2.1. Legitimidade do Poder Político: Categorias de Análise	38
2.1.1. Os fundamentos da política	38
2.1.2. Pensadores clássicos e as correntes políticas idealistas.....	41
2.1.3. Marx, o materialismo histórico e contraste em relação às correntes idealistas	46
2.2. Considerações sobre os fundamentos da política	52
2.3. A relação entre ação política e discurso	52
2.4. A Análise do discurso e a Análise do Discurso Político	54
2.4.1. O ato de linguagem	57
2.4.2. Enunciação e enunciado	61
2.4.3. Categorias de análise do discurso	64
2.4.3.1 Formação discursiva e o interdiscurso	64
2.4.3.2 A noção de gênero de discurso	67
2.4.3.3 Acenas da enunciação	70
2.4.3.4 A constituição do <i>ethos</i>	72
2.4. O discurso político	78
2.4.1. A ação política	79
2.4.2. As instâncias	80
2.4.3. Os valores	82

**CAPÍTULO III – A ANÁLISE DO PRONUNCIAMENTO DE POSSE DE FERNANDO COLLOR
SEGUNDO ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA E A ANÁLISE DO DISCURSO
POLÍTICO**

.....	84
3.1 A seleção do <i>corpus</i>	84
3.2 O discurso de posse da presidência da república de Fernando Collor	85
3.3 O discurso de posse como ato de linguagem e ação política.....	86
3.3.1. Análise das instâncias	92
3.3.2. A validação do discurso político	90
3.4. O pronunciamento à luz das categorias de análise da Análise do Discurso de linha francesa	92
3.4.1. Análise das formações discursivas	93
3.4.2. Análise do interdiscurso.....	96
3.4.3. A configuração das cenas da enunciação	97
3.4.4. A constituição do <i>ethos</i>	101
3.4.4.1 O <i>ethos</i> pré-discursivo	102
3.4.4.2 O <i>ethos</i> discursivo dito	105
3.4.4.3 O <i>ethos</i> discursivo mostrado	106
3.4.4.4 O <i>ethos</i> efetivo	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	121
Anexo I - Discurso de posse à presidência da República de Fernando Collor. 15 jan. 1990...	122

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta Dissertação propõe uma análise do discurso político fundamentada na Análise do Discurso de linha francesa. Como meta geral, procuramos compreender o processo de legitimação do discurso político de posse presidencial de Fernando Collor Mello no contexto da redemocratização política brasileira pós-regime militar. Para isso, visamos a analisar o *corpus*, segundo categorias da Análise do Discurso de linha francesa de acordo com Dominique Maingueneau (2020, 2007 e 2008a). O discurso selecionado para análise marca o início do mandato do 32º presidente do Brasil, eleito na primeira eleição direta após o regime militar. A abordagem realizada debruça-se sobre construção dos efeitos de sentido no discurso analisado e procura responder às seguintes questões: Como o discurso de Collor reflete o contexto político, econômico e social do Brasil no início dos anos 1990? De que maneira o discurso de posse responde às expectativas da sociedade em um período de redemocratização e crise econômica.

O discurso selecionado é reconhecido como um pronunciamento icônico em relação à trajetória política brasileira, firmando-se como o primeiro discurso de posse proferido por um presidente eleito diretamente, após o processo de redemocratização e, portanto, atrelado a um contexto de grandes expectativas sociais com relação à conquista de uma maior representatividade popular na política do país após 29 anos do regime militar. A análise do *corpus* selecionado segundo a Análise do Discurso de linha francesa (AD) permite a composição de um quadro analítico, que se justifica por seu potencial em contribuir para a compreensão dos recursos discursivos utilizados para alcançar legitimação. Do mesmo modo, o presente trabalho visa a contribuir para ampliação das discussões teóricas sobre as categorias da AD abordadas, por meio da análise de um *corpus* ainda pouco explorado pela disciplina.

Estruturamos a presente Dissertação em três capítulos, organizados de modo que a abordagem realizada possa integrar de maneira pertinente o contexto sócio-histórico em que se insere o *corpus* e o arcabouço teórico para fundamentação da análise.

O primeiro capítulo é dedicado às condições sócio-históricas de produção do *corpus*, no qual examinamos o cenário político que envolve o discurso de posse presidencial de Fernando Collor de Mello, com ênfase no período de redemocratização do Brasil, pós regime militar. Observamos, contudo, eventos históricos, que consideramos relevantes, relacionados a momentos prévios da história da política brasileira, anteriores ao pronunciamento, a fim de identificar fenômenos que possam ter contribuído para a constituição da cenografia em que se dá o discurso analisado. Para isto, observamos a evolução de elementos políticos dos assim divididos grandes períodos da história do Brasil: colonial, imperial e República, visando a observar as antigas origens das expectativas sociais, que se manifestavam no contexto da redemocratização e que motivaram as temáticas tratadas pelo autor do discurso analisado e a maneira como foram abordadas no pronunciamento.

No segundo capítulo, apresentamos nossa leitura do repertório teórico selecionado para a fundamentação da análise. Desta forma, recorreremos às contribuições de teóricos da Ciência Política acerca de conceitos fundamentais, que norteiam a disciplina e às contribuições de teóricos da Análise do Discurso de linha francesa e da Análise do Discurso Político. Para o aporte teórico da Ciência Política, valemo-nos das abordagens dos seguintes pensadores: Hobbes (2002, 2003), Rousseau (2001, 2021), Kant (2007), Arendt (2008, 2018) e Bobbio et al. (1998). Este aparato serviu de base para a análise do *corpus*, segundo categorias da Ciência Política, que consideramos pertinentes para a observação dos mecanismos políticos do discurso analisado. Elencamos as abordagens dos autores supracitados acerca das seguintes categorias teóricas: liberdade, natureza humana, legitimidade do poder e função da política. A escolha dos autores visa a explorar como suas abordagens interagem com estas questões. O recorte realizado não objetiva propor um instrumental teórico completo para tratar da questão política do discurso; tem como propósito elencar categorias analíticas pertinentes para a análise da constituição da legitimidade do poder político por meio do discurso. Os autores selecionados fornecem perspectivas, que contribuiriam de forma basilar para a questão da legitimidade do poder na política, além de proverem perspectivas diversas a respeito dos

conceitos trabalhados, o que permite observar que linha de pensamento político efetivamente se manifesta no discurso analisado.

Acerca das categorias selecionadas como referencial teórico da Análise do Discurso Político, valemo-nos das contribuições de Charaudeau (2008), considerando sua proposta a respeito dos conceitos de ato de linguagem, ação política, instâncias de enunciação e valores. Esse arcabouço teórico possibilitou investigar como o pronunciamento de posse analisado mobiliza temas como moralização, austeridade econômica e democracia, dialogando com o imaginário coletivo e as expectativas sociais do período.

Ademais, no segundo capítulo, levamos em consideração as bases teóricas da Análise do Discurso de linha francesa (AD) relacionadas aos conceitos de enunciação, formação discursiva, interdiscurso, cenas da enunciação e *ethos*. Para isto, levamos em consideração os trabalhos Maingueneau (2007, 2008a e 2020).

No terceiro capítulo, realizamos a análise do *corpus* por meio da aplicação das categorias teóricas mencionadas. Iniciamos a análise do *corpus* segundo as categorias da Análise do Discurso Político de Charaudeau (2008), para observar a configuração dos mecanismos discursivos relacionados ao processo de legitimação do poder. Em seguida, utilizamos as categorias da AD, segundo Maingueneau (2007, 2008a e 2020), para analisar a construção dos efeitos de sentido produzidos no/pelo discurso de posse de Fernando Collor de Mello. Observamos como se dá este processo por meio da análise das Formações Discursivas e interdiscursividade, relacionadas aos elementos discursivos evocados no *corpus*, da cena englobante política e da cena genérica ao qual pertence o discurso analisado. Desta forma, pudemos observar os elementos que configuram a cenografia do *corpus*, bem como a articulação destes elementos na constituição do *ethos*.

CAPÍTULO I

CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE PRODUÇÃO DO DISCURSO DE POSSE PRESIDENCIAL DE FERNANDO COLLOR DE MELLO

Neste capítulo, examinamos momentos e eventos históricos relacionados ao desenvolvimento da trajetória política brasileira. Observamos características dos modelos de governo praticados ao longo da história do Brasil, bem como conflitos sociais, que caracterizaram a época. Marcado por fortes expectativas sociais, o contexto da eleição de 1989 – a primeira com participação direta em quase três décadas, revela anseios da população brasileira relacionados à participação popular e idoneidade administrativa por parte dos governantes. Assim, a análise de eventos históricos anteriores oferece um panorama contextual para compreensão das dinâmicas políticas, sociais e econômicas, que moldaram o cenário do Brasil no período da eleição de 1989, revelando a profundidade dos anseios populares e os desafios da redemocratização.

1.1. Os processos históricos relacionados à trajetória da política brasileira e seu reflexo no contexto da redemocratização pós regime-militar

A trajetória política do Brasil, de acordo com Fausto (2008), é marcada por uma série de transformações que refletem uma constante busca por representação popular e justiça social. O período colonial marcou o início de uma exploração econômica desenfreada e a implementação da mão de obra escrava, medidas cujas consequências marcaram a trajetória da sociedade brasileira de maneira significativa até os dias atuais. A transição da Colônia para o Império trouxe novas instabilidades políticas e, mais tarde, a República viu alternâncias significativas entre governos civis e militares, em meio a um debate crescente sobre cidadania e direitos. Com o golpe de 1964 e a instauração da ditadura militar, o país passou por um período de repressão e censura que estimulou movimentos de resistência e culminou no processo de redemocratização nos anos 1980 (Fausto, 2008).

Observamos fatos históricos relevantes dos três grandes períodos históricos do Brasil: colonial, imperial e republicano, para explorar como esses marcos carregam influências que, até os dias atuais, agem sobre nossas estruturas políticas e sociais

1.1.1. A organização política brasileira no período colonial e no Império

A exploração econômica do Brasil Colônia e a dependência de mão de obra escrava são fatores que impactaram de forma significativa na formação da sociedade brasileira e contribuíram de maneira direta, dentre outras implicações, para a construção de uma base social e racialmente desigual, conforme colocado por Fausto (2008). Além disso, a busca por autonomia e representação política por parte das elites locais, que se sentiam marginalizadas pelo controle metropolitano de Portugal, contribuiu para o desejo de independência associado à necessidade da formação de uma identidade coletiva.

A ideia de uma construção identitária nacional, de acordo com Fausto (2008), é marcada por um contexto de desigualdades históricas, originadas no período colonial, que estabeleceu uma estrutura social e econômica excludente. O conceito de identidade pode ser definido como um *processo de construção de significado com base em um atributo cultural ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado*. (CASTELLS, 2018, p.54).

Fausto (2008) aponta que o processo de formação de uma identidade brasileira, compartilhada, emerge em um contexto de desigualdades históricas, enraizadas na estrutura excludente do período colonial. Esse cenário evidencia a formação de um imaginário coletivo marcado pela sujeição hierárquica em dimensões sociais, econômicas e culturais, o que reflete as disparidades presentes na formação do Brasil enquanto nação.

Castells (2018) define a identidade como um processo de construção de significado que se fundamenta em atributos culturais vigentes. O contexto colonial brasileiro descrito por Fausto (2008) é permeado por desiguais nos diversos setores da sociedade. É pertinente, observar, portanto, em que medida os atributos culturais que prevaleceram na formação de um imaginário coletivo

perduraram em função de dinâmicas de poder herdadas do período colonial, perpetuando desigualdades ao longo da história.

De acordo com Musto, (2022), no contexto colonial brasileiro, a exploração da mão de obra escrava e a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários refletem uma estrutura, nos termos de Marx (2013), pré-capitalista, na qual os donos de terras e representantes das classes dominantes exploram a força de trabalho dos escravizados ao passo que a concentração de terras e renda se estabelece como marca do modelo econômico que se constituía. A economia colonial exerceu papel fundamental na construção de uma hierarquia social rígida e profundamente desigual no cenário político brasileiro (Fausto, 2008).

No recorte abaixo, da Carta de Anistia Geral, Dom Pedro I e José Bonifácio de Andrada expressam a preocupação da corte portuguesa com possíveis dissidentes do projeto de independência política em curso no Brasil e oferece anistia àqueles que se manifestarem favoráveis à causa:

Podendo ocorrer que ainda existam no Brasil dissidentes da grande causa da sua Independência política, proclamada pelos povos e que jurei defender, os quais, ou por crassa ignorância, ou por cego fanatismo pelas antigas opiniões, espalhem rumores nocivos à união e tranquilidade de todos os bons brasileiros; e até mesmo ousem formar prosélitos de seus erros: cumpre imperiosamente atalhar ou prevenir esse mal, separando os pérfidos e expurgando-os do Brasil, para que suas ações e a linguagem de suas opiniões depravadas não irrite os bons e leais brasileiros a ponto de atear a guerra civil, que tanto me empenho em evitar. E porque desejo sempre aliar a bondade com a justiça e com a salvação pública, suprema lei das nações: hei por bem, com o parecer do meu Conselho de Estado, ordenar o seguinte: Fica concedida anistia geral para todas as passadas opiniões políticas até a data deste meu real decreto, excluídos, todavia, aqueles que já se acharem presos ou em processo. (DOM PEDRO; BONIFÁCIO, 1822)

Dentre outras motivações, a intenção da corte para com o projeto de independência da colônia brasileira era a de preservar a estabilidade e evitar conflitos civis. A argumentação utilizada no comunicado se vale de premissas difundidas por vertentes idealistas liberais da filosofia política da época, como as

de Hobbes (2002) e Kant (2003), que afirmam que o Estado é única forma de organização social capaz de prover a segurança e a ordem públicas. A premissa quanto à necessidade de uma instituição governamental para garantia da ordem pública é presente até hoje em teorias políticas de referência. Bobbio (2012) reforça a visão de que o Estado moderno é essencial para a garantia da segurança e da ordem em uma sociedade, destacando o papel das instituições e das normas no controle dos conflitos sociais.

Na Carta de Anistia, é defendido um posicionamento neste sentido, usado para justificar a existência de um governo absoluto a partir da ideia de que ele próprio é a instância capaz de manter a ordem e/ou, conforme Hobbes (2003), de proteger a propriedade. Na carta de dom Pedro, prover a segurança social é o argumento fundamental para o estabelecimento do novo regime.

Hobbes (2002) destaca que, apesar de deter o poder absoluto, o governo muitas vezes é incapaz de garantir a justiça e a equidade entre os indivíduos. O período imperial no Brasil foi marcado pela ocorrência de múltiplas revoltas populares, em reflexo da grande insatisfação da sociedade em relação a diversos aspectos do governo, principalmente com relação à ausência de uma autoridade política nacional (Fausto, 2008).

De acordo com Fiorin (2009), a estrutura de exploração construída ao longo de séculos na sociedade brasileira e a concentração de poder são elementos de visível influência sobre o processo de formação de uma identidade nacional brasileira. A independência do Brasil Colônia foi declarada por Dom Pedro I em 1822, após mais de três séculos de um regime colonialista exploratório. A dinâmica social do colonialismo português foi marcada pela profunda exploração da mão de obra escrava, de acordo com Carvalho (2002), resultando em uma hierarquia social rigidamente estratificada. A escravização de indígenas e africanos não apenas sustentou a economia colonial, mas também moldou as relações sociais, gerando um profundo legado de desigualdade.

Pedro I foi designado para o cargo de imperador no processo de independência. Ele era o príncipe português e herdeiro do trono de Portugal – na prática, de acordo com Fiorin (2009), não houve uma separação total em

relação à antiga metrópole. Desta forma, a fim de consolidar a independência, a constituição do que se poderia chamar de uma identidade coletiva brasileira começou com a necessidade de "nacionalizar" o próprio monarca, que precisava ser aceito como um líder autêntico do Brasil, apesar de suas raízes portuguesas (Fiorin, 2009).

O período imperial foi marcado, ainda, pela promulgação da Constituição de 1824. Conforme colocado por Fausto (2008), a outorga da primeira Constituição do Brasil estabeleceu um sistema monárquico constitucional e delineou as estruturas de poder do novo império. Ela introduziu princípios como a divisão dos poderes e a limitação do poder do monarca (Fausto, 2008). Nesse contexto, o debate sobre a emancipação dos escravos começou a ganhar força durante o Império, com a atuação de abolicionistas e pressões internacionais.

Além do estabelecimento da Constituição e da abolição da escravatura, de acordo com Fausto (2008), a centralização do poder continuou sendo um problema, o que acarretou uma disputa de forças entre o governo e a sociedade que reivindicava. Além disso, o Império construiu instituições políticas e judiciais que serviram como base para a administração pública e a justiça no Brasil independente. O Parlamento brasileiro foi instituído no regime imperial, embora as instituições governamentais fundadas na época estivessem sujeitas à pouca maturidade da estrutura política em torno da qual foram estabelecidas.

Os fatos alinhados, os depoimentos recolhidos, autênticos aqueles, prestigiosos estes, são concordes em demonstrar que o chamado parlamentarismo imperial brasileiro nunca existiu, pelo menos o verdadeiro sistema parlamentar de governo, elaborado na Europa pela prática inglesa e fixado no continente pelo constitucionalismo do século XIX. No Brasil, a instituição constitucional do Poder Moderador¹ – único no mundo – fez do nosso chamado governo

¹ O "Poder Moderador" era uma característica única no sistema político do Império Brasileiro (1822-1889). Foi uma inovação institucional introduzida na Constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, que estabeleceu o Brasil como uma monarquia constitucional. Era um poder atribuído exclusivamente ao monarca, que, no caso do Brasil, era o imperador. Suas principais funções incluíam: Garantir a estabilidade política: O monarca tinha a autoridade para intervir nos outros poderes (Legislativo e Judiciário); Nomeação e demissão de ministros: O imperador tinha o poder de nomear e demitir ministros, incluindo o primeiro-ministro, o que lhe dava influência direta sobre o governo; Convocar e dissolver o Parlamento: O imperador tinha a autoridade para convocar e dissolver o Parlamento (chamado de Assembleia Geral) e, assim, influenciar o processo legislativo (SCANTIMBURGO, 1980).

parlamentar algo *sui generis* inteiramente diverso do que a doutrina conceitua com esse nome. (FRANCO,1999, p. 33)

O parlamento brasileiro instituído no império não gozava da autonomia devida ao Poder Legislativo, ele estava sujeito ao Poder Moderador. Os parlamentares eram eleitos ou destituídos pelo chefe de Estado, em vez de ser escolhidos por voto direto. Este cenário refletia a falta de representatividade popular, fato que gerava grande insatisfação com o regime por parte da população (Franco,1999).

O período colonial e o imperial no Brasil foram fortemente marcados pela ausência de representatividade política por parte da população e pela desigualdade econômica Fausto (2008). Tratava-se de uma estrutura social e política que privilegiava as elites agrárias, com um sistema de latifúndios e uma economia baseada na monocultura e no trabalho escravo. A maioria da população, composta por escravizados e pessoas de baixa renda, não possuía direitos políticos e nem participava das decisões econômicas. De acordo com Carvalho (2002), em 1872, somente 16% da população brasileira era alfabetizada. Apenas com a chegada da corte, em 1808, começaram a surgir as primeiras instituições de ensino superior. Em contrapartida, no final do período colonial da América espanhola, o território já contava com 23 universidades.

De acordo com Carvalho (2002), as reformas institucionais na transição do período colonial brasileiro para o regime imperial pouco alteraram esse cenário de exclusão, perpetuando a desigualdade e a falta de representatividade ao longo do Império. Para Arendt (1950-1959), a política é um espaço de deliberação coletiva, cuja participação depende de fatores que assegurem a liberdade e autonomia. A participação política no Brasil pré-imperial ainda era fortemente regulada pela coroa portuguesa. A privação do acesso à educação à população colonial configurava um impeditivo que tornaria ainda mais inviável a ascensão social dos grupos dominados. Isso limitava de maneira ainda mais crônica a participação popular na política naquele contexto.

A exclusão nesse âmbito impede a construção de um espaço comum no qual as pessoas possam expressar sua liberdade e influenciar nas decisões políticas. A desumanização e a falta de representação política criam uma

sociedade em que o real usufruto da liberdade não pode ser plenamente praticado (ARENDDT, 1950-1959).

1.1.2. A organização partidária no Brasil em suas origens políticas

A exclusão política no Império, ao limitar a liberdade e a participação efetiva dos indivíduos, revela as bases históricas de uma estrutura partidária que se formava que, desde suas origens, reflete as desigualdades e a complexidade do cenário político e social brasileiro. De acordo com Bobbio et al. (1998) a formação das organizações partidárias é um índice capaz de refletir a complexidade das estruturas políticas de um país.

Partidos surgem quando o sistema político alcançou um certo grau de autonomia estrutural, de complexidade interna e de divisão do trabalho que permitam, por um lado, um processo de tomada de decisões políticas em que participem diversas partes do sistema. (BOBBIO et al., 1998, p. 899)

As primeiras organizações partidárias no Brasil remontam ao período colonial, momento em que surgiram movimentos que já defendiam ideais de emancipação da colônia, como afirma Mourão (2008), embora a institucionalização desses partidos tenha se dado reconhecidamente a partir da Independência. Com a chegada da corte, destacava-se um grupo de estrangeiros partidários do vínculo colonial entre o Brasil e a metrópole, enquanto, de outro lado, brasileiros defendiam a independência. Esses grupos já podiam ser considerados manifestações embrionárias de ideais políticos conservadores e liberais e de outros que viriam a surgir adiante (Franco, 1980). Essas organizações, contudo, ainda não podiam ser consideradas partidos de fato, assim como afirma Franco:

(...) é possível que identifiquemos grupos e até associações políticas antes da Independência e da Constituição. A luta pela predominância de certos interesses sociais sobre outros, dentro do organismo do Estado, é sempre uma luta política e de grupos políticos, qualquer que seja o regime instituído no mesmo Estado. Mas, no sentido técnico constitucional, não podemos chamar partidos a tais grupos, mas, apenas facções. (FRANCO, 1980, p. 25)

A constituição de 1824 estipulou regras rígidas para a eleição de parlamentares. Por exemplo, mulheres não podiam votar e era necessário alcançar uma renda mínima para pleitear os cargos de senador e deputado. Além do mais, a efetivação do Poder Moderador conferia ao imperador uma concentração de poder tal que inviabilizava qualquer forma concreta de organização partidária (Jobim; Porto, 1996). Contudo, no Brasil, tomavam forma organizações consideradas ainda facções políticas: os monarquistas, os moderados e os radicais. De acordo com Mourão (2008), os monarquistas foram originados dos grupos estrangeiros e defendiam ideias conservadoras e manutenção do poder vigente. Aqueles que defendiam um posicionamento favorável a ideia de emancipação do Brasil em relação a Portugal formaram o grupo dos radicais, que já eram partidários de iniciativas republicanas e federativas. Havia ainda os moderados – que compartilhavam de ideias divergentes daquelas defendidas pelos radicais, eles defendiam reformas no sistema monárquico.

Esse quadro, segundo Mourão (2008), deu origem a dois grupos mais organizados que vigoraram no cenário político imperial: o Partido Conservador e o Partido Liberal. Os grupos políticos associados a essas frentes ainda não eram partidos políticos no sentido formal. Eles ainda eram facções políticas, sem uma estrutura organizacional sólida e sem uma plataforma partidária que caracterizam os partidos políticos contemporâneos. Acerca dos ideais defendidos por esses partidos, Mourão afirma:

[...] os conservadores eram mais autoritários e representavam a manutenção do status quo, com a ideia de um governo fortemente centralizado; os liberais se batiam pela autonomia das províncias, com a vigência de uma federação, com um governo de maiores atribuições ao Parlamento e com a abolição do Poder Moderador exercido pelo imperador. (MOURÃO, 2008, p. 49)

Embora representassem posicionamentos distintos, as facções políticas eram formadas por membros da elite e estavam fortemente ligados por sua natureza, associada à burguesia ou à nobreza, cujo poder se fundava na propriedade rural (Mourão, 2008). O bipartidarismo não dava conta da diversidade de pautas e ideias dos diversos grupos sociais que já havia. Durante o período do Segundo Reinado (1840-1889), que foi marcado pelo longo governo

de Dom Pedro II, cresceu a insatisfação com o regime e insurgiram diversos conflitos e revoluções.

Dentre esses conflitos, destaca-se a Guerra do Paraguai (1864-1870). De acordo com Schwarcz e Starling (2015), o Brasil enfrentou custos financeiros significativos para sustentar a guerra e sofreu baixas substanciais entre seu contingente militar. A guerra resultou em dívidas significativas e impactou negativamente a economia do país, o que refletiu diretamente na opinião pública sobre o governo. Nesse contexto, ademais, o movimento abolicionista ganhou força e surge o Partido Republicano Federal (PRF), proveniente da ala dos liberais. Questões como a centralização do poder nas mãos do imperador, a influência das oligarquias, a abolição da escravidão em 1888 e a crescente demanda por representação popular contribuíram para o descontentamento e a consequente queda do regime monárquico (Schwarcz; Starling, 2015).

O fim da escravidão trouxe questões problemáticas de ordem econômica e social, já que muitos fazendeiros perderam mão de obra, o que gerou ainda mais instabilidade (Fausto, 2008). Para muitos ex-escravizados e camadas menos favorecidas da sociedade, a liberdade não trouxe imediatamente melhores condições de vida. A falta de terra, recursos e apoio para integração ao mercado de trabalho, além do estigma racial, resultaram em uma acentuação da exclusão e da desigualdade social. Muitos libertos retornaram ao trabalho nas mesmas condições do regime escravocrata (Fausto, 2008).

Segundo a perspectiva de Marx (2013), a propriedade privada dos meios de produção, o trabalho assalariado e a divisão de classes configuram bases dos meios de produção de um sistema capitalista. Elementos também responsáveis pela dinâmica de contradições e desigualdades relativas à exploração da mão de obra. A manutenção desse cenário desigual implica na perpetuação da exploração das camadas mais vulneráveis da sociedade e na limitação da liberdade formal segundo a ótica do materialismo histórico (Musto, 2022).

Costa (1999) reforça que, mesmo durante o processo de transição para a República, a manutenção da desigualdade foi um fator cuja influência perdurou sobre a organização política e as estruturas de poder. O processo de transformação política, portanto, não implicou uma real inclusão das camadas

populares e sim a continuidade de uma hierarquia social que perpetuou a marginalização de vastos segmentos da população. A desigualdade social se manteve como uma questão estrutural que limitou as possibilidades de uma verdadeira mudança na dinâmica política do país.

A limitação da participação política dos civis era refletida, inevitavelmente, na formação dos quadros que compunham as facções políticas. Desta maneira, a desigualdade estrutural era mantida em termos de representação política, sendo a classe política composta exclusivamente por membros das classes economicamente privilegiadas (Costa, 1999).

1.1.3. Da Proclamação da República à ditadura: rupturas e continuidade na formação política da República brasileira

A transição para a República foi marcada por uma série de rupturas e continuidades, expondo as dificuldades de adaptação do país ao novo modelo político. Embora a Proclamação da República tenha representado uma mudança formal de regime, os problemas estruturais herdados do período imperial, como a desigualdade social, a concentração de terras e a falta de representação política efetiva para grande parte da população continuaram a moldar a realidade do Brasil (Carvalho, 2002).

A Proclamação da República ocorreu em 15 de novembro de 1889, como resultado de um golpe militar liderado por Marechal Deodoro da Fonseca, que derrubou a monarquia e instaurou um governo provisório (Schwarcz; Starling, 2015). Ele representava setores civis republicanos, como os cafeicultores do oeste paulista, que desejavam maior autonomia política e econômica. Foi instaurado um regime provisório e elaborada uma nova Constituição, que procurava regimentar os valores defendidos pelo novo modelo de governo. O novo estatuto estabeleceu o Brasil como uma república federativa presidencialista, estabeleceu o voto direto e secreto, porém restrito a homens alfabetizados, separou a Igreja do Estado e aboliu o Poder Moderador (Schwarcz; Starling, 2015). A instauração da República resultou no estabelecimento de um novo sistema político no Brasil, marcado pelo federalismo, pela separação dos poderes e pela adoção de uma Constituição republicana em 1891.

O regime provisório período subsequente, conhecido como Primeira República ou República Velha (1889-1930), foi caracterizado pelo domínio das oligarquias estaduais, que controlavam a política nas diferentes unidades federativas do país. A princípio, a República passou por dois mandatos presidenciais provisórios: Marechal Deodoro (1889-1891) e Floriano Peixoto (1891-1894), ambos sem filiação partidária oficial. O presidente seguinte a Peixoto Prudente de Moraes, primeiro presidente republicano oficialmente filiado um partido, o já existente Partido Republicano Federal. Seu mandato durou até 1898 e foi sucedido pela dinâmica conhecida como Política do Café com Leite, que refletia o poder das elites cafeicultoras de São Paulo e Minas Gerais. Conforme descrito por Fausto (2008).

Acerca da organização partidária do início da República, Mourão assevera:

A vitória da República, em 1889, extinguiu os partidos existentes, mantendo-se vivo, entretanto, como é óbvio, o Partido Republicano, através de suas células regionais, nos diversos estados. Essa nova realidade veio estabelecer uma nova fisionomia à estrutura partidária brasileira, só rompida depois de 1945: a natureza regional dos partidos políticos, certamente mais representativa dos interesses estaduais e mais condizente com o princípio federativo inaugurado pela República. (MOURÃO, 2008, p. 52)

As oligarquias buscavam garantir seus interesses econômicos e políticos por meio do controle do poder central. A presidência da República era ocupada por líderes de Minas Gerais e São Paulo de forma alternada, mantendo um equilíbrio para evitar conflitos entre essas oligarquias.

Os dois primeiros mandatos da assim chamada Velha República (1889-1930), respectivamente, os de Marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891) e Marechal Floriano Peixoto (1891-1894), foram marcados pela ausência de filiação dos então presidentes a partidos políticos formalizados. A partir do terceiro mandato da República Velha, de Prudente de Moraes (1894-1898), representante do turno paulista, ambos os lados da Política Café com Leite passaram a ser afiliados a dois partidos que se formaram: Partido Republicano Paulista (PRP) e Partido Republicano Mineiro (PRM). Ambas as organizações eram formadas por representantes de setores influentes da economia, como

proprietários rurais, profissionais liberais (médicos, advogados) e comerciantes (Mourão, 2008).

Durante a República Velha, a participação eleitoral civil permaneceu limitada, além de marcada por fraudes e manipulações (Schwarcz; Starling, 2015). O voto era censitário e restrito a homens alfabetizados, excluindo analfabetos, mulheres, soldados e até mesmo religiosos. O sistema eleitoral era dominado pelo coronelismo, que controlavam os votos de seus eleitores através do "voto de cabresto". Fraudes como o "bico de pena" (adulteração de atas eleitorais) e a "degola" (anulação de votos opositores) eram comuns, comprometendo a legitimidade das eleições (Schwarcz; Starling, 2015). Essas práticas refletiam uma cultura política republicana que, apesar de promover a formação de entidades representativas e a mobilização eleitoral, era profundamente marcada pela manipulação e controle das elites locais.

A dinâmica bipartidária e alternante do presidencialismo da República Velha durou até 1930, quando o poder foi tomado pela coligação liderada por Getúlio Vargas, denominada Aliança Liberal, marcando o fim da Política Café com Leite (Fausto, 2008). A coligação era formada por uma coalizão de forças políticas e sociais insatisfeitas com a dominação das oligarquias agrárias e pela arbitrariedade do processo eleitoral. A Aliança Liberal incluía setores urbanos, industriais, militares e dissidentes das oligarquias regionais. O movimento contou, fundamentalmente, com o protagonismo de empresários e trabalhadores urbanos que buscavam a modernização e industrialização do país (Fausto, 2008).

Após a Revolução que tomou o poder em 1930 e depôs último presidente da República Velha, o recém-eleito Washington Luís, Vargas assumiu o poder e centralizou-o, iniciando várias reformas, incluindo a criação do Ministério do Trabalho. Em seu pronunciamento de posse de 1930, Vargas menciona alguns temas do projeto que representava, entre eles, a moralização do governo, a educação, a reforma eleitoral e a independência do judiciário:

Resumindo as ideias centrais do nosso programa de reconstrução nacional, podemos destacar, como mais oportunas e de imediata utilidade: concessão de anistia; saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção; difusão intensiva do ensino público,

principalmente técnico-profissional [...]; reforma do sistema eleitoral, tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto; e reorganização do aparelho judiciário, no sentido de tornar uma realidade a independência moral e material da Magistratura [...].(VARGAS, 1930, p.18)

Vargas destacou ainda, em seu pronunciamento, a necessidade de intensificar a produção agrícola e revisar o sistema tributário para apoiar a produção nacional. Ele também mencionou a importância de adotar uma política internacional de aproximação econômica, visando fortalecer as relações comerciais do Brasil com outros países (Vargas, 1930).

Em 1934, uma nova Constituição foi promulgada, e Vargas foi eleito presidente pela Assembleia Constituinte, período marcado por tentativas de equilibrar o poder entre o Executivo e o Legislativo, mas também por tensões políticas e sociais. Em 1937, Vargas instaurou um regime ditatorial conhecido como Estado Novo, alegando a existência de uma ameaça comunista, governando com poderes autoritários, implementando políticas de industrialização e trabalhistas, mas também restringindo liberdades civis e políticas.

O governo de Getúlio Vargas foi conhecido tanto por avanços significativos em pautas políticas voltadas para as classes trabalhadoras quanto pela limitação das liberdades civis (Schwarcz; Starling, 2015). Por um lado, Vargas implementou importantes reformas trabalhistas, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que garantiram direitos aos trabalhadores e promoveram a inclusão social. Por outro lado, durante o Estado Novo, ele centralizou o poder, dissolveu o Congresso Nacional, suspendeu as eleições e impôs censura à imprensa, restringindo a liberdade de expressão e a participação democrática. Esse dualismo marcou o governo Vargas como um período de progresso social e econômico, mas também de autoritarismo e repressão política (Schwarcz; Starling, 2015).

Vargas foi destituído do poder depois de um golpe de Estado, em 1945. O movimento autor do golpe foi liderado por membros da alta cúpula das Forças Armadas, ao qual estavam associados representantes de setores conservadores da sociedade brasileira (Schwarcz; Starling, 2015). Eles tinham o apoio de grupos empresariais e da classe média, que se queixavam da crescente

influência das políticas populistas de Vargas, além da crescente rejeição ao caráter ditatorial do regime de Vargas (Schwarcz; Starling, 2015).

Após o golpe que destituiu Getúlio Vargas em 1945, foi formado um governo provisório liderado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, que assumiu a presidência interina da República. As eleições gerais foram convocadas para 2 de dezembro de 1945, e foram diretas para a escolha do novo presidente e dos membros da Assembleia Constituinte. Eurico Gaspar Dutra, um dos líderes do golpe, foi eleito presidente e tomou posse em 31 de janeiro de 1946. A Assembleia Constituinte, por sua vez, elaborou e promulgou a nova Constituição de 1946.

O texto da Constituição de 1946 demonstrava inclinações que enalteciam a democracia bem como a descentralização do poder, em contraste com a Constituição de 1937, que previa medidas autoritárias e centralizadoras.

Art 84 - O Colégio Eleitoral reunir-se-á na Capital da República vinte dias antes da expiração do período presidencial e escolherá o seu candidato à Presidência da República. Se o Presidente da República não usar da prerrogativa de indicar candidato, será declarado eleito o escolhido pelo Colégio Eleitoral. (BRASIL, 1937, art 84)

Art 168 - Durante o estado de emergência as medidas que o Presidente da República é autorizado a tomar serão limitadas às seguintes:

a) detenção em edifício ou local não destinados a réus de crime comum; desterro para outros pontos do território nacional ou residência forçada em determinadas localidades do mesmo território, com privação da liberdade de ir e vir;

b) censura da correspondência e de todas as comunicações orais e escritas;

c) suspensão da liberdade de reunião;

d) busca e apreensão em domicílio.

(BRASIL, 1937, art 168)

Art 178 - São dissolvidos nesta data a Câmara dos Deputados, o Senado Federal, as Assembléias Legislativas dos Estados e as Câmaras Municipais. As eleições ao Parlamento nacional serão marcadas pelo Presidente da República, depois de realizado o plebiscito a que se refere o art. 187. (BRASIL, 1937, art 178)

A Constituição de 1937, conferia amplos poderes ao presidente e determinava o caráter indireto das eleições. Ela ainda restringia a autonomia dos estados e municípios e impunha censura à imprensa e proibição de greves. A Constituição de 1946 não previa autoridade presidencial para atos de censura e determinava a inviolabilidade dos direitos individuais e a independência dos poderes Legislativo e Judiciário. Além disso, também garantiu a realização de eleições diretas e ampliou o direito ao voto.

Artigo 1º: "Os Estados Unidos do Brasil mantêm, sob o regime representativo, a Federação e a República. Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido."
(BRASIL, 1936, art 178)

Art 5º - Compete à União:
I - manter relações com os Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções; (BRASIL, 1936, art 5)

Conhecido vulgarmente como a Quarta República, ou República Populista, o período que se seguiu na política brasileira foi marcado pelo voto direto e ampliação do debate sobre democracia e participação política civil (Schwarcz; Starling, 2015). Mais partidos surgiram e conquistaram espaço devido ao voto direto, como aqueles que tiveram candidatos vitoriosos nas eleições presidenciais: PSD (Partido Social Democrático); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); PSP (Partido Social Progressista); PTN (Partido Trabalhista Nacional). Refletiam a complexidade social e econômica que ganhava espaço no Brasil no período, estes partidos representavam as disputas constantes entre grupos nacionalistas, liberais, proletários, trabalhadores rurais e setores conservadores.

Embora a Quarta República fosse reconhecida pelos avanços em termos de democracia, trabalhadores urbanos e setores industriais foram os maiores beneficiários das políticas trabalhistas implementadas devido ao avanço da industrialização do país. Em contrapartida trabalhadores rurais e populações periféricas queixavam-se de negligência por parte do governo, o que levou à radicalização de movimentos organizados por estes grupos de oposição ao governo (Schwarcz; Starling, 2015).

Weffort (2008), define o populismo como um fenômeno político caracterizado pela mobilização das massas e pela busca de apoio direto do povo, muitas vezes através de uma retórica que enfatiza a justiça social e o desenvolvimento econômico. A assim chamada República Populista, foi assim chamada por críticos ao regime, que tachavam as ações de presidentes daquele período como medidas que visavam à propaganda da própria chapa (Schwarcz; Starling, 2015).

Weffort (2008) explica que o populismo no Brasil se manifestou por meio de líderes carismáticos que se apresentavam como defensores dos interesses populares contra as elites tradicionais. Esse estilo de liderança buscava criar uma conexão direta com a população, frequentemente utilizando discursos emocionais e promessas de reformas sociais e econômicas. A gestão de Vargas também foi fortemente taxada de populista (Schwarcz; Starling, 2015).

A Quarta República foi marcada por uma forte instabilidade política, caracterizada pela disputa de diferentes grupos pelo poder e pela resistência das elites tradicionais. O cenário resultou no golpe militar de 1964, encerrando o maior período de participação civil direta nas eleições até aquele momento na história brasileira e dando início ao período de ditadura militar, que durou de 1964 a 1985.

Em 31 de março de 1964, setores militares lideraram o golpe contra o governo de João Goulart, último presidente da Quarta República, alegando uma possível ameaça comunista como justificativa. O presidente foi deposto, e os militares assumiram o controle do país. O golpe inaugurou um período de regime militar que durou até 1985. Inicialmente, os militares justificaram sua intervenção como temporária, mas ao longo do tempo consolidaram no poder, instaurando um regime autoritário, marcado por censura, repressão política, e supressão de direitos civis (Fausto, 2008).

Entre os principais atores do golpe que depôs Goulart estavam os militares, que desempenharam um papel central na execução do plano e na consolidação do novo regime. Empresários e industriais também tiveram um papel significativo (Schwarcz; Starling, 2015). Estes setores se mostravam contrários às reformas de base propostas por Goulart, como a proposta de

reforma agrária, taxaço de fortunas e aumento do controle estatal sobre os bancos (Schwarcz; Starling, 2015).

O governo dos Estados Unidos forneceu apoio logístico e financeiro ao golpe militar. A intervenço norte-americana foi justificada na época pela política de contenço do comunismo durante a Guerra Fria (Abdala, 2024). O vínculo norte americano se manteve durante o Regime Militar, por meio da Aliança para o Progresso, um programa cooperativo lançado pelo presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, em 1961, para financiar projetos de infraestrutura na América Latina por meio de empresas norte-americanas. O Regime Militar aderiu ao projeto, investindo em infraestrutura e industrializaço. No entanto, o desenvolvimento foi acompanhado por aumento da desigualdade social e da dívida externa (Schwarcz; Starling, 2015).

Foi um momento marcante do Regime Militar a promulgaço do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 13 de dezembro de 1968. Esta medida conferiu poder absoluto ao Executivo, permitindo o fechamento do Congresso Nacional, a intervenço nos estados e municípios, a suspensáo de direitos políticos e a censura à imprensa. O AI-5 marcou o auge da repressáo política e da centralizaço do poder nas mãos dos militares (Schwarcz; Starling, 2015).

Os "anos de chumbo", que correspondem ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, foram caracterizados por intensa repressáo política. O governo militar utilizou órgãos como o DOI-CODI (Destacamento de Operaçoes de Informaçoes do Centro de Operaçoes de Defesa Interna) e o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) para perseguir, prender, torturar e fazer desaparecer opositores políticos. A repressáo foi uma resposta às crescentes manifestaçoes de resistêcia contra o regime, tanto de grupos armados quanto de movimentos sociais e estudantis (Schwarcz; Starling, 2015).

A partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), iniciou-se um processo de abertura política, conhecido como "distensáo" (Schwarcz; Starling, 2015). Este processo visava a uma transiço gradual para a democracia e foi continuado por seu sucessor, João Figueiredo (1979-1985). A abertura política incluiu a promulgaço da Lei da Anistia em 1979, que concedeu perdáo a crimes políticos cometidos tanto por opositores quanto por agentes do Estado, e

reestabeleceu as eleições diretas para governadores em 1982 (Schwarcz; Starling, 2015). Esses eventos marcaram a transição para um novo processo de redemocratização do Brasil, culminando no fim do regime militar em 1985.

1.1.4. O processo de redemocratização e a luta por igualdade no Brasil pós-ditadura

O processo de abertura, iniciado no fim do Regime Militar, permitiu a criação de novos partidos políticos e a realização de eleições indiretas para o cargo de presidente, embora as eleições para governador já passavam a ser realizada por meio do voto direto (Ferreira; Delgado, 2018). Em 1983, o país realizou eleições indiretas para a escolha do presidente. O colégio eleitoral elegeu Tancredo Neves presidente e José Sarney como vice. Tancredo Neves foi eleito presidente, mas faleceu em seguida. José Sarney, assumiu e foi o primeiro presidente civil após 21 anos de governo militar. Um dos marcos fundamentais da transição para um regime democrático foi a promulgação de uma nova constituição, em 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã". O novo texto restabeleceu o Estado de Direito, garantindo direitos individuais, sociais e políticos (Ferreira; Delgado, 2018).

Durante o Regime Militar, houve a instituição do bipartidarismo, no qual dois partidos políticos foram permitidos e controlados pelo regime. Esses partidos eram a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). O Arena era o partido de sustentação ao governo militar, enquanto o MDB era uma espécie de oposição controlada ((Ferreira; Delgado, 2018).

O governo de João Figueiredo (1979-1985) deu continuidade ao processo de transição do regime. Foi implementado o projeto de anistia política, que tinha como objetivo conceder revogação às sanções aplicadas a pessoas que, durante o período da ditadura militar, foram punidas ou tiveram seus direitos políticos cassados em decorrência de atividades políticas consideradas ilegais pelo governo. Sem negociação com a oposição, a implementação do projeto privilegiou militares que cometeram crimes de tortura e assassinato a serviço da ditadura (Ferreira; Delgado, 2018).

Ainda durante o governo de João Figueiredo, foi promulgada a lei que permitia a existência de múltiplos partidos. Foi o fim da dinâmica de bipartidarismo entre Arena e MDB, agora denominados Partido Democrático Social (PDS) e partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), respectivamente. Tiveram origem, ainda, partidos de participação proeminente no cenário político, como o PT (Partido dos Trabalhadores).

A nova Constituição, de 1988, refletia movimentos contraditórios e intensos embates entre forças políticas desiguais, como descrito por Schwarcz; Starling (2015). Apesar de avanços, ela preservou estruturas agrárias e permitiu a autonomia das Forças Armadas em certas questões. Além disso, manteve a jornada de trabalho em quarenta horas, deixou inelegíveis os analfabetos, embora tenha aprovado seu direito de voto. Após a promulgação da "Constituição cidadã" em 1988, o tema da corrida presidencial ganhou destaque, pontuam Ferreira e Delgado (2018). O Congresso Nacional teve que definir regras eleitorais, incluindo interdições e franquias, organização de coligações e distribuição do tempo de televisão.

Desde a Nova República em 1985, houve um ciclo favorável à legalização e formação de novos partidos políticos, um movimento que se intensificou durante e após os debates constituintes. O texto final da nova Constituição previa liberdade para a criação e organização dos partidos (Schwarcz; Starling, 2015).

Acerca da diversidade partidária que compôs o cenário eleitoral da disputa presidencial de 1989:

Foram registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) 22 chapas, formadas por um candidato a presidente e um a vice-presidente, através de 29 siglas; quatro chapas se organizaram através de coligações partidárias. Pela primeira vez, uma mulher concorreu à Presidência da República: a advogada e bancária mineira Lívia Maria Lêdo Pio de Abreu, pelo Partido Nacionalista (PN). Ao seu lado, 21 homens com histórias, experiências e ideias distintas, encarnando diferentes gerações e forças ideológicas do mundo político brasileiro. (FERREIRA; DELGADO, 2018, p.126)

Muitos partidos se organizaram às pressas em vista das novas possibilidades que se abriram em termos de organização política, descrevem Ferreira e Delgado (2018). Como resultado, muitos dos políticos que disputaram o pleito não possuíam uma trajetória política significativa e muitos partidos foram fundados justamente para a disputa. Por consequência, muitos desses candidatos não obtiveram êxito e não conseguiram manter adiante a carreira na política.

A campanha eleitoral de 1989 no Brasil foi marcada por uma diversidade de projetos dos múltiplos partidos que agora puderam disputar o pleito (Ferreira; Delgado, 2018). O número de eleitores atingiu 82 milhões, correspondendo a 90% da população adulta, refletindo uma inclusão significativa na participação política em comparação com os 15 milhões de eleitores em 1960 (Ferreira; Delgado, 2018). Além da reivindicação por participação popular, a crise econômica e política que o Regime Militar enfrentava, acentuada pela inflação e denúncias de corrupção, gerou insatisfação social, tornando as propostas de solução para a crise e reformas do Estado elementos centrais nas campanhas.

A dimensão midiática, especialmente a televisão, desempenhou papel fundamental, atingindo cerca de 94% das residências no final da década de 1980 (Ferreira; Delgado, 2018). As cinco grandes redes nacionais de TV se envolveram intensamente nas eleições, promovendo debates que influenciaram a dinâmica da campanha. A "mídiação" tornou-se crucial para o sucesso eleitoral, exigindo que os candidatos se adaptassem à linguagem midiática (CONTI, 1999).

A definição dos candidatos envolveu lutas internas nos partidos, destacando-se figuras como Lula, Leonel Brizola, Mário Covas e Fernando Collor. A campanha de Lula, representando os grupos de posicionamento à esquerda, enfocou a crítica ao funcionamento do Estado, corrupção e defendeu a ideia de valorização da ética na política (Ferreira; Delgado, 2018). Collor, em ascensão desde 1987, destacou-se sob uma propaganda que o colocava como político jovem e moralizador (Ferreira; Delgado, 2018). Sua estratégia, apoiada por setores econômicos e pela mídia, enfatizou a liberalização e austeridade econômica e modernidade na política. A polarização entre Lula e Collor marcou o segundo turno, com apoio de diferentes forças políticas.

O contexto internacional, marcado pela crise dos regimes socialistas no Leste Europeu, influenciou o debate político (Ferreira; Delgado, 2018). O segundo turno, entre 16 de novembro e 17 de dezembro de 1989, consolidou a polarização, com Collor, recebendo apoio de partidos conservadores e Lula apoiado por uma base de esquerda. A mobilização intensa dos militantes marcou o segundo turno ((Ferreira; Delgado, 2018). A polarização levou à divisão dos eleitores de centro entre os dois candidatos. Collor foi o vencedor com aproximadamente 53% dos votos válidos, enquanto Lula obteve cerca de 47%.

1.1.5. A trajetória política de Fernando Collor e a cobertura midiática da disputa eleitoral de 1989

Fernando Collor é descendente de uma família com histórico tradicional na política e na mídia. Seguiu a carreira política, assim como seu pai, Arnon de Mello, que também ocupou cargos influentes (governador, deputado federal e senador). Collor iniciou na política como prefeito de Maceió, indicado pelo Arena. Sua eleição para esse cargo ocorreu em 1979. Anteriormente, ele se formou em economia e atuou por algum tempo como jornalista e dirigiu o jornal de sua família, a Gazeta do Povo (Conti, 1999).

Em sua carreira política, Collor investiu na construção de uma imagem pública enriquecida por características que viriam a popularizá-lo e distingui-lo dos políticos convencionais (Conti, 1999). Atributos como jovialidade e “boa aparência” eram característica de sua propaganda política. Essas características iam ao encontro de seu discurso, que pregava ideias de inovação e modernização do sistema político. Sua visibilidade ganhou impulso devido à aproximação que buscou junto a grandes veículos de comunicação (Conti, 1999).

Em 1982, Collor termina seu mandato como prefeito e é eleito deputado federal pelo PDS, partido descendente do Arena (Aliança Renovadora Nacional), que era a organização de sustentação do regime militar (Conti, 1999). Apesar de sua ligação com setores conservadores, em sua escalada, Collor conseguiu apoio de alas diversas da política. Foi o caso de sua eleição para governador de Alagoas.

Em 1986, ganhou a eleição para governador Alagoas pelo PMDB com apoio de ampla aliança que incluía dissidentes do PDS ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e beneficiou-se dos resultados positivos iniciais do Plano Cruzado, implementado em fevereiro de 1986 pelo governo federal para estabilizar a economia. Sua campanha teve como eixo promessas de combate à corrupção e aos “marajás”, servidores estaduais de Alagoas que ganhavam salários muito altos, superiores ao limite constitucional da remuneração dos ministros do STF. Collor venceu com 42% dos votos e durante a sua gestão ganhou popularidade nacional. (SENADO FEDERAL, 2023)

Collor aumentou sua popularidade com seu mandato no governo de alagoas. Sua relação os com veículos de mídia se estreitaram ainda mais e ele pode alavancar seu reconhecimento a nível nacional, aproveitando-se da iminência das primeiras eleições presidenciais diretas em 29 anos, pela qual já admitia pleno interesse. Sua propaganda política unia a imagem que construía atrelada à modernização da política. Foram fatores de destaque em sua campanha a imagem carismática constituída sobre ele e uma promessa em específico: acabar com os “marajás”, supostos funcionários públicos detentores de super salários, responsáveis por um terrível ônus aos cofres públicos, segundo afirmava (Conti, 1999).

De acordo com Conti (1999) a promessa de Collor foi bem aceita pela população, que, após décadas de governos autoritários e retrógrados manifestava necessidades que iam ao encontro de propostas que pregassem modernização na política. Sua proximidade com os veículos de mídia lhe rendeu uma ampla promoção de sua imagem.

Quando Collor tomou posse da presidência, o país enfrentava uma grave crise econômica, marcada por desequilíbrios nas contas públicas, falta de investimentos e altas taxas de desemprego. Um dos problemas mais urgentes era a hiperinflação descontrolada. A economia brasileira estava sofrendo com taxas inflacionárias extremamente altas, o que prejudicava o poder de compra da população, desestabilizava os negócios e impactava negativamente a confiança dos investidores (Ferreira; Delgado, 2018).

1.1.6. A cerimônia de posse

A cerimônia de posse de Fernando Collor de Mello e seu vice, Itamar Franco, em 15 de março de 1990, foi realizada no Congresso Nacional. O evento, carregado de expectativas por parte de todos os setores sociais, marcou a simbólica primeira posse presidencial após a redemocratização do Brasil (Villa, 2016). A cerimônia de posse contou com a presença de autoridades nacionais e internacionais, além de líderes empresariais e políticos. Compareceram ao evento nomes como Fidel Castro e líderes políticos de diversos outros países.

NA QUINTA-FEIRA, DIA 15 de março, de acordo com o cerimonial, pouco depois das nove horas da manhã, o presidente seguiu a bordo do velho Rolls-Royce para o Congresso Nacional. No caminho foi saudado por populares. Ainda em ritmo eleitoral — e esquecendo que era presidente de todos os brasileiros —, fez questão de retribuir o apoio esticando o punho direito cerrado, um dos símbolos de sua campanha.

Chegou ao Congresso acompanhado de pequena comitiva e tendo a seu lado o vice-presidente Itamar Franco. Foram realizados os juramentos de praxe. Pouco depois, Collor iniciou o protocolar discurso. Um longo pronunciamento: 5.926 palavras, o mais extenso discurso de posse da história republicana. A leitura ocupou 55 minutos. Nos 78 parágrafos, o presidente expôs os principais objetivos do seu governo. Em clima eleitoral, transformou a cerimônia em comício, o que não foi um bom sinal. (VILLA, 2016, p.21)

Collor saiu do Congresso e atravessou a praça dos Três Poderes em direção ao Palácio do Planalto, recebendo lá, de José Sarney, a faixa presidencial. Sarney teve dificuldade de cumprir o ritual e estava tenso. Collor se dirigiu ao Parlatório para discursar, aguardado por milhares de pessoas desde a madrugada. Trinta minutos após chegar, iniciou seu discurso de cinco minutos, finalizando com seu bordão de campanha: "Obrigado, minha gente. Até outro dia." Além disso, Antônio Rogério Magri elevou um palanque à frente do prédio do Ministério do Trabalho, discursando para uma plateia formada por sindicalistas, e Antonio Cabrera, da Agricultura, discursou para centenas de agricultores e pecuaristas em um palanque que o mesmo instalou na entrada do ministério. (VILLA, 2016, p.22)

O texto do pronunciamento de posse feito por Collor foi escrito por uma equipe de redatores, sendo um dos principais responsáveis Luiz Fernando Nobre, que atuou como assessor próximo de Collor (VILLA, 2016).

1.2. Considerações sobre o legado político brasileiro e as demandas populares

A luta histórica por participação política e democratização de direitos civis no Brasil, é um fenômeno que se dá desde o período colonial, passando pelo regime imperial e se estendendo pelas tensões do início e continuidade da República. Observa-se um constante tensionamento entre as elites dominantes e as demandas populares. Esses conflitos culminaram em rupturas e reformas que gradualmente ampliaram a participação política, como a abolição da escravidão e a introdução do voto direto. Em contrapartida, o embate entre pautas populares e interesses das elites continuaram a ditar a dinâmica do debate na política brasileira.

A busca pela representatividade política pela sociedade foi um processo desigual e frequentemente interrompido, como no caso do golpe militar de 1964, que suprimiu avanços democráticos como a participação civil direta nas eleições e a implementação da censura como políticas governamentais institucionalizadas. Essa dinâmica contribuiu para a organização dos movimentos sociais, principalmente no período de novo processo de redemocratização que o Brasil viveu na década de 1980. Isto se evidencia nas pautas populares de grande repercussão nos momentos em que estiveram em voga discussões sobre democracia na política brasileira, como a grande adesão ao Movimento Diretas Já em 1983 e a Liga dos Camponeses na década de 1960 (Schwarcz; Starling, 2015).

A eleição de 1989 reforça a relação entre a luta histórica por representatividade e as expectativas depositadas no primeiro presidente eleito diretamente após 29 anos. O contexto da redemocratização de 1989 permite o questionamento: como os discursos políticos buscaram incorporar e responder às aspirações populares, especialmente no contexto de transição democrática e crise econômica?

CAPÍTULO II

O CONCEITO DE POLÍTICA, O DISCURSO POLÍTICO E A ANÁLISE DO DISCURSO

Neste capítulo, apresentamos uma reflexão acerca do conceito de política, abordando diferentes interpretações sobre seus fundamentos ao longo da história, com base nas contribuições de autores centrais no campo da ciência política. Para isso, levamos em consideração noções como legitimidade do poder, liberdade, natureza humana e função da política, segundo Hobbes (2002, 2003), Marx (2013), Kant (2007), Arendt (2008, 2018) e Rousseau (2001, 2021) e propósito da política segundo Arendt (1958), Aristóteles (2019) e Bobbio et al. (1998), tópicos que consideramos relevantes para a abordagem do conceito de política. A reflexão teórica fundamentada nesses autores oferece bases para a compreensão dos processos e eventos políticos discutidos ao longo do trabalho.

O recorte realizado não visa a propor um instrumental teórico completo para tratar da questão política do discurso, mas tem como propósito elencar categorias analíticas pertinentes para a tarefa de análise da constituição da legitimidade do poder político por meio do discurso na cena englobante analisada. Os autores selecionados fornecem perspectivas que contribuíram de forma basilar para a discussão das categorias selecionadas, além de proverem perspectivas diversas, o que permite observar a linha de pensamento político que efetivamente se manifesta no discurso analisado. O aparato selecionado serviu de base para a análise do *corpus* no que diz respeito ao processo constituição da legitimidade no discurso político. A escolha dos autores visa explorar como suas abordagens interagem com as categorias das quais tratamos.

Exploramos, ademais, categorias fundamentais da Análise do Discurso de linha francesa segundo Maingueneau (2007, 2008b, 2020), bem como o conceito de discurso político, segundo Charaudeau (1996, 2008). As categorias da Análise do Discurso exploradas são: formação discursiva, interdiscurso, sujeito, enunciação e enunciado, cenas da enunciação e *ethos*. Iniciamos nossa análise observando a relação entre o conceito de ação política, segundo Charaudeau (2008), e os estudos do discurso, segundo Maingueneau (2020).

2.1. Legitimidade do Poder Político: Categorias de Análise

Propomos, nesta seção, uma reflexão acerca de determinadas categorias, relacionadas à questão da legitimidade do poder político. Para isso, levamos em consideração as contribuições dos autores selecionados no que diz respeito às noções de legitimidade do poder, liberdade, natureza humana e função da política.

2.1.1. Os fundamentos da política

A abordagem que fizemos acerca da concepção de política remonta a uma antiga discussão sobre os elementos que a constituem como forma de organização. Eixos como a noção de legitimidade do poder, liberdade, natureza humana e propósito da política estão presentes nos trabalhos de diversos autores como pontos de reflexão dos estudos da política. Apresentamos contribuições de pensadores acerca desses eixos do pensamento político, a fim de fornecer um panorama conceitual relevante das condições de produção e contexto histórico do discurso selecionado para a análise

Iniciamos pela concepção de política apresentada por Bobbio *et al.* (1998 *et al.*). No verbete de seu Dicionário de Política, os autores caracterizam o termo da seguinte forma:

[A política] É uma função do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa a pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais. (BOBBIO *et al.* 1998, p. 944).

A finalidade da política aparece na definição proposta por Bobbio *et al.* (1998) como elemento caracterizador do conceito. A sociedade aparece na raiz do termo política, por meio da derivação da palavra *polis*, relativa à antiguidade clássica. Aristóteles (2019) coloca o termo sociedade como análogo a Estado. O paralelo não se dá apenas em referência ao caráter coletivo daquilo que é social,

mas está ligado a um pressuposto de que indivíduos optam pelo convívio em grupo em função de um objetivo.

Nesse sentido, o propósito da política tem a ver com o fato de que *Todas as ações do homem têm por fim aquilo que consideram um bem. Todas as sociedades, portanto, têm como meta alguma vantagem* (ARISTÓTELES, 2019, p.16). Está presente nos estudos da política, desde a antiguidade clássica, a ideia de que a vida em comunidade seja algo vantajoso para o indivíduo. Esse pressuposto ainda é levado em consideração no pensamento contemporâneo, como podemos notar em Arendt:

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém, depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento de vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. (ARENDR, 2018, p. 47)

Ao afirmar que a política é uma necessidade imperiosa tanto para a vida do indivíduo quanto para a sociedade, a posição de Arendt reafirma a concepção aristotélica de que o fim da política é a busca pelo bem comum, destacando a interdependência humana como base para a convivência em sociedade.

Para Aristóteles (2019, p. 43): *O fim da sociedade civil é, portanto, viver bem; todas as instituições não são senão meios para isso [...]*. Observamos esse posicionamento também na modernidade, em Hobbes (2002), que ressalta a política como um meio de garantir a proteção e condições de vida adequadas como fatores motivadores do convívio em sociedade: *O fim pelo qual um homem outorga ou transfere para outro, ou outros, o direito de proteger e defender a si mesmo [...], é a proteção que ele, através dessa transferência, espera para ser protegido [...]* (HOBBS, 2002, p. 136). Essa linha de pensamento que liga a busca pelo bom convívio à garantia de segurança e proteção trata o papel da política como um meio essencial para a organização da convivência humana.

Hobbes é um dos estudiosos pioneiros da modernidade política. Sua visão defende a criação de um Estado centralizado como meio de organização da ordem social, o que marca um rompimento com as ideias medievais sobre a

ordem política². Ele defendia um Estado centralizado para garantir a ordem social (Hobbes, 2002). Em sua visão, o usufruto da liberdade encontra limitações em prol da segurança e da ordem providas pelo Estado. Rousseau (2021) via a política como um meio para promover a liberdade e a igualdade, enfatizando a importância da vontade geral. Ambos os pensadores enfatizam o papel da política como meio resolver os problemas decorrentes do estado de natureza e garantir a ordem social. No entanto, na visão de Hobbes (2002), a liberdade irrestrita resultaria na desordem típica do estado de natureza humana. Rousseau (2021) defende uma transformação da liberdade individual em liberdade coletiva, garantindo uma participação igualitária na definição das leis.

A finalidade da política, para Rousseau (2021), está relacionada à busca pela vontade geral, que pressupõe a vontade coletiva como o meio que promove o bem comum. Ele argumenta que a política deveria ser usada para preservar a liberdade e a igualdade dos cidadãos, destacando sua importância: *Renunciar à própria liberdade é o mesmo que renunciar à qualidade de homem, aos direitos da Humanidade, inclusive aos seus deveres.* (ROUSSEAU, 2021, p.16).

Rousseau e Hobbes são pensadores expoentes do contratualismo³ – corrente do pensamento político moderno, desenvolvida nos séculos XVII e XVIII, que leva em consideração a ideia fundamental da relação entre o estado de natureza do indivíduo e a vida em sociedade. Mesmo concordando acerca do princípio do contrato social como elemento de conexão entre a vida em sociedade e o estado de natureza, os pensadores dessa linha apresentaram contribuições muito particulares acerca dos fundamentos políticos implicados nessa discussão. As razões pelas quais os indivíduos aderem ao contrato social

² A visão medieval comum sobre ordem política estava ligada à ideia de justiça divina, como uma forte ênfase na teocracia ou no poder absoluto da Igreja, muitas vezes associada ao direito divino dos reis (FERNANDES, 2009). Durante a Idade Média, a política era geralmente vista como uma ordem divina, com a autoridade política derivando de uma fonte transcendente e religiosa, o que contrastava com as ideias secularizadas e racionais que começam a surgir com o pensamento moderno.

³ De acordo com Bobbio et al. (1998, p.272): *Em sentido muito amplo o Contratualismo compreende todas aquelas teorias políticas que vêem a origem da sociedade e o fundamento do poder político (chamado, quando em quando, potestas, imperium, Governo, soberania, Estado) num contrato, isto é, num acordo tácito ou expresso entre a maioria dos indivíduos, acordo que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político.*

e as consequências de sua adesão variam entre os pensadores, refletindo suas distintas concepções sobre a relação entre o indivíduo, o poder e a sociedade.

A tensão entre autoridade e liberdade individual, a importância da participação cidadã e a necessidade de uma fundamentação ética para a política são temas recorrentes que continuam a motivar o debate político.

2.1.2. Pensadores clássicos e as correntes políticas idealistas

Exploramos o trabalho de alguns dos principais pensadores da política, abordando as ideias centrais de suas obras e suas contribuições para o desenvolvimento de teorias que influenciaram profundamente o pensamento político. Hobbes (2003) defende a ideia de uma natureza humana inerentemente competitiva. Ele argumenta que, no estado de natureza, os seres humanos encontram-se em uma condição de guerra de todos contra todos, onde a vida é *solitária, pobre, sórdida, brutal e curta* (HOBBS, 2003, p.109). Ele acredita que a liberdade está atrelada à segurança – o indivíduo é livre se estiver protegido. Para ele, a instituição capaz de assegurar a proteção civil é o Estado.

As contribuições de Hobbes serviram de base para muitos estudos subsequentes sobre os fundamentos da política e da legitimidade das instituições governamentais. Diversos trabalhos posteriores aos de Hobbes expandiram as noções de natureza humana, liberdade e poder a partir de suas contribuições.

Para Skinner (2008), estudioso de seu trabalho, a concepção de liberdade em Hobbes não considera a liberdade positiva, ou seja, a capacidade de agir de acordo com a própria vontade dentro de uma estrutura social. Hobbes vivenciou o contexto das guerras civis inglesas (1642-1651), momento durante o qual produziu muitos de seus trabalhos de maior notoriedade, como o *Leviatã* (1651). Durante o período, Hobbes frequentemente respondia a questões sobre as noções de autoridade e liberdade. Ele se manifestava favorável à necessidade de um governo firme para evitar o caos e a guerra civil. Seus trabalhos abordam diretamente as circunstâncias políticas e sociais de seu tempo.

Para Hobbes (2003), a propriedade é um conceito que ganha significado dentro da sociedade civil, sob o domínio do governo soberano. No estado de natureza, onde não há garantias de segurança e proteção, a ideia de propriedade não se aplica da mesma forma que em uma sociedade governada pela lei. Para ele, a liberdade é sustentável somente sob um contexto de segurança, por sua vez proporcionada por um governo absoluto. Em sua perspectiva, a formação de um governo é crucial não apenas para estabelecer a ordem, mas para proteger os direitos de propriedade. No entanto, ainda segundo Hobbes (2003), a simples detenção do poder absoluto pelo Estado não assegura totalmente a justiça e a equidade entre os indivíduos. Esses valores dependem da forma como o governo atua e do respeito às leis pela sociedade.

Rousseau (2021) defendia a ideia de que a legitimação de um governo está relacionada à vontade geral dos cidadãos. Sua justificativa para a adesão do indivíduo ao contrato social tem como motivo a criação de um governo legitimado pela vontade coletiva. Ele via a desigualdade e a propriedade privada como fontes de corrupção. Para Rousseau (2021), no estado de natureza, os indivíduos não possuem uma moralidade ou virtudes inerentes; esses valores emergem apenas com a vida em sociedade.

Parece, à primeira vista, que os homens nesse estado, não tendo entre si nenhuma espécie de relação moral nem de deveres conhecidos, não podiam ser bons nem maus, nem tinham vícios nem virtudes, a menos que, tomando essas palavras em um sentido físico, se chamem vícios, no indivíduo, as qualidades que podem prejudicar a sua própria conservação, e virtudes as que podem contribuir para essa conservação. (ROUSSEAU, 2021, p. 76)

Enquanto, para Hobbes (2003), o estado de natureza é marcado pelo conflito e pela competição, Rousseau (2001) acredita que este seja um estado “neutro”, no qual não há vícios ou virtudes. Isso ocorre porque, no estado de natureza, não existem padrões morais, leis ou deveres socialmente aceitos que possam ser aplicados para julgar o comportamento dos homens. A moralidade é um atributo advindo da vida civil. Segundo Rousseau (2021, p.27): *A passagem do estado natural ao estado civil produziu no homem uma mudança considerável, substituindo em sua conduta a justiça ao instinto, e imprimindo às suas ações a moralidade que anteriormente lhes faltava.*

Rousseau (2021) propõe o conceito de vontade geral como parâmetro para a legitimidade de um governo. Ele argumenta que a vontade geral deve representar o interesse comum de toda a comunidade, e não o mero somatório dos interesses individuais. Em outros termos, a vontade geral é a expressão daquilo que é melhor para a comunidade como um todo. Para ele, o governo legítimo é aquele que age de acordo com a vontade geral.

As concepções de Hobbes e Rousseau marcam, de um lado, uma postura de maior sujeição da liberdade individual em função da ordem social e, do outro, uma visão de colaboração entre o indivíduo e o Estado na qual o cidadão é um agente mais ativo na construção da sociedade política. A tensão entre autoridade e liberdade individual, presente nos trabalhos de Hobbes e Rousseau, são temas abordados por Immanuel Kant. No entanto, seu trabalho propõe uma fundamentação ética para tratar os estudos da política, em detrimento do tratamento normativo das abordagens contratualistas daqueles.

Weffort (2001)⁴ explica que, na perspectiva política de Kant, a legitimidade do Estado deve ser baseada em princípios morais e universais – compartilhados por todos. Para Kant, esses princípios devem ser eixos centrais da construção de uma ordem política que respeite a dignidade e a autonomia humanas. Ainda, de acordo com Weffort (2001), Kant faz uma distinção entre os conceitos de legalidade e moralidade. O primeiro está relacionado à ideia de justiça, e diz respeito às leis que são externas ao ser humano, portanto, sociais, enquanto a moralidade aborda a virtude e as leis inerentes à natureza humana.

Weffort (2001) explica, também, que Kant apresenta uma visão acerca de princípios morais da ação humana por meio do conceito de Imperativo Categórico para fundamentar uma base ética aplicada à política. Kant (2007) descreve este como fundamento segundo o qual a ação moral dos indivíduos deve ser pautada: agir de acordo com princípios que possam ser universalizados, ou seja, que possam ser aplicados de forma consistente a todas as pessoas em todas as situações. Além disso, apresenta três formulações do imperativo categórico: a primeira, a fórmula da lei universal, sugere agir de

⁴ Optamos pelas contribuições de Weffort (2001) sobre o trabalho de Kant e Marx para complementar a reflexão acerca do pensamento político de ambos os autores, uma vez que a obra de Weffort fornece uma análise didática e concisa acerca de suas principais ideias.

maneira que a máxima de nossas ações possa ser desejada como uma lei universal; a segunda, que trata da humanidade como fim em si, propõe que devemos tratar a humanidade, em nós e nos outros, sempre como um fim e nunca apenas como um meio; e a terceira, a fórmula do reino dos fins, define a vontade de cada ser racional como uma vontade legisladora universal. Essas formulações buscam fundamentar o valor da dignidade humana.

Kant (2007) defende o pressuposto de que todos os seres humanos possuem uma dignidade inerente. Essa dignidade deriva do fato de que os seres humanos são racionais, o que lhes confere a capacidade de seguir leis que eles próprios estabelecem. O que significa, segundo afirma, deter a capacidade de agir de forma autônoma. O Imperativo Categórico, segundo Kant, ao estabelecer que as ações sejam conduzidas de acordo com máximas que possam ser universalizadas, oferece uma estrutura moral que possibilita o exercício da autonomia individual: ao seguir essas máximas, o indivíduo afirma sua liberdade de agir racionalmente, reconhecendo, assim, a dignidade de si mesmo e dos outros.

Ao exigir a universalização das máximas, o Imperativo Categórico, não só fundamenta a ação ética, mas também torna possível a expressão da liberdade autônoma que, para Kant (2007), é essencial para o reconhecimento da dignidade humana. A liberdade, para Kant está relacionada à capacidade de agir de acordo com princípios racionais, em conformidade com nossa vontade autônoma. A autonomia está diretamente relacionada à ideia de dignidade, uma vez que:

A nossa própria vontade, na medida em que agisse só sob a condição de uma legislação universal possível pelas suas máximas, esta vontade que nos é possível na ideia, é o objeto próprio do respeito, e a dignidade da humanidade consiste precisamente nesta capacidade de ser legislador universal, se bem que com a condição de estar ao mesmo tempo submetido a essa mesma legislação. (KANT, 2007, p.85)

A autonomia, sendo a capacidade de legislar a si mesmo sob leis universais, pressupõe um ambiente em que o Estado assegure as condições para que todos possam exercer essa liberdade. Assim, Kant (2007) propõe uma perspectiva de governo que fomenta a autonomia individual, garantindo que as

relações interpessoais sejam regidas por leis justas e que cada cidadão seja livre para agir de acordo com sua razão e vontade autônoma.

Kant propõe uma perspectiva liberal de Estado, segundo a qual responsabilidade do governo consiste em promover o bem público por meio da garantia da legalidade nas relações interpessoais, de modo que cada indivíduo seja livre para exercer sua autonomia (Weffort, 2001). Sob uma ótica contemporânea, a perspectiva liberal de Estado proposta por Kant, que enfatiza a promoção do bem público através da garantia da legalidade e da autonomia individual, pode ser vista como um precursor das políticas neoliberais que ganharam força no final do século XX. A transição para um modelo econômico neoliberal no Brasil, marcada pela adoção de políticas de austeridade durante as décadas de 1980 e 1990, reflete uma tentativa de reconfigurar o papel do Estado na economia, reduzindo sua intervenção direta e promovendo a confiança do mercado através do controle rigoroso das finanças públicas (Freixo, 2023).

Esse movimento, conforme destacado por Freixo (2023), institucionalizou a política de austeridade e foi acompanhado por um discurso de moralização da administração pública, que buscava conquistar a confiança da população nas instituições democráticas. Assim, a visão kantiana de um Estado que garante a legalidade e a autonomia individual encontra eco nas práticas neoliberais contemporâneas, que visam criar um ambiente econômico estável e previsível, onde os indivíduos possam exercer sua liberdade econômica dentro de um arcabouço legal bem definido. Em termos:

Um fundamento importante do receituário econômico do neoliberalismo é a ideia de austeridade, caracterizada como uma forma de deflação voluntária em que a economia passa por um ajuste através da redução de salários, preços e gastos públicos. Segundo os defensores dessa ideologia, a melhor maneira de colocá-la em prática é o corte no orçamento público, entendido como a forma ideal para reduzir a dívida pública e evitar déficits fiscais. Essa seria uma sinalização ao mercado de que o Estado não iria sugar o investimento disponível através de novas emissões de dívida, nem aumentar seus débitos a níveis impagáveis, constituindo, portanto, um mecanismo de construção de confiança junto aos empresários. Desse modo, a construção de um arcabouço legal de controle das

finanças públicas durante as décadas de 1980 e 1990, institucionalizando a política de austeridade no Brasil, constitui um aspecto específico da construção da hegemonia neoliberal. (FREIXO, 2023, párag.2)

O texto aborda a crise da dívida pública brasileira no início da década de 1980, que marcou o início do declínio do modelo de Estado desenvolvimentista e a reconfiguração da política econômica para um esquema neoliberal. Ele destaca que uma das características fundamentais do modelo neoliberalista que emergia no Brasil na década de 1980 é a ideia de austeridade, descrita como um método de redução voluntária da inflação em que a economia passa por um ajuste através da redução de salários, preços e gastos públicos (Freixo, 2023).

A construção de um arcabouço legal de controle das finanças públicas durante as décadas de 1980 e 1990 institucionalizou a política de austeridade no Brasil, constituindo um aspecto específico da construção da hegemonia neoliberal (Freixo, 2023). Esse movimento foi acompanhado por um discurso de moralização da administração pública, que visava conquistar a confiança da população nas instituições democráticas com a promessa de estabilidade

2.1.3. Marx, o materialismo histórico e contraste em relação às correntes idealistas

A corrente idealista do pensamento político viu surgir uma abordagem materialista, em resposta às novas realidades econômicas e sociais trazidas pela Revolução Industrial e pelo crescimento do capitalismo (Weffort, 2001). À medida que as nações europeias se industrializavam, as desigualdades sociais se acentuaram, revelando contradições nas promessas iluministas de liberdade e igualdade. Em vez de uma sociedade mais igualitária, o progresso econômico produzia uma nova divisão entre a classe trabalhadora — sujeita a condições precárias — e a classe proprietária, detentora dos meios de produção. Essa divisão e seus impactos abriram espaço para um pensamento político que questionava as bases materiais da ordem social e econômica da época.

Enquanto Hobbes, Rousseau e Kant defendem a legitimidade do poder do Estado a partir da relação entre liberdade individual e as instituições políticas

em um plano idealista, de acordo com Weffort (2001), Marx propõe uma abordagem voltada para a crítica das estruturas materiais que, segundo ele, são as bases das relações de poder na sociedade.

Marx destacou a importância de examinar a evolução histórica das categorias sociais, como Estado e sociedade civil. De acordo com Weffort (2001), essas categorias não têm uma natureza imutável sob a ótica do materialismo histórico, em vez disso, elas são produtos de processos históricos e devem ser analisadas sob esse viés. O materialismo histórico defende que as características essenciais das relações humanas são moldadas pela história e precisam ser compreendidas em um contexto histórico.

Na perspectiva de Marx (2013), os indivíduos são os agentes responsáveis por criar os recursos necessários para sua própria sobrevivência, bem como prover sua existência material e influenciar o curso da história. Marx explica como o Estado age em conjunto com o capital para explorar a força de trabalho. Ele apresenta a ideia acerca da divisão social do trabalho, meio pelo qual se realiza a produção de mercadorias e mecanismo pelo qual ocorre a exploração da força de trabalho:

No conjunto dos diferentes valores de uso ou corpos de mercadorias aparece um conjunto igualmente diversificado, dividido segundo o gênero, a espécie, a família e a subespécie, de diferentes trabalhos úteis – uma divisão social do trabalho. Tal divisão é condição de existência da produção de mercadorias, embora esta última não seja, inversamente, a condição de existência da divisão social do trabalho. (MARX, 2013, p.166)

A análise de Marx sobre o papel do Estado e do capital na exploração da força de trabalho cria as bases de uma crítica que questiona a organização e as dinâmicas internas da sociedade capitalista. A divisão social do trabalho não se trata apenas de uma questão econômica, mas revela uma estrutura que sustenta as relações de poder e dependência entre as classes.

De acordo com Weffort (2001), sucessivos conflitos entre interesses individuais se manifestam na anarquia dos mercados, nos quais a mercadoria se

torna o elemento central das interações sociais. Esta abordagem⁵ proposta por Marx representa situações materiais que estabelecem os processos histórico-sociais que geram o que há de concreto. Este pensamento está inserido em um contexto em que vigoravam correntes de pensamento materialistas, que defendiam a importância da experiência empírica, mas que, no entanto, viam essa realidade como algo externo ao ser humano e inerte, sujeita apenas à observação por parte do indivíduo. Marx se contrapõe a esta perspectiva por meio do que desenvolve a partir do conceito de *práxis* aplicado à sua filosofia. De acordo com Bobbio et al. (1998), essa noção refere-se à ação humana concreta e transformadora, na qual os indivíduos não apenas compreendem e interpretam o mundo, mas também o transformam por meio de sua atividade. Esse conceito propõe um contraponto à ideia de imutabilidade que se convencionava associar à noção de natureza:

Marx define a Práxis como atividade prático-crítica, isto é, como atividade humana perceptível em que se resolve o real concebido subjetivamente. O termo atividade nos adverte da superação do velho materialismo naturalístico, de origem iluminista e chegado até Feuerbach, o qual concebia a natureza como um dado intuitivo, passivamente contemplado. (BOBBIO et al., 1998, p. 988)

Essa relação passiva entre homem e natureza, de acordo com Bobbio et al. (1998), advém de uma realidade permeada pela economia agrária, na qual a relação entre ambas as identidades de homem e natureza eram tratadas de maneira quase substancial. A perspectiva que atribui a essa relação um caráter ativo é proposta pelo conceito de *práxis*.

Os conflitos entre as classes, segundo Marx (2013), se manifestam na constante tensão entre as forças de produção e as relações de produção. Assim como as ferramentas de produção e os sistemas de troca promovidos pela burguesia entraram em choque com as estruturas feudais de propriedade, as forças de produção reunidas pela burguesia entraram em conflito com as próprias relações de propriedade burguesas, resultado de uma incompatibilidade

⁵ De acordo com Bobbio (1998), o materialismo histórico, teoria proposta por Marx e Engels pressupõe, em última instância, a eliminação de todo componente idealístico e, em geral, metafísico da filosofia hegeliana da sociedade e da história; traduz-se na concepção do desenvolvimento histórico como processo de revolucionamento ininterrupto de todos os aspectos da vida coletiva humana, cuja força motriz fundamental é constituída pela evolução do modo de produção.

entre esse sistema de organização social e as bases que ele inicialmente sustentava.

Na obra de Marx (2013), a análise dos modos de produção é central para compreender a evolução histórica das sociedades. Ele se vale do termo “pré-capitalismo” para se referir à fase em que as sociedades se encontram organizadas sob estruturas econômicas de dominação, contudo sem a efetiva dinâmica dos mercados e as relações de produção que caracterizam uma economia capitalista efetivamente. Nessa fase, já há uma organização econômica baseada na propriedade, da qual as classes dominantes extraem a riqueza de camadas subordinadas. Esse período prepara o terreno para o surgimento de uma estrutura capitalista, no qual a acumulação de capital, a exploração da força de trabalho, a divisão de classes e a detenção privada dos meios de produção configuram as bases dos meios de produção (Musto, 2022).

Em suma, as dinâmicas de transformação da sociedade são explicadas por Marx (2013) com base no conflito originado pelas relações de produção. A contradição interna ao sistema de produção evidencia a necessidade de uma mudança radical nas estruturas sociais. As contribuições de Marx para o pensamento político, em síntese, aprofundaram o entendimento sobre as dinâmicas de poder e exploração que moldam a organização social sob um ponto de vista materialista. Ao trazer a luta de classes e a *práxis* transformadora como elementos centrais de sua análise, ele rompe com a visão contratualista e idealista, apontando para a necessidade de uma mudança da estrutura material da sociedade que só pode ser concretizada pela ação coletiva.

Enquanto Marx (2013) explica a política como uma expressão das relações de produção e dos conflitos de classe, Hannah Arendt (2018) a considera um elemento essencial da condição humana, independente das relações econômicas. Para ela, o papel do Estado é assegurar um espaço de convivência onde a liberdade e a ação possam se realizar plenamente, promovendo a estabilidade social por meio do monopólio legítimo do poder. Enquanto a liberdade, para Marx (1867), só pode ser alcançada pela transformação das condições materiais, para Arendt (2018) a liberdade está ligada à capacidade de agir e de interagir politicamente, e é alcançada por meio

da valorização do espaço da ação coletiva e da liberdade, como um domínio essencialmente humano e distinto das relações econômicas.

Stieltjes (2001) explica que o pensamento de Marx é influenciado pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, que marcaram uma transformação nas relações de produção e nas estruturas sociais. Marx analisa as condições materiais e as contradições do capitalismo, propondo a luta de classes como elemento fundamental de influência social. Em contraste, o pensamento de Hannah Arendt surge no pós-Segunda Guerra Mundial, refletindo sobre os efeitos do totalitarismo e do autoritarismo (Stolcke, 2002). Arendt se distancia do materialismo histórico de Marx, enfatizando a política como uma esfera autônoma, voltada à liberdade e à ação pública.

Arendt (2018) considera o Estado como responsável por garantir as condições de vida e a ordem social através do monopólio do poder. Para ela, a política é uma esfera fundamental e inerente ao convívio humano, cujo principal propósito reside na garantia da liberdade. No entanto, a liberdade para Arendt não é apenas a ausência de coerção, mas a capacidade de agir na esfera pública, onde os indivíduos se relacionam como iguais. Ela esclarece a relação entre política e liberdade da seguinte forma:

A coisa política entendida nesse sentido grego está, portanto, centrada em torno da liberdade, sendo liberdade entendida negativamente como o não-ser-dominado e não dominar, e positivamente como um espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais. Sem esses outros que são meus iguais não existe liberdade alguma [...] (ARENDR, 2018, p. 50)

A liberdade negativa refere-se à ausência de coerção e à liberdade de agir sem interferência externa, enquanto a liberdade positiva está relacionada à capacidade de participar ativamente na esfera pública, criar um espaço político compartilhado e influenciar as decisões políticas em conjunto.

A liberdade positiva é manifesta no domínio da ação, proposto por Arendt (2018), possibilitando que os indivíduos expressem sua singularidade, interajam com outros e contribuam para a criação de um mundo político comum. A ideia de ação, segundo Arendt, está inserida em seu conceito de *Vita Activa*, na qual estão relacionados, ainda, o labor e o trabalho como atividades fundamentais

relacionadas às condições de existência humana (Arendt, 2008). O labor consiste nas atividades produtivas que ocorrem dentro da esfera privada do lar, visando garantir as necessidades básicas de sobrevivência, como alimentação, descanso e higiene, enquanto o trabalho corresponde aos ofícios realizados a serviço da sociedade.

Arendt (1958) enfatiza a importância da ação política como uma atividade que ocorre na esfera pública, onde os indivíduos se reúnem, dialogam e tomam decisões em conjunto. Essa ação coletiva é vital para a formação de comunidades políticas e a expressão da liberdade e da pluralidade. A ação política é uma atividade que só pode ocorrer na presença de outros, ou seja, na coletividade: *Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos* (ARENDR, 1958, p. 19). Ela defende que a ação política é fundamental para a liberdade e para a constituição de um espaço comum compartilhado.

Para Arendt (2008), a política não é apenas um mecanismo de controle, mas uma expressão ativa da humanidade, que se realiza por meio da interação entre iguais. Esse entendimento destaca a importância da esfera pública não apenas como um espaço de decisão, mas como um espaço vital para a formação de uma comunidade política que valoriza a liberdade e a diversidade de perspectivas.

Arendt (2008) defende a ideia de que a política deve ser um espaço de pluralidade e participação ativa. Um exemplo disso seria a construção de políticas públicas a partir de um diálogo inclusivo e do envolvimento ativo de diferentes grupos sociais. A liberdade, nesse contexto, se manifesta na capacidade de ação e expressão de cada pessoa dentro da coletividade. Do mesmo modo, uma greve, na perspectiva Arendt, também seria um exercício da liberdade. Para Marx, por outro lado, esta seria uma ação que visaria a conquista da liberdade por meio da luta pela transformação de estruturas econômicas e sociais.

2.2. Considerações sobre os fundamentos da política

As diferentes visões acerca dos fundamentos da legitimidade do poder político divergem significativamente em relação à natureza dos elementos que conferem essa legitimidade, oscilando entre perspectivas que a entendem como fruto de um equilíbrio consensual e outras que a interpretam como resultado de uma imposição de forças (Almeida; Adorno, 2021).

Para Hobbes (2002), a legitimidade do poder é atribuída a um contrato social no qual os indivíduos, em busca de segurança e ordem, delegam sua liberdade a um soberano absoluto, caracterizando uma imposição necessária para evitar o estado de natureza, marcado pelo conflito. Em contraste, Rousseau (2001) entende a legitimidade como emanada da vontade geral, um acordo entre iguais, no qual a soberania reside no povo, refletindo um equilíbrio intrínseco às relações sociais. Arendt (2008) contribui, ao destacar que a legitimidade não pode se basear unicamente na força ou na coação, mas deve ser sustentada pelo consentimento contínuo dos governados e pela capacidade de ação coletiva no espaço público.

Essas diferenças revelam que, na ciência política contemporânea, a legitimidade do poder é vista como um fenômeno complexo, que envolve tanto elementos de imposição quanto de consenso, dependendo das condições históricas e sociais em que se insere. Esse entendimento dinâmico possibilita a análise de como discursos políticos constroem legitimidade ao articular valores como justiça, segurança e liberdade, dialogando com as expectativas sociais e com as relações de poder que permeiam a sociedade.

2.3. A relação entre ação política e discurso

A discussão sobre a legitimidade do poder político destaca a importância de compreender como essa legitimidade se manifesta e é sustentada no discurso. É no espaço discursivo que as dinâmicas de poder se articulam, permitindo que valores políticos, como justiça e liberdade, sejam construídos, negociados e legitimados. Nesse sentido, torna-se essencial explorar a relação entre ação política e discurso, reconhecendo que o discurso não apenas reflete práticas políticas, mas também desempenha um papel central na sua

constituição e no modo como a legitimidade é representada e desafiada no espaço público.

Segundo Maingueneau (2007), o discurso pertence a um domínio abrangente de disciplinas, do qual fazem parte diversas áreas do conhecimento que o tomam como objeto de estudo. Por essa razão, o discurso não deve ser enquadrado por uma única disciplina. Assim como observa Maingueneau (2007, p.18): *o discurso somente se torna verdadeiramente objeto de um saber se ele for assumido por diversas disciplinas que possuem cada uma um interesse específico*. De maneira geral, assume-se que o discurso opera como objeto de disciplinas diversas em concomitância com os estudos da linguagem.

A política é uma das disciplinas que abrangem o discurso como objeto de estudo. A ciência política tem um caráter multidisciplinar, fundamental para abordar as complexidades do fenômeno político em diferentes dimensões, possibilitando uma análise mais ampla e integrada. A política se beneficia de perspectivas que permitem analisar desde o comportamento humano até a estrutura de sistemas governamentais, se valendo dos saberes de disciplinas como a sociologia, filosofia, história, economia, psicologia e análise do discurso (MITRE, 2016). Neste campo multidisciplinar que é a política, os estudos do discurso desempenham um papel fundamental na análise e compreensão das dinâmicas políticas.

Assim como colocado por Charaudeau (2008), o estudo do discurso político se insere em uma problemática conceitual acerca do campo político, sobre a qual se versa uma discussão filosófica que leva em consideração, entre outros elementos, o conceito de ação política.

O conceito de ação, na política, está diretamente ligado à concepção de linguagem e seu caráter interacional. De acordo com Charaudeau (2008), segundo o princípio de alteridade, o sujeito se reconhece em relação ao outro, a quem procura influenciar segundo o princípio de influência. Esse reconhecimento e legitimação recíprocos são essenciais para que o ato de linguagem seja considerado válido. Dessa forma, linguagem e política se apresentam como uma prática essencialmente relacional, onde ação e interação

são indissociáveis, uma vez que o ato de influenciar depende da construção de sentido compartilhado entre interlocutores (CHARAUDEAU, 2018).

O princípio de alteridade fundamenta o aspecto contratual de toda comunicação, que pressupõe um acordo entre os parceiros sobre os papéis e as expectativas na troca comunicativa.

Este princípio é o fundamento do aspecto contratual de todo ato de comunicação, pois implica um reconhecimento e uma legitimação recíprocos dos parceiros entre si. (CHARAUDEAU, 2005, p.12).

Essa relação coloca em questionamento o arbítrio dos sujeitos envolvidos, que deverão agir conforme um princípio de regulação. Esses princípios *são fundadores do ato de linguagem que o inscrevem em um quadro de ação* (CHARAUDEAU, 2008, p.16). É estabelecida, assim, uma relação de força entre os sujeitos, na qual, estando em jogo um determinado posicionamento, o sujeito que fala procura colocar o outro em uma posição de dominação. Deste modo, *pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social.* (CHARAUDEAU, 2008, p.16). Desta forma, o ato de linguagem na política não apenas reflete, mas possibilita e dá forma às relações de poder, configurando as dinâmicas de influência e dominação inerentes ao vínculo social.

Admite-se, portanto, segundo Charaudeau (2008, p.17) que *é a ação política, que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum. Ao mesmo tempo, é ela que permite que uma comunidade tome decisões coletivas.* Tendo em vista o caráter coletivo das instâncias que compõem o âmbito da política, por exemplo, a instância política e a instância cidadã, as decisões são igualmente tomadas de maneira coletiva, seja internamente ou entre ambas as instâncias. Dessa forma, o diálogo entre as instâncias configura um ato político, por meio do qual é assegurada a legitimidade da representação política. Nesse contexto, a linguagem é, portanto, parte fundamental da ação política, já que a interatividade é parte constituinte dessa dinâmica.

2.4. A Análise do discurso e a Análise do Discurso Político

Os estudos do discurso são permeados por problemáticas relacionadas à heterogeneidade do campo de pesquisa. Assim como coloca Maingueneau (2007, p.15), *Hoje, quando falamos de análise do discurso, não podemos mais ignorar que esse rótulo se aplica a trabalhos de inspirações muito diferentes em todo o mundo*. Nesse sentido, discussões que visam a um enquadramento da disciplina em um campo de estudo mais estável opõem:

os que desejam ver na análise do discurso uma disciplina de pleno direito e aqueles que preferem nela ver um espaço de encontro privilegiado entre os diversos campos das ciências humanas, todos confrontados com a questão da linguagem (MAINGUENEAU, 2007, p.15).

O já antigo debate acerca de possíveis enquadramentos dos estudos do discurso em uma disciplina formal desperta problemáticas de diferentes naturezas. Uma delas, assim como destaca Maingueneau (2007), reside no fato de a relação entre discurso e análise do discurso ser pensada nos mesmos termos de objeto em relação à disciplina que o estuda. A respeito dessa questão, ele observa que:

A partir da constatação de que existiria um domínio comumente denominado “discurso”, identificado mais ou menos vagamente com a atividade contextualizada de produção de unidades transfrásticas, a análise do discurso seria considerada como sendo a disciplina que se ocuparia de tal domínio. Isso significa pressupor algo que não é evidente: que o discurso seja um objeto imediatamente dado e, ainda por cima, que ele seja objeto de uma disciplina. (MAINGUENEAU, 2007, p. 18)

O discurso é abordado por um domínio abrangente de disciplinas que o tomam como objeto de estudo, pertencentes a diversas áreas do conhecimento. Por essa razão, o discurso não deve ser tratado como matéria exclusiva de uma disciplina unicamente (MAINGUENEAU, 2007). Assim como observa Maingueneau (2007, p.18), *o discurso somente se torna verdadeiramente objeto de um saber se ele for assumido por diversas disciplinas que possuem cada uma um interesse específico*. A realidade do discurso abrange não apenas componentes linguísticos, mas saberes de natureza social, cultural, histórica e psicológica relacionados a seu contexto de produção (MAINGUENEAU, 2007).

Cada uma dessas dimensões pode ser abordada por diferentes perspectivas disciplinares, como é feito pela linguística, a sociologia, a psicologia, a história, e a antropologia, por exemplo.

De maneira geral, assume-se que o discurso opere como objeto de disciplinas diversas em concomitância aos estudos da linguagem Maingueneau (2020). Têm-se, assim, visões distintas quando se fala sobre discurso do ponto de vista da linguística ou de outra disciplina que o leve em consideração. Na linguística, pode-se compreender o discurso como “o uso da língua”, ou ainda a *linguagem além da palavra, do grupo de palavras e da frase, agenciado de maneira que a comunicação alcance êxito* (MAINGUENEAU, 2020, p.23).

Por outro lado, na perspectiva das disciplinas diferentes da linguística que tomam o discurso como objeto, embora não haja uma uniformidade nos elementos que o conceituam, algumas ideias são admitidas como atribuições próprias ao discurso. É aceito, para a Análise do Discurso de linha francesa, segundo Maingueneau (2020), que o discurso é uma organização além da frase; é uma forma de ação; é interativo; é contextualizado; é regido por normas; é assumido no bojo de um interdiscurso e constrói socialmente o sentido. Se, por um lado, a plasticidade acerca do termo discurso dificulta uma conceituação mais precisa, por outro, permite um espaço de intercâmbio entre abordagens e disciplinas diversas.

Assim como a noção de discurso, a AD é um território heterogêneo. Inicialmente, a problemática discursiva associa os campos da língua, da atividade comunicacional e do conhecimento. Normalmente esses temas são tratados individualmente – sociólogos debruçam-se sobre a atividade comunicacional, os linguistas estudam as estruturas linguísticas e os psicólogos as modalidades e condições do conhecimento (Maingueneau, 2020). Com o advento da influência das abordagens pragmáticas, o interesse da AD se volta para a relação entre a estruturação dos textos e os *lugares sociais que os tornam possíveis e que eles tornam possíveis* (MAINGUENEAU, 2020, p.46). Seu objeto, desta forma, é o que amarra os funcionamentos textuais e a situação de comunicação por meio de um dispositivo de enunciação resultante do verbal e do institucional.

Charaudeau (1996) enfatiza a complexidade e a relação entre os componentes linguísticos e situacionais na construção do sentido discursivo. Ele coloca o discurso como uma resultante de dois componentes: o linguístico, que opera com material verbal e é estruturado de acordo com os princípios de pertinência próprios da linguagem, e o situacional, que opera com material psicossocial e colabora na definição dos seres como atores sociais e sujeitos comunicantes.

É importante não adotar uma visão demasiadamente sociologizante ou linguística do discurso, afirma Charaudeau (1996), mas reconhecer a interdependência entre esses dois pontos de vista. Essa abordagem permite uma análise mais abrangente e equilibrada das lacunas a serem preenchidas no estudo da dimensão situacional e linguística do discurso.

Charaudeau (1996) critica a predominância de uma linguística puramente formal na análise dos fatos de linguagem, destacando a importância da emergência da influência pragmática nas ciências da linguagem. O pragmatismo proporciona uma nova abordagem do problema da significação discursiva, considerando o uso da fala como um elemento fundamental na concepção do discurso.

2.4.1. O ato de linguagem

Para introduzir a noção de enunciação – ponto de partida basilar da abordagem pragmática da Análise do Discurso segundo Maingueneau (2007), partiremos do conceito de ato de linguagem segundo Charaudeau (1996), para introduzir as noções de intencionalidade comunicativa e das condições situacionais que envolvem o processo de construção do sentido no discurso por meio do conceito de ato de linguagem.

A teoria de Charaudeau (1996) sobre o ato de linguagem explora as bases da teoria de Austin sobre o ato de fala. Enquanto Austin introduziu a ideia de que a linguagem pode realizar ações através dos atos locutórios, ilocutórios e perlocutórios (SOUZA FILHO, 1990, p. 7-14, in AUSTIN, 1990), Charaudeau incorpora a dimensão pragmática e comunicacional no conceito de ato de

linguagem. Charaudeau enfatiza a intencionalidade dos sujeitos e o contexto comunicacional, destacando como o sentido é construído na interação entre emissor e receptor. O fato de Charaudeau fazer referência à enunciação como parte do processo de constituição de sentido na linguagem demonstra a incorporação na influência pragmática aos seus estudos do uso da língua.

O conceito de ato de linguagem é utilizado por Charaudeau (2008) para denominar a manifestação concreta do uso da linguagem em contextos sociais, em que os falantes realizam ações comunicativas com objetivos e intenções próprias. O ato de linguagem é praticado por um sujeito falante, que precisa ser reconhecido como tal pelo outro para que possa exercer seu direito à palavra. Sua identidade como sujeito falante depende da interação com o interlocutor.

É proposto por Charaudeau (2008), portanto, um modelo de estruturação do ato de linguagem organizado em três níveis: situacional, comunicacional e discursivo. O nível situacional está relacionado ao que se refere às circunstâncias de realização do discurso. Para isso, estão implicados fatores tais como a finalidade do ato de linguagem, a identidade dos parceiros, o domínio do saber e o quadro físico de espaço e tempo em que se realiza o ato.

No nível comunicacional está implicada a maneira de comunicar. O sujeito falante deve ter consciência acerca dos papéis languageiros necessários para que seja justificado seu direito à fala. O nível discursivo relaciona-se com o espaço de intervenção do sujeito falante, que o torna sujeito enunciador, responsável por aquilo que faz com que o discurso atenda aos critérios de legitimidade (princípio de alteridade), credibilidade (princípio de pertinência) e captação (princípios de influência e regulação). Esses discursos são elaborados utilizando recursos linguísticos e organizacionais específicos, adaptados ao contexto situacional e ao projeto de fala do comunicador. O sentido é estabelecido, portanto, tanto pelas limitações da situação de comunicação quanto pelas especificidades do projeto de fala.

Charaudeau (2008) aponta três condições que fundamentam o direito à fala: o reconhecimento do saber, o reconhecimento do poder e o reconhecimento

do saber fazer. Essas condições são essenciais para que o sujeito tenha legitimidade em sua comunicação e sua perspectiva seja considerada válida.

O reconhecimento do saber, como definido por Charaudeau (2008), refere-se ao domínio onde circulam discursos de verdades e crenças compartilhadas pela comunidade social. Os domínios onde se encontram os discursos, embora não sejam uma representação absoluta da verdade, constituem consensos sobre a percepção do mundo físico, experiências emocionais e a lógica do raciocínio.

O reconhecimento do poder, ou da legitimidade socioinstitucional, reside no fato dos indivíduos de uma sociedade desempenharem diferentes papéis sociais que lhes conferem status específicos. A legitimidade do sujeito falante advém da relação entre identidade psicossocial e papel linguageiro na comunicação social.

O reconhecimento do "saber fazer" envolve um reconhecimento que permita julgar a habilidade do sujeito como comunicador. Isso é definido pelo conceito de "projeto de fala", que se baseia nas circunstâncias de comunicação e no olhar avaliador dos interlocutores. Esse projeto é construído através de uma interação constante entre o espaço externo e interno da comunicação, onde o sujeito demonstra sua capacidade de conectar esses espaços. Isso é o que confere credibilidade ao sujeito, essencial para ter direito à palavra.

Em suma, a legitimidade é pré-determinada e não negociável para o sujeito. Ela é baseada em sua posição frente à sociedade e pode derivar do conhecimento e do poder. Esta legitimidade está vinculada à identidade socioinstitucional do sujeito e é avaliada em relação ao seu desempenho linguístico.

A credibilidade, por sua vez, não é predefinida e pode ser constantemente discutida e reavaliada. Ela reflete a capacidade do sujeito de demonstrar competência e é fundamental para garantir o direito à fala. Assim, a legitimidade depende da confirmação da credibilidade e, às vezes, pode ser reavaliada por esta.

Charaudeau define o ato de linguagem, portanto, da seguinte forma:

Um ato de linguagem, como acabamos de ver, indica uma intencionalidade, a dos sujeitos falantes, parceiros de um intercâmbio. Depende da identidade deles, resulta de um objetivo de influência, é portador de um propósito sobre o mundo: Além disso, se realiza num tempo e num espaço dados, determinando o que é comumente denominado situação. (CHARAUDEAU, 2008, p.34)

Além do reconhecimento mútuo pressuposto pelo conceito de direito à palavra, para que o ato de linguagem seja válido, é necessário que os parceiros de comunicação partilhem de um mínimo de saberes (Charaudeau, 2008). Ademais, em função da ação dos princípios de influência e regulação sobre os sujeitos falantes, o ato de linguagem permite a prática de estratégias. Assume-se, portanto, que o ato de linguagem seja estruturado em um espaço de limitações e um espaço de estratégias. No espaço de limitações estão implicados os dados mínimos necessários para que o ato de linguagem seja válido. O espaço de estratégia está relacionado às escolhas que podem ser feitas pelos sujeitos na encenação do ato de linguagem.

O conhecimento partilhado e reconhecido mutuamente pelos sujeitos está relacionado ao princípio da pertinência, que diz respeito ao saber prévio posto em jogo, necessário para a produção e compreensão do ato de linguagem (Charaudeau, 2008). Essa dimensão é preexistente à enunciação, portanto está situada em um duplo espaço - interno e externo à verbalização. Desta forma, tem-se os sujeitos de linguagem em dois papéis fundamentais: parceiros e protagonistas. No contexto de interação, na atividade social e mútua, é estabelecida uma relação de parceria, em que os sujeitos dão vida aos papéis de comunicante e interpretante. Quando na perspectiva de seu papel individual, no qual é responsável pelo seu ato de enunciação, tem-se os papéis de enunciador e destinatário.

Charaudeau (2008) propõe uma abordagem que visa analisar os comportamentos languageiros em relação às condições psicológicas que os influenciam, considerando os diferentes tipos de situações de intercâmbio comunicativo, os quais ele denomina como "contratos". Para Charaudeau (2008), o "como dizer" está intrinsecamente relacionado aos tipos de situação de

intercâmbio, ou seja, à natureza específica do contexto comunicativo em que a interação verbal ocorre.

2.4.2. Enunciação e enunciado

A abordagem de Charaudeau sobre o ato de linguagem, que analisa os comportamentos linguageiros em relação às condições psicológicas e contextuais, fornece uma base para a reflexão que propomos acerca das noções de enunciação e enunciado segundo Maingueneau (2007). Charaudeau (2008) enfatiza a intencionalidade dos sujeitos e o contexto comunicacional, destacando como o sentido é construído na interação entre emissor e receptor. Essa perspectiva fornece bases para uma reflexão acerca da construção de significados e identidades nos discursos, conforme explorado por Maingueneau (2007). A análise dos conceitos de enunciação e enunciado permite aprofundar a compreensão do sujeito no discurso, discussão que remonta à Retórica de Aristóteles e evolui para considerar a distinção entre o indivíduo físico e o sujeito do discurso. Assim, a abordagem de Charaudeau complementa e a análise discursiva proposta por Maingueneau, proporcionando uma visão integrada das dinâmicas comunicativas e da construção do sentido. A escolha de partir do conceito de ato de linguagem de Charaudeau para introduzir as noções de enunciação e enunciado segundo Maingueneau destaca a relevância de considerar tanto as condições situacionais quanto as intenções comunicativas na análise do discurso.

A reflexão acerca dos conceitos de enunciação e enunciado é fundamental para a compreensão do discurso das categorias da Análise do Discurso. A enunciação, entendida como o ato de produção do discurso, e o enunciado, como o resultado desse ato, são elementos centrais na construção dos sentidos e das identidades discursivas. Segundo Maingueneau (2007), a enunciação envolve a posição do sujeito no ato de dizer, enquanto o enunciado é o produto concreto desse processo. Dessa forma, o discurso é visto como uma prática social e interacional que se materializa através da enunciação e se manifesta nos enunciados.

Os estudos do discurso, historicamente, levam em consideração determinadas categorias para a análise da construção de significados e

identidades relacionadas à realidade dos discursos (Maingueneau, 2007). O conceito de sujeito está presente em uma discussão que remonta às origens dos estudos discursivos, na Retórica, e é representado a partir de caracterizações distintas de acordo com a abordagem pela qual é considerado. Nascimento (2019) recorda o conceito de sujeito locutor, da Retórica de Aristóteles, retratado como a entidade empírica presente na interação linguística. Nessa perspectiva, a distinção entre indivíduo físico e sujeito do discurso ainda não era profundamente problematizada. Na Análise do Discurso, surge o conceito de sujeito da enunciação, que propõe que a figura do sujeito ganha vida no ato de produção do enunciado, operando como uma posição enunciativa, na qual estão implicadas as dimensões sociais, históricas e ideológicas relativas à enunciação.

Acerca do conceito de enunciação, de acordo com Magalhães (2019, *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.34): *Assim, enunciação pode ser vista como atividade social e interacional por meio da qual a língua é colocada em funcionamento por um enunciador, aquele que fala ou escreve. A enunciação consiste em uma dimensão inerente não à língua, mas ao discurso, da qual provêm as orientações para o sentido do enunciado. Nesse sentido, a enunciação constitui a base da relação entre a língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado; por outro, constitui-se, por si mesma, um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço* (MAGALHÃES, 2019 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p.34).

O interesse pelo papel da enunciação, segundo Nascimento (2019) representa a emergência das abordagens pragmáticas do discurso, nas quais o aspecto social da linguagem ganha espaço na análise do processo de construção dos sentidos na linguagem. Esse cenário remonta às discussões acerca da concepção de enunciação, problemática sobre a qual se versam alguns dos principais trabalhos de Saussure. Ao debruçar-se sobre o questionamento acerca do objeto da linguística, Saussure propôs a distinção entre língua e fala, em que a língua se constitui como a dimensão social da linguagem, conhecimento assimilado, enquanto a fala consiste no ato de realização que coloca a língua em prática (SAUSSURE, 2021).

Da dicotomia língua e fala de Saussure emerge o questionamento acerca do processo de passagem da língua para a fala, ao qual se relacionam

os estudos da enunciação de Benveniste (FIORIN, 2017). Fiorin (2017) resgata o posicionamento de Benveniste acerca da enunciação, segundo o qual esta consiste na *colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização* (FIORIN, 2017, apud BENVENISTE, 1974, p.80). Ele acrescenta que a enunciação é: *a instância de mediação entre a língua e o discurso*. (FIORIN, 2017, p.971).

Embora seja desafiador propor uma conceituação categórica para a noção de enunciação, assim como outras categorias consideradas pela Análise do Discurso, atributos como “instância de mediação” e “está no interior do discurso”, como vimos nas colocações anteriores, aproximam a enunciação de uma noção atrelada à concretização do discurso, à sua efetiva realização. Magalhães aproxima a ideia de enunciação à categoria do *ethos*, atrelando ambas as noções ao processo de fundação da imagem do enunciador: *Enunciação é uma instância anterior ao enunciado que, por sua vez, tem a capacidade de fundar a imagem do enunciador concebido de modo similar à noção de ethos trazida da retórica aristotélica*. (MAGALHÃES, 2019, p. 34).

Na colocação da autora, é feita uma distinção entre enunciado e enunciação, pertinente para se observar a maneira como essas noções são trabalhadas pela AD, em especial no que se refere à constituição do sujeito do discurso, que se dá pelo processo de enunciação. Acerca disso, Nascimento pontua:

Para Benveniste, a enunciação é um processo, ou seja, um ato pelo qual o enunciador, por sua própria conta, mobiliza a língua. Nesse sentido, é o ato de apropriação da língua que introduz o sujeito no discurso. Por isso, o produto desse ato é o enunciado, e a enunciação é a tomada de posição do sujeito, que se apropria da língua, e dos recursos disponíveis nela para instaurar o Outro e colocar em funcionamento o discurso, constituindo a si próprio como referência essencial ao discurso. Desse modo, atualizando a proposta de Benveniste, posso afirmar que o *ethos* para a Retórica está na mobilização do sujeito locutor do enunciado enquanto para a AD, no sujeito da enunciação. (NASCIMENTO, 2019, p.48)

A distinção entre a maneira como são compreendidas as noções de enunciado e enunciação, que trata a enunciação como um processo do qual o

enunciado se resulta, salienta o aspecto de dinamicidade do processo de constituição dos efeitos de sentido segundo a AD. A enunciação, enquanto processo, não se limita a um ato de transmissão de uma mensagem, é um ato performativo que envolve um posicionamento do sujeito em relação ao que é dito e ao contexto em que o diz (Nascimento, 2019).

2.4.3. Categorias de análise do discurso

Maingueneau (2020) denomina as categorias da análise do discurso sob o termo unidades. Ele estabelece uma distinção entre as unidades do discurso recortadas pelos domínios das práticas sociais, denominadas por ele unidades “tópicas”, e a unidades construídas pelos pesquisadores, ditas “não tópicas”. São exemplos de unidades tópicas a noção de gêneros de discurso, formação discursiva ou interdiscurso. As categorias de análise do discurso são unidades não tópicas, dentre elas, por exemplo, estão a noção de cena de enunciação e de formação discursiva. Enquanto as unidades tópicas estão enraizadas nas práticas sociais e refletem os gêneros discursivos presentes no cotidiano, as unidades não tópicas, construídas pela teoria, possibilitam uma leitura aprofundada da estrutura e do funcionamento do discurso.

Abordamos, nesta sessão, as seguintes categorias da Análise do Discurso de linha francesa, ou unidades não-tópicas, segundo Maingueneau (2020): formação discursiva, interdiscurso, cena englobante, cena genérica, cenografia e *ethos*.

2.4.3.1 Formação discursiva e o interdiscurso

A construção do sentido, no discurso, está diretamente ligada a suas condições de produção – um termo de significado amplo, relacionado a fatores que determinam as possibilidades e os limites do discurso, influenciando tanto o conteúdo quanto a forma como ele é enunciado e interpretado (Maingueneau, 2020). Os conceitos de formação discursiva (FD) e interdiscursos referem-se a unidades tópicas estabelecidas para analisar os espaços simbólicos em que se originam os discursos. Iniciaremos pela abordagem do conceito de formação discursiva, segundo a perspectiva de Maingueneau (2020), em seguida, trataremos da noção de interdiscurso.

A formação discursiva é um conceito que descreve a maneira como as diferentes formas de conhecimento e expressão emergem em um determinado momento histórico e em um contexto social específico. Ela abrange um conjunto de regras, normas, convenções linguísticas e condições de possibilidade que moldam a produção e a circulação de discursos em uma determinada época (Maingueneau, 2020).

Segundo Maingueneau (2020), a origem do conceito é remetida a Foucault e aos trabalhos de Pêcheux e Althusser:

Em Michel Pêcheux (Haroche, Henry e Pêcheux, 1971), o termo “formação discursiva” se apoia, sem dúvida, no conceito introduzido por Foucault, mas se inspira também no filósofo marxista Louis Althusser e em seus colaboradores, que analisavam a sociedade por meio dos termos “formação social” e “formação ideológica”. (MAINGUENEAU, 2020, p.80)

De acordo com Maingueneau (2020), a formação discursiva é concebida como um *sistema de restrições invisíveis, transversal às unidades tópicas* (MAINGUENEAU, 2020, p. 81). Pêcheux parte de princípios semelhantes aos seguidos por Foucault e se inspira no marxismo de Althusser, ao se debruçar sobre os conceitos de “formação social” e “formação ideológica”. A formação ideológica constitui um conjunto de atitudes que se relacionam com relações de poder relativas a posições de classes e é capaz de intervir na formação social. Essa intervenção tem a ver com as restrições que a formação discursiva impõe acerca dos gêneros de discursos que circulam. De acordo com essa perspectiva, ela determina *o que pode e deve ser dito* (MAINGUENEAU, 2020, p.81).

Maingueneau (2020) apresenta dois principais tipos de formação discursiva: temáticas ou de identidade. A formação discursiva temática organiza-se em torno de um tema específico, identificado comumente por expressões nominais, como "a droga" ou "a guerra no Afeganistão". Esse tipo de formação não visa analisar o referente em si, mas os enunciados que o abordam dentro de determinados limites espaciais e temporais.

A formação discursiva de identidade, conforme Maingueneau (2020), refere-se a um conjunto de discursos que delimitam e estruturam a identidade de um grupo específico. Os discursos relacionados a uma FD de identidade não

apenas refletem a identidade do grupo, mas também a constroem ao organizar práticas discursivas que reforçam valores, crenças e comportamentos compartilhados. Por exemplo, no discurso nacionalista, são enfatizados elementos que definem a identidade coletiva de uma nação, em oposição àqueles que pertencem a outras nacionalidades. Da mesma forma, no discurso feminista, articulam-se enunciados que consolidam a identidade das mulheres enquanto grupo social em busca de equidade e reconhecimento, marcando o pertencimento à luta e distinguindo-a de outras formas de discurso. Essas formações discursivas estão em constante diálogo com outras formações, sendo fundamentais para a construção e a manutenção de identidades sociais.

Maingueneau (2020) ainda reforça que, os discursos de uma formação discursiva não apenas refletem, mas também constroem a identidade de um grupo específico. Esse processo ocorre por meio da organização de práticas discursivas que reforçam valores, crenças e comportamentos compartilhados.

Orlandi (2012) relaciona o conceito de formação discursiva ao de interdiscurso. Segundo ela:

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória. (ORLANDI, 2012, p. 43-44)

O interdiscurso é, portanto, compreendido como o conjunto de discursos anteriores com os quais o sujeito enunciador teve contato, repertório a partir do qual novos discursos são produzidos, enquanto as formações discursivas são espaços de organização desses discursos.

Maingueneau (2020) faz referência às ideias de Pechêux relacionadas à noção de interdiscurso e de sua semântica global, que seguem a linha que defende que o significado de um discurso não é fechado ou autônomo, mas está sempre inserido em um campo maior de relações discursivas.

Uma palavra, uma expressão ou uma proposição não têm um sentido que lhes seria próprio, como se estivesse preso

a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. (MAINGUENEAU, 2008a, p.447, *apud* PÉCHEUX, 1975, p. 145)

É essencial, portanto, considerar como cada discurso se relaciona com outros discursos em uma formação discursiva. As palavras e expressões ganham significado através dessas interações, formando uma rede de sentidos que vai além do texto isolado (Maingueneau, 2008a). Isso nos permite compreender melhor a complexidade e a profundidade dos discursos, reconhecendo que eles são parte de um diálogo contínuo e dinâmico com outros discursos e contextos.

Maingueneau (2008a), em sua caracterização da noção de interdiscurso, divide o conceito da seguinte maneira: entre universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. O universo discursivo é o conjunto total de formações discursivas que interagem em um determinado contexto, representando uma extensão ampla e finita, que define o horizonte geral para a análise de domínios específicos. Dentro desse universo, o campo discursivo refere-se a subconjuntos de discursos que competem entre si em uma área específica. Essa delimitação dos campos é uma abstração necessária para entender as redes de troca discursiva. O que Maingueneau (2008a) apresenta como a noção de espaço discursivo, corresponde a subconjuntos de formações discursivas que o analista determina com base no que considera relevante para o estudo. Essas escolhas são baseadas em hipóteses sobre os textos envolvidos no contexto e conhecimentos históricos, que serão confirmados ou modificados no fazer da pesquisa.

2.4.3.2 A noção de gênero de discurso

No desenvolvimento de sua abordagem da noção de enunciação, Maingueneau (2020) propõe o conceito de cena de enunciação. A cena configura o cenário discursivo em que o enunciado se materializa, articulando aspectos como o espaço onde se enuncia, as relações de poder implicadas e os papéis assumidos pelos sujeitos. O termo cena, segundo ele, contudo, se mostra mais apropriado do que expressões como “situação de enunciação” ou “situação de

comunicação”, por abranger elementos como, além do espaço, os atores que compõem a cena, assim como as ações, verbais e não verbais, que nela decorrem. A cena é análoga à peça teatral, situação na qual o ator assume momentaneamente um papel, descaracterizando-se logo ao fim da cena.

Relacionado ao conceito de cena da enunciação proposto por Maingueneau (2020) está o de gênero de discurso, por sua vez semelhante à noção de gênero textual a que estamos familiarizados. O gênero textual, assim como o discursivo, apresenta características padronizadas relacionadas à estrutura, finalidade, situa-se em espaços determinados etc. O conceito de gênero textual é resgatado por Marcuschi nos seguintes termos:

Usamos a expressão gênero textual como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica. (MARCUSCHI, 2003, p.3)

A noção de gênero pressupõe elementos composicionais e convenções de uso típicos que fazem de um texto ou discurso um modelo que serve a um propósito comunicativo e constrói o sentido no seio da enunciação. Esses elementos e convenções formam um padrão que orienta a produção e a interpretação de textos e discursos em um determinado gênero. Em outras palavras, o gênero estabelece um modelo que guia a estrutura, o estilo e o propósito comunicativo dos textos e discursos, assegurando que eles atendam às expectativas e normas pressupostas para aquela categoria.

Por exemplo, no que diz respeito à sua organização como gênero, o discurso de posse pode ser caracterizado segundo seus atributos típicos que deve apresentar para que seja reconhecido como tal, conforme podemos verificar na ilustração:

Quadro 1 – Características do discurso de posse no campo político

Discurso de posse no campo político	
Conteúdos	História do político Agenda política Necessidades da gestão Impasses políticos anteriores e atuais
Propriedades funcionais	Inserção ou reafirmação do político no campo Proposição de coalizão com políticos Compromisso com eleitores
Estilo	Uso de modalidade deôntica e, por vezes, volitiva Usos mais prototípicos da escrita formal Usos de vocativos
Composição característica	Apresentação (saudação e agradecimento) Desenvolvimento (narração e agenda política) Encerramento

Fonte: Lima (2024, p. 92)

A diferença conceitual entre gênero textual e gênero de discurso reside na distinção entre os próprios termos texto e discurso, assim como apresenta Marcuschi:

[...] pode-se dizer que texto é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos. Em outros termos os textos realizam discursos em situações institucionais históricas, sociais e ideológicas. (MARCUSCHI, 2003, p.24)

Gênero discursivo pode ser considerado, portanto, como o conjunto de elementos que estruturam e orientam a produção e interpretação dos discursos em contextos específicos

Para Maingueneau (2020), o gênero de discurso pertence a uma esfera maior, à do tipo de discurso, que ele apresenta como o conjunto de práticas discursivas ligadas a uma esfera de atividade, como o discurso político, o discurso publicitário etc. Os tipos de discurso reúnem gêneros *estabilizados por uma mesma atividade social* (MAINGUENEAU, 2020, p.66). Um tipo de discurso,

portanto, reúne um conjunto de gêneros de discurso a ele relacionados. Ao domínio do tipo de discurso político, por exemplo, pertencem gêneros de discurso tais como o comício, o panfleto, a propaganda eleitoral etc.

Maingueneau (2020) destaca, ainda, categorias às quais cada gênero se relaciona. Assim como o gênero pertence a uma instância discursiva maior – o tipo, ele se dá, ainda, em uma esfera de atividade específica, pode se manifestar em campo discursivo e um lugar de atividade específicos.

A noção de esfera de atividade consiste na segmentação de um gênero em um determinado domínio (MAINGUENEAU, 2020). No discurso político, por exemplo, é possível elencar a campanha eleitoral ou a imprensa oficial como esferas de atividades que apresentam características específicas encontradas no domínio desse tipo de discurso.

Pode ocorrer de uma esfera de atividade pressupor uma diversidade de posicionamentos discursivos como realidade inerente àquele domínio. Essa realidade Maingueneau (2020) denomina campo discursivo. O campo discursivo prevê uma disputa entre diferentes posicionamentos, uma vez divergentes, que nele se manifestam, assim como uma hierarquia em que há posicionamentos dominantes em concorrência com outros posicionamentos menos influentes.

É possível categorizar os gêneros de acordo com os espaços físicos institucionais em que ocorrem tipicamente, de acordo com Maingueneau (2020). Ele denomina essa categorização como lugares de atividade. É possível associar ao lugar de atividade hospital, por exemplo, gêneros relacionados ao discurso médico que circulam especificamente nesse espaço, como o prontuário e a receita.

2.4.3.3 As cenas da enunciação

Adiante na abordagem dos desdobramentos da noção de gênero por Maingueneau (2020), é relacionada às condições de produção dos discursos a categoria cena de enunciação, proposta por ele. O conceito de cena se desdobra em três dimensões: cena englobante, cena genérica e cenografia. É no âmbito dessas dimensões que o discurso ganha forma, obedecendo a um

enquadramento que abrange desde o contexto social até as escolhas estilísticas do enunciador. Por meio das categorias da cena, é possível observar como os discursos se constroem e se articulam nas práticas sociais pertinentes a seu gênero.

A cena englobante está relacionada ao tipo de discurso: um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros do discurso: cena política, midiática etc. (Maingueneau, 2020) A cena englobante tem a ver com o modo de agir que se assume de acordo com a convenção do meio em que ela se dá. Pode ocorrer de o discurso pertencer simultaneamente a duas cenas englobantes distintas. Nesse caso, cabe ao pesquisador, em função de seus objetivos de pesquisa, determinar a cena à qual o discurso deverá ser associado.

A cena genérica consiste na realidade tangível pautada nas características do gênero do discurso. Dos gêneros, é possível depreender uma finalidade da atividade praticada; papéis para os participantes da cena; um lugar apropriado para sua realização; a temporalidade: periodicidade, duração etc.; o suporte: que tipo de material o texto exige – um papel, uma tábua, as ondas do rádio; uma composição: alguns gêneros são formados por um plano de texto composto por partes determinadas; uso específico de recursos linguísticos: todo gênero possui, por exemplo, um nível de registro aceito, se formal, ou informal etc.

A combinação entre cena englobante e cena genérica resulta no que Maingueneau denomina “quadro cênico”, isto é, um contexto formado por elementos mais estáveis a partir da qual a cena de enunciação se desenvolve.

A cenografia tem a ver com a ambientação, de fato, em que se dá a enunciação do discurso. Ou seja, corresponde a como o momento da enunciação de fato se dá. A encenação em que se dá um discurso deve reforçá-lo, legitimá-lo. Uma cenografia pode ser exógena e endógena, podendo importar outra cena genérica ou se utilizar restritamente da cena do gênero estabelecido. Desta forma, a configuração da ambientação do discurso, no contexto enunciação, parte de referências que o sujeito possui em relação ao quadro cênico e a maneira como se apresentam os elementos da cenografia, tais como os papéis assumidos pelos sujeitos e a ambientação.

O discurso de posse da presidência da república de Fernando Collor, *corpus* de que nos valem para a análise, sob o ponto de vista dos três tipos de cenas de enunciação, pode ser classificado da seguinte forma: a cena englobante é o âmbito político, que inclui uma série de práticas e discursos voltados para fins políticos, como discursos institucionais e pronunciamentos voltados à população. A convenção dessa cena englobante conta com suas próprias normas e expectativas sobre como os políticos devem se comportar e, no caso da campanha eleitoral, comunicar suas propostas ao público para angariar votos.

O pronunciamento de posse, como gênero discursivo, obedece a pressupostos típicos que o caracterizam como tal. Sua composição é estruturada em três partes principais: a apresentação, que inclui a saudação e os agradecimentos; o desenvolvimento, onde são narrados os desafios e a agenda política; e o encerramento. No que diz respeito ao tipo de registro, predominam o uso de modalidades normativa, e, em alguns casos, volitivas, além de formas típicas da expressão formal e o uso de vocativos. Entre as propriedades funcionais, destacam-se a inserção ou reafirmação do político no campo, a proposição de coalizões com outros políticos e o compromisso com os eleitores. Por fim, os conteúdos abordados incluem a história do político, a agenda política, as necessidades de gestão e os impasses políticos anteriores e atuais.

A cenografia envolve a forma como o pronunciamento de posse é encenado no momento de sua enunciação. Supondo que o candidato adote uma postura de "defensor do povo", usando um tom emocional, com gestos que expressam confiança e empatia. A ambientação inclui a disposição do líder eleito em um palanque, a fala voltada ao público, composto por autoridades e pela sociedade civil, cobertura midiática etc.

2.4.3.4 A constituição do *ethos*

O conceito de *ethos* é apresentado de maneira característica por diferentes abordagens. Para a Análise do Discurso de linha francesa, o *ethos* consiste na imagem do enunciador projetada no contexto do discurso (MAINGUENEAU, 2007). Para a Retórica aristotélica, o *ethos* opera como um recurso discursivo que tem como finalidade a persuasão do auditório

(Nascimento, 2019). Na perspectiva da Análise do Discurso, o *ethos* está relacionado à construção da imagem do sujeito enunciador e sua relação com as condições específicas de emergência e circulação do discurso.

Maingueneau (2008b) traça um panorama histórico acerca da evolução do conceito de *ethos*, segundo o qual este passa a ser explorado em termos pragmáticos e discursivos pela Análise do Discurso de linha francesa apenas na década de 1980. O *ethos* é integrado a uma perspectiva enunciativa com base nos trabalhos de Ducrot e Maingueneau.

Além da associação do conceito de enunciação ao de *ethos*, a abordagem pragmática trouxe novos elementos para expandir essa relação ao propor uma extensão do conceito de *ethos* para além da oralidade pública:

A retórica tradicional ligou estreitamente o *ethos* à eloquência, à oralidade em situação de fala pública (assembléia, tribunal...), mas cremos que, em vez de reservá-la para a oralidade, solene ou não, é preferível alargar seu alcance, abarcando todo tipo de texto, tanto os orais como os escritos. (MAINGUENEAU, 2008b, p.17)

A noção do *ethos* é problematizada pela AD e sua conceituação pode ser situada a partir de amplas zonas de variação. No entanto, de acordo com Maingueneau (2008b), é possível estabelecer princípios constituintes mínimos do *ethos* relacionados à abordagem enunciativa, sendo eles:

- o *ethos* é uma noção discursiva, ele se constrói através do discurso, não é uma “imagem” do locutor exterior a sua fala;
- o *ethos* é fundamentalmente um processo interativo de influência sobre o outro;
- é uma noção fundamentalmente híbrida (sócio-discursiva), um comportamento socialmente avaliado, que não pode ser apreendido fora de uma situação de comunicação precisa, integrada ela mesma numa determinada conjuntura sócio-histórica. (MAINGUENEAU, 2008b, p. 17)

O *ethos* se configura, portanto, como uma construção que emerge na própria interação discursiva, sendo o modo pelo qual o sujeito se posiciona e é percebido pelo interlocutor, conforme colocado por Maingueneau (2008b). O *ethos* é moldado pelas condições de produção e pelo contexto sócio-histórico em que o discurso ocorre. Esse processo híbrido permite que o *ethos* reúna

elementos linguísticos e sociais, ajustando-se de acordo com as expectativas e convenções que regem a situação de comunicação. Assim, a análise do *ethos* envolve observar como o enunciador mobiliza recursos discursivos para projetar uma identidade que considere relevante para estabelecer e reforçar o vínculo com o interlocutor por (Maingueneau, 2008b).

Maingueneau (2008b) compara sua perspectiva do *ethos* com aquela relacionada ao domínio da argumentação e da Retórica, que privilegiam a noção de persuasão associada ao *ethos*. De acordo com ele, *Para além da persuasão por meio de argumentos, essa noção de ethos permite refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a um certo discurso.* (MAINGUENEAU, 2008b. p.17). Desta forma, o estudo do *ethos* pela Análise do Discurso não se atém somente aos discursos argumentativos, objeto típico do estudo do *ethos* retórico.

Ademais, o *ethos* da Retórica é representado tal qual uma estratégia argumentativa da qual se valia o orador para persuadir seu auditório. Para além de uma estratégia, a Análise do Discurso investiga o *ethos* como uma construção que emerge das práticas enunciativas, uma manifestação discursiva que representa características, atitudes e valores do sujeito da enunciação. Acerca disso:

Com essa perspectiva, optamos, então, por uma concepção “encarnada” do *ethos*, para retomar os termos de Auchlin. Esse *ethos* recobre não só a dimensão verbal, mas também o conjunto de determinações físicas e psíquicas ligados ao “fiador” pelas representações coletivas estereotípicas. Assim, atribui-se a ele um “caráter” e uma “corporalidade”, cujos graus de precisão variam segundo os textos. O “caráter” corresponde a um feixe de traços psicológicos. Quanto à “corporalidade”, ela está associada a uma compleição física e a uma maneira de vestir-se. Mais além, o *ethos* implica uma maneira de se mover no espaço social, uma disciplina tácita do corpo apreendida através de um comportamento. O destinatário a identifica apoiando-se num conjunto difuso de representações sociais avaliadas positiva ou negativamente, em estereótipos que a enunciação contribui para confrontar ou transformar: o velho sábio, o jovem executivo dinâmico, a mocinha romântica... (MAINGUENEAU, 2008b. p. 18)

Nessa perspectiva, o *ethos* é integrado a uma representação física e psicológica do sujeito que enuncia. Ele não só comunica, mas também projeta características e atitudes reconhecíveis, que o interlocutor interpreta com base em estereótipos e representações coletivas. Essa construção envolve tanto uma personalidade implícita atribuída ao sujeito, quanto uma corporalidade, que abrange aspectos como aparência física e postura. O *ethos*, assim, se revela em uma encenação, que leva em consideração uma forma de se movimentar e ocupar o espaço social que traz à tona expectativas culturais e sociais, as quais o discurso pode reafirmar ou desafiar. Dessa forma, o *ethos* reflete uma complexa interação entre o discurso e as convenções sociais, delineando a imagem do sujeito não apenas como uma figura verbal, mas como uma presença social completa e situada.

Enquanto a Retórica clássica se concentra no *ethos* como uma questão de postura discursiva formal, o *ethos* da AD afirma que a constituição da imagem de si no discurso é inseparável do corpo e dos comportamentos, assim como de representações sociais e culturais.

Essa abordagem do *ethos* reconhece que em qualquer tipo de enunciação, escrita ou oral, o enunciador é percebido também pelo modo como "incorpora" seu discurso, relacionando-se a elementos de ordem visual, gestual e estereotípica (MAINGUENEAU, 2008b). Em resumo, enquanto a retórica clássica restringe o *ethos* à fala e à argumentação, o *ethos* encarnado explora a totalidade do corpo e das interações sociais na construção dessa imagem discursiva.

Charaudeau (1996) remonta à discussão acerca do conceito de *ethos* e às diferentes perspectivas da Retórica antiga acerca de sua concepção. Segundo ele, nesse cenário, há uma vertente defendida por Isócrates e Cícero que propõe ideia de um *ethos* prévio, independente do discurso. Por outro lado, há a perspectiva aristotélica, que considera o *ethos* uma construção discursiva. Desse quadro, afirma Charaudeau (1996), emerge a questão do sujeito linguageiro, conceito segundo o qual o sujeito falante é um ser constituído tanto pela sua identidade social e psicológica quanto pela identidade discursiva que ele constrói através do ato de fala. Ele defende que a construção da imagem do sujeito passa tanto por uma visão dele mesmo sobre si, como pelo olhar daquele

a quem ele se dirige. Nessa dupla perspectiva, tanto os dados prévios ao discurso como aqueles trazidos no ato de fala são levados em consideração. Acerca disso:

O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída, e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si. O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O *ethos* é o resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única. (CHARAUDEAU, 1996, p. 115)

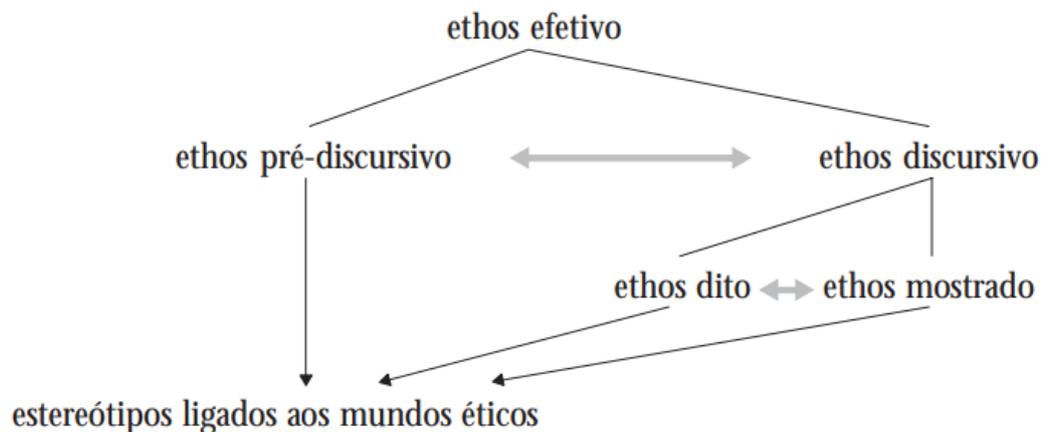
Em suas contribuições, Maingueneau destaca a coexistência de diferentes níveis do *ethos*:

O *ethos* de um discurso resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo (*ethos* mostrado), mas também os fragmentos do texto nos quais o enunciador evoca sua própria enunciação (*ethos* dito) – diretamente (“é um amigo que lhes fala”) ou indiretamente, por meio de metáforas ou de alusões a outras cenas de fala, por exemplo. A distinção entre *ethos* dito e mostrado se inscreve nos extremos de uma linha contínua, uma vez que é impossível definir uma fronteira nítida entre o “dito” sugerido e o puramente “mostrado” pela enunciação. O *ethos* efetivo, construído por tal ou qual destinatário, resulta da interação dessas diversas instâncias. (MAINGUENEAU, 2008b. p. 18)

O *ethos* efetivo surge da combinação do *ethos* pré-discursivo e do *ethos* discursivo sob a influência do que ele denomina “mundos éticos” – estereótipos culturais que que influenciam as expectativas dos interlocutores sobre o enunciador (Maingueneau, 2008b). São construções sociais que envolvem representações coletivas e que influenciam tanto a percepção pré-discursiva quanto a construção discursiva da imagem do enunciador.

O *ethos* pré-discursivo está ligado a características pré-existentes do enunciador das quais o interlocutor tem conhecimento, enquanto o *ethos* discursivo é construído no ato da enunciação, e surge sob a forma de *ethos* dito (afirmações diretas do enunciador sobre si) e *ethos* mostrado (características que podem ser apreendidas pelo auditório sem que precisem ser afirmadas pelo enunciador) (Maingueneau, 2008b).

Maingueneau propõe o seguinte esquema para ilustrar a relação entre os diferentes tipos de *ethos*:



(MAINGUENEAU, 2008b. p. 19)

O esquema demonstra a natureza dinâmica do *ethos*, mostrando como o *ethos* efetivo é uma construção influenciada tanto por pré-concepções quanto pela performance discursiva. Essa dinâmica implica na atribuição de diferentes propriedades ao sujeito enunciador, resultando na construção de uma imagem singular.

Maingueneau (2008b) faz referência a padrões discursivos, relacionados à caracterização que se pode atribuir ao discurso com base em traços linguísticos. Um discurso pode apresentar, por exemplo, traços de formalidade, objetividade ou prolixidade, elementos reconhecidos pelo auditório que contribuem na concepção de um *ethos* característico.

Maingueneau analisa um discurso em que ele nota padrões discursivos de oralidade, didaticidade e traços psicanalíticos:

A noção de “padrão discursivo” pode ser, aqui, de alguma ajuda. G. Philippe entende por esse termo os feixes de traços linguísticos que são associados de maneira estereotípica a representações imaginárias dos tipos de produção linguageira. (MAINGUENEAU, 2008b. p. 19)

Esses elementos, associados a atributos advindos do contexto das cenas de enunciação a que o discurso em questão está relacionado, contribuem

para a formação de *ethe*⁶ que ele identifica como de hesitação, ou de simplicidade. Nesse caso, ele aponta para a existência de um *ethos* híbrido – quando há a manifestação de múltiplos *ethe* em um discurso.

2.4 O discurso político

Nesta seção, abordaremos o discurso político segundo Patrick Charaudeau (2008), com foco nos conceitos de ação política, instâncias e valores do discurso. De acordo com a visão de Charaudeau (2008), o discurso político é um fenômeno complexo e multidimensional, que não apenas visa à persuasão, mas também opera em um espaço de relações de poder e legitimação. Exploraremos como o conceito de ação política estrutura a interação entre os agentes políticos e seus interlocutores, evidenciando o papel das instâncias envolvidas — a instância política e a instância cidadã — no estabelecimento de uma relação dialógica que busca influenciar e moldar a opinião pública. Além disso, discutiremos os valores que orientam o discurso político, fundamentais para entender como os discursos são construídos para alcançar credibilidade e coerência no contexto de disputas e cooperação social.

Os estudos que se desenvolvem sobre o discurso político, atualmente, levam em consideração a análise argumentativa, o método de análise lexicométrico, a análise enunciativa e a análise crítica do discurso. Dada a diversidade de metodologias que trabalham com a análise do discurso político, diferentes questões são postas em evidência, tal como o conceito de ideologia e sua relevância para a análise do discurso. Contudo, diante da problemática em torno dos diferentes enfoques que o estudo do discurso político suscita, associa-se a questão da ação como um fator que contribui para a capacidade do discurso político de resolver acerca da realidade do poder. Nesse sentido, admite-se que *não poderia haver ação política se não houvesse discurso que a motivasse e lhe conferisse sentido*. (CHARAUDEAU, 2008, p.39)

Charaudeau (2008) pontua ainda, que, para a linguística do discurso, a linguagem ganha sentido quando considerada em um contexto psicológico e social e seus procedimentos de análise devem ser integrados a outras disciplinas humanas e sociais. Desta forma, estando a linguagem diretamente ligada às

⁶ Plural de *ethos*, em grego.

interações humanas, os estudos do discurso encontram-se inseridos em uma problemática que leva em consideração as relações entre linguagem, ação, poder e verdade.

Charaudeau (2008) evoca o conceito de “palavra política” para tratar da questão do poder e da legitimidade políticas. Entende-se pelo termo toda a expressão que tenha uma dimensão política, ou seja, que esteja envolvida na construção e negociação do poder em uma sociedade. Assim, a palavra política transcende os limites formais da política institucional e abarca todas as formas de linguagem que estão envolvidas na organização e governança da sociedade, na expressão de ideologias e na articulação de relações de poder.

Neste sentido, para analisar a questão do poder na política, são levados em consideração os conceitos de ação política, as instâncias envolvidas nessa ação e os valores que exercem influência sobre esse cenário.

2.4.1 A ação política

O conceito de ação, na política, está ligado à concepção de linguagem. Segundo o princípio de alteridade, o sujeito se reconhece em relação ao outro, a quem procura influenciar segundo o princípio de influência. Essa relação coloca em oposição o arbítrio dos sujeitos envolvidos, que deverão agir conforme um princípio de regulação. Esses princípios *são fundadores do ato de linguagem que o inscrevem em um quadro de ação* (CHARAUDEAU, 2008, p.16). É estabelecida, assim, uma relação de força entre os sujeitos, na qual, estando em jogo um objeto, o sujeito que fala procura colocar o outro em uma posição de dominação. Deste modo, “pode-se dizer que todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social.” (CHARAUDEAU, 2008, p.16).

Admite-se, portanto, que “É a ação política, que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum. Ao mesmo tempo, é ela que permite que uma comunidade tome decisões coletivas” (CHARAUDEAU, 2008, p.16). A ação visa um objetivo e é executada por um agente, que, além de idealizador do projeto, é por ele responsável. Ademais, o agente é o responsável por decidir os melhores meios de se alcançar o objetivo.

As características da ação se modificam uma vez que o agente seja coletivo. É necessário que os indivíduos do grupo entrem em consenso a respeito do objetivo e do projeto para alcançá-lo, o que pressupõe um espaço de discussão. Para isso, é necessário que haja um compromisso de ação, firmado por um representante, e que os meios sejam discutidos. Além do mais, o representante deve prestar contas dos seus atos. Deste cenário, resulta uma organização política que compreende uma forma de acesso à representação do poder e as modalidades de controle por meio do espaço de discussão.

Medidas de maior e menor proporção, são exemplos de ações políticas, como o decreto que aboliu a escravidão no Brasil, ou as diversas manifestações populares ocorridas ao longo de nossa história, estas exemplo de ações coordenadas pela instância cidadã. Também são ações políticas conspirações, movimentos públicos e articulações políticas nos bastidores, assim como a elaboração e a votação de emendas, pronunciamentos oficiais e a criação de programas sociais.

2.4.2 As instâncias

A ação política está relacionada ao papel das instâncias – os agentes que performam as ações. Assim como afirmam Charaudeau e Maingueneau (2016), no discurso, as instâncias estão relacionadas ao lugar de dizer do enunciador. No discurso político, fundamentalmente, estão implicadas as figuras da instância política, responsável tomar decisões, e da instância cidadã, que seleciona os representantes do poder por meio de processos eleitorais.

A instância política enfrenta uma contradição – embora tenha sido eleita pela vontade cidadã, pode não possuir pleno conhecimento das complexidades e regras do funcionamento do Estado (Charaudeau, 2008). Isso cria um desafio para a instância política, que deve agir de acordo com as possibilidades práticas, enquanto a instância cidadã espera que ela realize o desejável.

O exercício do poder político se mostra uma tarefa complexa à medida que envolve não apenas questões de autoridade e legitimidade, mas também a habilidade de persuadir e mobilizar a opinião pública. Nesse espaço de persuasão, os políticos utilizam tanto a razão quanto a emoção para convencer a instância cidadã a apoiar suas ações, demonstrando assim uma *boa gestão*

das paixões coletivas (CHARAUDEAU, 2008, p.19). Desta forma, a ação política requer o constante diálogo entre suas instâncias para que seja assegurada tanto a legitimidade como a efetividade da ação política. Neste contexto, a linguagem é, portanto, parte fundamental da ação política, já que esse espaço exige um ambiente de discussão.

A ação das instâncias pode ser observada ao destacarmos momentos históricos que ganharam notoriedade no âmbito político. Por exemplo, as manifestações populares por eleições diretas, ou a organização de movimentos sociais em torno de pautas como a reforma agrária e pela distribuição igualitária de terras. São exemplos de ações políticas da instância cidadã, neste caso, as ocupações de terras pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as Ligas Camponesas. Esses movimentos mobilizaram trabalhadores rurais em todo o país para reivindicar acesso à terra, melhores condições de trabalho e políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (Fernandes, 1994).

Em momentos em que a participação da sociedade política é comprometida, como na representação política indireta no Brasil, ganha notoriedade o posicionamento da instância cidadã na luta pela democratização de direitos civis. Esse cenário resultou em movimentos pelas eleições diretas, como os de 1984 e 1961.

A ação das instâncias ganha contraste quando observados eventos em que há disparidade de interesses entre a instância política e a cidadã, como nos movimentos sociais que mencionamos. Na década de 1960, no Brasil, a instância política dividiu-se entre apoiadores do Regime Militar e opositores. As ações da ala política favorável ao Regime Militar instalado tinham o intuito de suprimir a participação política da instância cidadã, como o golpe militar de 1964. Neste cenário, ambas as instâncias – política e cidadã, são compostas por grupos de interesses diversos, havia aqueles da instância política que apoiavam o Regime Militar, assim como havia uma parcela da instância cidadã que defendia o mesmo posicionamento. Tanto a convergência como a divergência de interesses entre a instância política e a cidadã são cenários que se alternam.

Diferentemente do golpe militar – iniciativa em que prevaleceu, fundamentalmente, o interesse de uma ala da instância política, o processo de redemocratização iniciado em 1985 no Brasil foi um exemplo de ação cujos interesses subjacentes eram compartilhados por uma parcela significativa da instância política e pela grande maioria da instância cidadã.

2.4.3 Os valores

Os valores atrelados à ação política representam as ideias que sustentam o espaço de discussão na comunidade política. Charaudeau sugere que o desejo de viver em comunidade é central para a política, e que isso implica estabelecer relações de troca e igualdade entre os indivíduos (Charaudeau, 2008). Nesse contexto, a ação política é vista como uma ação pela qual os indivíduos manifestam sua identificação com a coletividade e compartilham um conjunto de valores comuns que servem como princípios orientadores. Esses valores coletivos são representados por entidades abstratas, como o Estado ou a Nação, que têm como propósito assegurar os direitos e deveres dos indivíduos.

De acordo com Charaudeau (2008), os valores coletivos submetem os indivíduos em prol da realização das demandas coletivas. Embora necessário para a coesão social, o caráter coletivo dos valores pode também abrir espaço para formas específicas de distorções ou abusos do poder político, como a manipulação da opinião pública, ou a subversão dos valores democráticos em prol de interesses individuais ou de grupos.

Para Charaudeau (2008), o poder político legítimo é exercido em nome de um ideal compartilhado pela sociedade. A compatibilidade de interesses é um fator destacado por correntes do pensamento político, como a ideia de vontade geral defendida por Rousseau (2021), que colocam esta como uma premissa essencial para legitimação do poder de um governo. A Compatibilidade de valores entre as instâncias implica a concordância entre ambas em relação aos valores que orientam a ação política. Por outro lado, o totalitarismo consiste na concentração unilateral, desproporcional, do poder, não representando os valores e interesses da sociedade como um todo (Charaudeau, 2018). A compatibilidade de valores como fator de legitimação do poder político é uma premissa ausente em governos autoritários. Por essa razão, indivíduos em busca

de poder podem instrumentalizar os valores coletivos para promover agendas políticas próprias, muitas vezes recorrendo ao populismo e à manipulação da opinião pública.

A legitimidade do poder baseada no acordo entre as instâncias é um princípio da democracia. De acordo com Habermas (2003, p. 140) *São válidas as normas de ação às quais todos os possíveis atingidos poderiam dar o seu assentimento, na qualidade de participantes de discursos racionais.* Esse princípio é central para a ética do discurso de Habermas, que busca garantir que as decisões sejam tomadas de maneira democrática e justa, levando em consideração as perspectivas de todos os envolvidos.

CAPÍTULO III

A ANÁLISE DO PRONUNCIAMENTO DE POSSE DE FERNANDO COLLOR DE MELLO SEGUNDO ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA E A ANÁLISE DO DISCURSO POLÍTICO

Na análise que realizamos do *corpus* selecionado – o discurso de posse de Fernando Collor de Mello à presidência após sua vitória nas eleições presidenciais de 1989, proferido em 15 de março de 1990, adotamos uma abordagem pautada na teoria da Análise do Discurso de linha francesa segundo Maingueneau (2007, 2008a, 2008b, 2020), e nos valem das categorias da análise do discurso político segundo Charaudeau (1996, 2005, 2008). A análise segundo a perspectiva de Maingueneau levou em consideração os conceitos de enunciação e enunciado, interdiscurso, formação discursiva e cenas da enunciação. Na análise do discurso político segundo Charaudeau, levamos em consideração seus conceitos de ato de linguagem, ação política, níveis do ato de linguagem, instâncias e valores discursivos. A partir desses índices teóricos, analisamos como se dá a constituição do sentido e da legitimidade política no discurso em questão.

3.1 A seleção do *corpus*

A escolha do discurso de posse de Fernando Collor de Mello à presidência como objeto de análise neste trabalho se justifica pela sua relevância histórica e política no contexto da redemocratização brasileira. Proferido em 15 de março de 1990, o pronunciamento marca a posse presidencial da primeira eleição direta após quase três décadas de Regime Militar, simbolizando um momento significativo para a história da democracia no Brasil. Além disso, Collor, eleito sob a promessa de modernização do Estado e combate à corrupção, assume o governo em meio a uma grave crise econômica e descontrolado inflacionário. Este discurso, por sua carga simbólica e pelas circunstâncias sócio-históricas que o cercam, oferece um rico campo de estudo para a aplicação da teoria da Análise do discurso de linha francesa, permitindo examinar como Collor se posiciona frente às demandas e tensões daquele período, e de que maneira constrói sua legitimidade e autoridade como presidente eleito.

3.2 O discurso de posse da presidência da república de Fernando Collor

Fernando Collor inicia seu discurso de posse saudando o Congresso Nacional e destacando o respeito pelos três poderes. Ele reflete sobre a transição democrática, mencionando o papel fundamental do Congresso e do Judiciário. Collor expõe os pontos principais de seu programa de governo, intitulado "Projeto de Reconstrução Nacional", com temas como: compromisso com a democracia, controle da inflação, reforma do Estado, modernização econômica, responsabilidade ecológica, justiça social e posição do Brasil no cenário internacional.

Primeiramente, Collor reafirma seu compromisso com a democracia e a cidadania, enfatizando a importância de um governo que valorize os direitos individuais e o bem comum. Ele aborda a estabilização econômica, classificando a inflação como um "inimigo maior" e um imposto indireto sobre os mais pobres. Propõe medidas de austeridade, privatizações e controle da dívida pública, considerando a estabilização monetária e financeira uma prioridade essencial para o crescimento econômico.

Collor também aponta a necessidade de modernizar o Estado, defendendo que a iniciativa privada deve ter papel central na geração de riqueza. Ele considera a privatização e a abertura econômica como formas de complementar a liberdade política com a econômica, argumentando que essas ações poderiam aumentar a eficiência e combater a corrupção.

Em seguida, Collor alerta sobre a importância de preservar o meio ambiente, citando a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica como áreas prioritárias. Ele reforça o compromisso de manter o desenvolvimento alinhado à preservação ambiental e menciona uma proposta de imposto internacional sobre poluição.

Ao falar sobre a dívida social, Collor reconhece a necessidade de combater a pobreza, apontando falhas em políticas anteriores. Ele critica o paternalismo e defende que o mercado, embora essencial na produção de riqueza, precisa de ajustes para distribuir esses benefícios. Além disso, ressalta

a importância de uma revolução educacional para melhorar o nível de ensino e combater o analfabetismo.

Por fim, é discutida a posição do Brasil no cenário internacional, apontando a necessidade de adaptar-se às mudanças globais, como o fim da Guerra Fria e a criação de blocos econômicos. Ele enfatiza o papel ativo do Brasil nas negociações globais e a importância de integração competitiva no mercado mundial. Collor conclui reafirmando o compromisso com a modernização do país e com os valores nacionais, propondo-se a eliminar a distância entre discurso e prática em seu governo.

3.3 O discurso de posse como ato de linguagem e ação política

A ação política é praticada por meio de um ato de linguagem, conforme afirma Charaudeau (2008). São exemplos de ações políticas práticas discursivas tais como o decreto, o discurso de posse e o manifesto. O discurso de posse de Collor consiste em uma ação política, que se vale da linguagem para ser realizada. Nesse caso, o pronunciamento como ação política tem como finalidade objetiva o cumprimento do protocolo da cerimônia de posse do cargo de presidente da república.

O ato de linguagem envolve aspectos fundamentais para assegurar a legitimidade, credibilidade e captação por parte do enunciador: o reconhecimento do saber, o reconhecimento do poder e o reconhecimento do saber fazer, além de situar-se em três níveis: situacional, comunicacional e discursivo, e é regulado pelos princípios de alteridade, princípio de influência e princípio de regulação (Charaudeau, 2008).

O princípio de alteridade pode ser observado no reconhecimento de Collor dos diferentes atores na cena política brasileira e em seu reconhecimento como presidente eleito por parte da sociedade. Ele estabelece uma comunicação que valoriza tanto a semelhança, por meio da menção a objetivos e valores, quanto a diferença, enfatizando os papéis específicos de cada ator – estratégia usada em seu discurso para a construção de uma narrativa de cooperação mútua. Collor reconhece a importância do Congresso Nacional e do Judiciário, destacando a colaboração necessária entre os poderes para a governabilidade:

Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da Nação brasileira. (COLLOR, 1990, p. 9)

Ele também reconhece o papel do povo brasileiro na transição democrática, mostrando um entendimento compartilhado da importância da participação cidadã:

Meu respeito, e minha consideração, a todos os setores organizados da sociedade que souberam lutar e trabalhar pela vitória da democracia. (COLLOR, 1990, p. 10)

O princípio de pertinência, segundo Charaudeau (2008), consiste na maneira como o enunciador busca assegurar que os universos de referência presentes em seu discurso sejam compreendidos e reconhecidos pelos interlocutores. No discurso de posse de Collor, ele aborda temas amplamente reconhecidos por sua audiência, como a crise econômica, a hiperinflação, a corrupção, e a promessa de moralização da política. Esses temas fazem parte de um universo de referência compartilhado, ou seja, os brasileiros na época estavam familiarizados com esses problemas e suas implicações.

Por exemplo, ao falar da ociosidade e ineficiência do funcionalismo no serviço público – tese fortemente alimentada por Collor em sua campanha eleitoral e reforçada em seu discurso de posse, ele recorre temas amplamente reconhecido pelo público: corrupção e ineficiência do Estado. Esse universo referencial permite o entendimento comum de que a corrupção e os privilégios eram grandes problemas a serem combatidos, fazendo com que seu discurso seja pertinente em relação ao contexto e relevante para seu público.

Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade

remunerada, com o dinheiro do contribuinte [...] (COLLOR, 1990, p. 13)

Collor expõe e reforça problemas políticos e econômicos, cuja solução ele atrela às suas propostas, como o combate à corrupção e à instabilidade econômica por meio das propostas de reforma do serviço público e de seu plano econômico. Segundo Charaudeau (2005), *todo ato de linguagem visa atingir o parceiro de comunicação, seja para fazê-lo agir, afetá-lo emocionalmente ou orientar seu pensamento*. Ao expor e reforçar problemas políticos e econômicos, Collor abre caminho para influenciar seu público a aceitar suas propostas como soluções apropriadas para os problemas que menciona.

Ao mesmo tempo, o enunciador deve lidar com a possibilidade de o público reconhecer a tentativa de influência (Charaudeau, 2005). O retrospecto de associação de discursos políticos a distorções de fatos e à intenção de manipulação por parte da classe política é uma crença popular que se configura como um fator que influencia as expectativas do público ao qual um discurso desse tipo é direcionado. Desta forma, é de se esperar que o enunciador ajuste sua argumentação para equilibrar promessas com as expectativas e possíveis resistências do público, sustentando a aceitabilidade de sua fala por meio do princípio de regulação.

Vemos em sua fala o apelo à sociedade por “apoio” e “confiança” em prol da promessa de resultados que trarão “progresso e justiça” associados às suas medidas.

Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. (COLLOR, 1990, p. 10)

A própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz. (COLLOR, 1990, p. 10)

Nossa proposta de renegociação da dívida tem um parâmetro fundamental: não se trata, para nós, de saber

quanto poderemos crescer depois de servir à dívida, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido nosso crescimento econômico em níveis consentâneos com sua taxa histórica e com o projeto de desenvolvimento e justiça que norteará nosso futuro. (COLLOR, 1990, p. 26)

No curso da história, medidas implementadas no governo Collor geraram uma onda severa de insatisfação popular, apesar do apelo por adesão de seu discurso naquele momento. Os detalhes quanto às medidas que seriam implementadas, no entanto, não constam em sua fala, apesar da drasticidade das ações que seriam tomadas, como o congelamento das cadernetas de poupança de pessoas físicas.

Collor evita confrontos diretos com o público por meio de discordâncias e utiliza da primeira pessoa do plural quando demonstra entendimento sobre os problemas que coloca como desafios a serem combatidos:

O cuidado com o meio ambiente, o alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial. (COLLOR, 1990, p. 26)

O apelo ao “nós”, como inferência de um compartilhamento do saber mencionado entre ele e o público, dá a entender uma uma compreensão mútua sobre os problemas do Brasil, colocando Collor em uma posição próxima à sua audiência, evitando conflitos. Tal aproximação reforça o princípio de regulação, uma vez que o uso de um tom impositivo para apresentar sua abordagem do cenário político brasileiro poderia levar à resistência e rejeição de suas propostas.

A formalidade da cerimônia de posse e do discurso proferido imprime um tom que assegura a troca comunicativa se dê a partir da imagem de uma autoridade institucionalizada. A posição de líder confere autoridade ao discurso, assim como a aproximação, contribui para a regulação da influência de Collor sobre o público.

3.3.1 Análise das instâncias

Segundo Charaudeau (2008), as instâncias fundamentais implicadas na ação política são a instância política e a instância cidadã.

A instância política, no caso do discurso de posse de Collor, não se refere apenas ao enunciador individualmente, ele fala a partir de um lugar de poder institucionalizado: o poder executivo e a presidência da República, entidades que Collor representa ao proferir seu discurso. Como presidente eleito, ele ocupa a posição mais alta do poder executivo, e seu discurso é, portanto, a voz institucional da presidência, expressando o poder e a autoridade do Estado. Collor não apenas se apresenta como líder, mas como porta-voz do governo, prometendo agir em nome de uma entidade maior — o Estado brasileiro.

A instância cidadã refere-se à audiência de seu discurso, ou seja, o povo em geral e todos os demais setores da sociedade, dada a natureza do gênero discurso de posse. Ele enfatiza a importância da democracia e da cidadania, destacando a necessidade de um governo que respeite e fortaleça a nação como um coletivo de cidadãos. Collor menciona que *não basta governar para o povo – é preciso aproximar o Governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da Nação* (COLLOR, 1990, p.12). Essa declaração alinha-se com a premissa de que a instância cidadã deve ser ativa e participativa, exigindo transparência e responsabilidade dos governantes (Charaudeau, 2008).

3.3.2 A validação do discurso político

O nível discursivo do ato de linguagem, segundo Charaudeau (2008) está relacionado à sua enunciação. Estão implicados nessa dimensão critérios que conferem legitimidade e credibilidade ao discurso, relacionados a saberes compartilhados entre o enunciador e seus interlocutores.

No discurso de Collor, o reconhecimento do saber refere-se à sua capacidade de demonstrar que ele entende os problemas que o Brasil enfrenta, como a crise econômica e a corrupção – saber este esperado para a posição de presidente da república. Collor se posiciona como alguém que tem conhecimento sobre os problemas do país e sabe as soluções necessárias para resolvê-los, criando um discurso baseado em fatos amplamente aceitos pela sociedade, como a hiperinflação e a ineficiência do Estado.

Conduzirei um Governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal.

O propósito imediato de meu Governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Concentrarei todas as energias do Executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira a erva daninha da inflação [...] (COLLOR, 1990, p. 13)

É esperado que o público de Collor reconheça esse domínio do saber para que suas propostas tenham credibilidade.

O reconhecimento do poder nesse contexto está vinculado à posição do enunciador como presidente eleito e, portanto, à legitimidade institucional que essa posição lhe confere. Esse reconhecimento está relacionado à aceitação de que ele tem o poder político e a autoridade para implementar mudanças e tomar decisões em nome da nação. Seu discurso, portanto, deve legitimar sua posição. Ele o faz por meio do prenúncio das medidas que serão tomadas, deixando clara sua autonomia como líder maior do Poder Executivo.

O reconhecimento do saber fazer se refere à habilidade que Collor precisa demonstrar para convencer seu público de que ele não só sabe o que deve ser feito, mas que também tem a competência para executar essas ações. Ele deve ser visto como capaz de implementar as reformas econômicas que propõe, como o Plano Collor. A legitimidade de sua fala depende da demonstração de que ele pode transformar suas promessas em ações concretas e efetivas. Ele demonstra isso em suas menções sobre medidas imediatas que serão tomadas para controlar a economia e moralizar a administração pública:

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização [...] é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. (COLLOR, 1990, p. 16)

Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo [...] (COLLOR, 1990, p. 13)

A legitimidade do discurso de Collor do ponto de vista dos níveis discursivos segundo Charaudeau (2008), portanto, reside na sua capacidade de atestar que detém o conhecimento necessário, o poder e a competência para exercer a função de presidente. Ao demonstrar um entendimento profundo dos problemas nacionais e apresentar soluções concretas, ele legitima sua posição e assegura a confiança do público em sua liderança. A combinação desses elementos permite que seu discurso seja persuasivo e capaz de mobilizar o engajamento de seu público.

Com relação ao nível do ato de fala situacional, estão implicadas as condições de produção em que o discurso é proferido. O momento é de transição política e econômica no Brasil, com uma nova presidência assumindo em meio a uma grave crise. O discurso é proferido no dia de sua posse, em um evento com uma estrutura física e organização que expressam uma atmosfera de seriedade e a solenidade do ato.

No nível comunicacional está implicada a maneira de comunicar. O sujeito falante deve ter consciência acerca dos papéis languageiros necessários para que seja justificado seu direito à fala. No caso de Collor, a posição que deve sustentar é a de presidente e porta-voz do poder executivo, e seu direito à palavra deve ser justificado pela sua capacidade de se posicionar como líder legítimo da nação. Em seu pronunciamento, ele se apresenta como o novo presidente, posição da qual ele se vale para dirigir-se ao público.

Venho trazer ao Poder Legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a Presidência da República [...] (COLLOR, 1990, p. 1)

3.4 O pronunciamento à luz das categorias de análise da Análise do Discurso de linha francesa

O conceito objetivo de enunciação refere-se ao ato de produzir um discurso, segundo Maingueneau, (2020) considerando o contexto e as condições de produção em que está inserido, enquanto o enunciado consiste no produto da enunciação, o próprio texto ou discurso produzido. O pronunciamento do discurso de posse de Collor no ato de linguagem socialmente situado, entendido

por enunciação nesse contexto, ato que dá vida ao enunciado, no caso, seu pronunciamento efetivado.

Poderíamos destacar eventos históricos relacionados ao contexto político em que se insere o pronunciamento, bem como detalhes do evento de posse como características fundamentais das condições de produção para fins de enquadramento do *corpus* segundo o conceito basilar de enunciação. A abordagem desses elementos em sua completude, contudo, é aproveitada com profundidade nas sessões dedicadas à análise segundo o conceito de cenas de enunciação e *ethos*. Do mesmo modo, os elementos composicionais do corpus de natureza linguística e semântica serão aproveitados sob a análise das mesmas categorias.

3.4.1 Análise das formações discursivas

O conceito de formação discursiva, segundo Maingueneau (2020), opera como um campo estruturado por normas, valores e representações compartilhadas atreladas a contextos históricos e sociais. No caso do discurso político, ela não apenas orienta os dizeres dos líderes, mas também configura a percepção coletiva sobre o papel do Estado e o que é aceitável nas práticas governamentais, e quais ideais devem ser preservados ou contestados.

A construção do discurso de Collor está relacionada a uma diversa gama de influências de entidades e temas relacionadas ao contexto histórico político brasileiro e à sua própria imagem como figura pública de grande popularidade. Nesse sentido, é possível identificar, no discurso de Collor, referências ao que podemos nos dirigir como discurso democrático, o discurso de combate à corrupção e o discurso liberal austero. Analisaremos como seu pronunciamento se constrói em torno dessas referências.

O contexto da redemocratização no Brasil reivindica o compromisso com as instituições democráticas e a rejeição ao autoritarismo. A formação discursiva em torno do discurso democrático, nesse sentido, articula valores como liberdade e participação popular, configurando o presidente eleito como representante legítimo de uma ordem democrática. Desta forma, a legitimidade democrática é alcançada através de processos de deliberação pública e racionalidade comunicativa. No âmbito democrático, o discurso deve atender a

valores de inclusão, colaboração e visar o consenso, garantindo uma participação política igualitária entre os setores da sociedade. Em seu discurso, Collor faz menção à importância da deliberação pública e da racionalidade, o que, de acordo com Habermas (2003), são premissas de um ideal de participação política e democrática:

Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. (COLLOR, 1990, p. 10)

O discurso democrático configura uma formação discursiva de identidade, conforme Maingueneau (2020), uma vez que constrói uma identidade atrelada à democracia ao promover valores como igualdade, participação cidadã e direitos humanos. O discurso democrático organiza práticas discursivas que reforçam esses valores e crenças, criando um senso de pertencimento e distinção em relação a outras formas de governança, como o autoritarismo.

Assim como o discurso de Collor é interpelado por uma formação discursiva relacionada ao discurso democrático, é possível associar referências no pronunciamento a uma FD temática, a do combate à corrupção. Este tema é amplamente reconhecido pela sociedade brasileira por ser uma pauta recorrente, em função de sucessivos eventos históricos que associaram uma reputação de corrupção à imagem construída da política brasileira, fator que influenciou diretamente a produção de discursos de combate a esse problema no âmbito da política. O tema esteve ainda mais amplamente presente nas pautas políticas no cenário da redemocratização, motivando discursos que enalteciam princípios éticos relacionados a integridade e transparência do governo, repudiando a corrupção como uma herança negativa do regime anterior.

A ênfase no combate à corrupção durante o período de redemocratização refletia um desejo de romper com práticas passadas e alimentava o desejo por uma nova identidade política, baseada na idoneidade no setor público. O discurso anticorrupção ganhou força no contexto da redemocratização, servindo como um meio de legitimação para novos líderes e

partidos que se apresentavam como defensores da moralidade e da ética na administração pública.

Da mesma forma que podemos notar elementos a uma FD de identidade do discurso democrático e uma FD temática do discurso de combate à corrupção no pronunciamento de Collor, há também índices temáticos sobre liberalismo econômico em sua fala. O liberalismo clássico é fundamentado em princípios que valorizam a liberdade individual, a propriedade privada e a limitação do poder estatal (SILVA, 2020). Ele defende a existência de um mercado livre sob uma intervenção mínima do governo, permitindo que as forças de oferta e demanda regulem a economia. A valorização da liberdade pregada pelo liberalismo não se aplica somente ao âmbito econômico, valendo como realidade ideal nos âmbitos político e social.

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de completar a liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva liberdade econômica. (COLLOR, 1990, p.16)

O trecho do discurso de posse de Collor enfatiza elementos constituintes de uma política econômica liberal. O liberalismo é constantemente associado à ideia de progresso e modernização, na qual a liberdade econômica é vista como um meio para se assegurar a liberdade política (Silva, 2020).

Ao mencionar a privatização e a abertura econômica, Collor se alinha a temas-chave do liberalismo, os quais, de acordo com Silva (2020), incluem a redução do papel do Estado na economia e a promoção da iniciativa privada como motor do desenvolvimento. Collor faz menção ao corte de gastos com funcionalismo público – elemento constituinte de uma política econômica liberal e de austeridade, assim como a privatização. A referência de Collor a estas políticas associa seu discurso a uma formação discursiva de identidade que podemos chamar de “o discurso liberal austero”. Os valores implicados nessa formação configuram elementos estruturantes de discursos liberais, como a valorização da iniciativa privada e a ideia de independência econômica do mercado em relação ao Estado.

3.4.2 Análise do interdiscurso

A análise do discurso de Collor a partir da perspectiva do interdiscurso, segundo Maingueneau (2020), permite observar a maneira como se configuram as narrativas que se desenvolveram no curso histórico e se consolidaram como discursos que serviram de referência para o pronunciamento de Collor em sua posse da Presidência da República. Destacamos, portanto, três linhas interdiscursivas, referências centrais em sua fala: democracia e transição democrática, combate aos "marajás" e à ineficiência do serviço público e modernização do estado.

Ao reconhecer o papel da luta democrática brasileira, Collor se aproxima da narrativa que enaltece a participação popular como pilar do momento político de reivindicação democrática que vigorava. O imaginário político brasileiro, ao final da década de 1980, era fortemente influenciado pela luta democrática e pelo processo de redemocratização. O evento expoente dessa campanha se deu com o movimento Diretas Já, também nos anos 1980. Observa-se no discurso de Collor repetidas referências a discursos de valorização da democracia:

A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em Assembléia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador. (COLLOR, 1990, p.10)

Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. (COLLOR, 1990, p.11)

As referências à valorização da democracia e à importância do Congresso e da Assembleia Constituinte estabelecem um diálogo entre o pronunciamento de Collor e um discurso que valoriza a participação popular e as instituições democráticas. Ao afirmar seu "compromisso inalterável com a democracia" e a necessidade de "aprimorá-la" e "enriquecê-la", Collor se

apropriada de um discurso democrático já presente no imaginário político brasileiro, utilizando-o para construir e reforçar a legitimidade de seu governo.

O discurso de Collor é influenciado por outros discursos contemporâneos e históricos que moldaram a identidade democrática brasileira. A menção ao "processo histórico de escala inédita" e à "tradição de direito, liberdade e justiça" mostra como seu discurso está entrelaçado com narrativas históricas e políticas que precedem seu governo.

A maneira como Collor se associa ao discurso de transição democrática também evidencia uma tentativa de vincular sua imagem ao sentimento de conquista popular que marcou a década anterior. A redemocratização, resultado de intensa mobilização social e popular, criou um desejo de participação social efetiva. Ele, então, posiciona-se como um defensor dessas conquistas. Essas referências ao legado democrático cria um *ethos* de continuidade e respeito à vontade coletiva, posicionando seu governo como um desdobramento natural da trajetória democrática.

Do mesmo modo, com a promessa de combate a *ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo* (COLLOR, 1990, p. 13) não apenas criava um alvo específico para a indignação popular, mas também respondia ao sentimento social de insatisfação com o *status quo*, visto por muitos como corrupto e oneroso.

Essa referência conecta-se diretamente com discursos de austeridade e moralização que estavam em alta no contexto político e econômico global da época, especialmente em países que implementavam reformas liberais (FREIXO, 2023). Corte de gastos públicos, inclusive com o funcionalismo público, é um exemplo de medida de austeridade no serviço público.

3.4.3 A configuração das cenas da enunciação

Na perspectiva de Maingueneau (2020), a enunciação é constituída por três cenas: a englobante, que, no discurso de posse de Collor, pertence à dimensão política; a cena genérica, que diz respeito às convenções discursivas típicas ao pronunciamento de posse; e a cenografia, que representa a configuração em que se deu seu pronunciamento. A análise das cenas de enunciação permite explorar como a organização do discurso cria as condições

que sustentam a constituição do *ethos* e os efeitos de sentido decorrentes dessa dinâmica.

A cena englobante, como explica Maingueneau (2020), está associada ao tipo de discurso ao qual a fala pertence, sendo caracterizada por um setor da atividade social em torno do qual está organizado um grupo de gêneros de discurso. No caso do pronunciamento de posse, trata-se de um gênero discursivo pertencente à cena englobante política.

Assim, o discurso de Collor atende a normas, expectativas e formas de atuação próprias da esfera política, representando uma comunicação que busca corresponder às convenções e normas desse âmbito. A interação entre cidadãos e representantes eleitos sobre temas de interesse coletivo é considerada uma característica da cena englobante política, assim como valores de comprometido com a verdade e a moralidade (Charaudeau, 2008).

A categoria de cena genérica está relacionada ao que envolve o gênero do discurso, como convenções relacionadas aos papéis dos sujeitos envolvidos na interação, temas tratados e elementos composicionais. O caráter típico do gênero exerce influência sobre as expectativas dos interlocutores com relação ao que podem esperar da interação.

O discurso de posse é um gênero discursivo marcado por um tom formal em sua apresentação, associado a momentos de transição política e celebração institucional. Ele é pronunciado na cerimônia de posse, que ocorre em um espaço simbólico, geralmente o Palácio do Planalto, com a presença de autoridades, convidados e a imprensa. A posse é um rito de passagem que marca a transição de um governo para outro, simbolizando a legitimação do novo presidente (POLITIZE, 2022).

O protocolo da cerimônia de posse demanda que o evento ocorra em no dia 1 de janeiro do ano seguinte às eleições. Orientado pelo Decreto Nº 70.274, de 9 de março de 1972, que aprova as normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência (BRASIL, 1972), o evento inclui etapas como o desfile presidencial em um carro oficial, um Rolls-Royce Silver Wraith de 1952, veículo clássico conhecido pela sofisticação. A cerimônia segue com o compromisso constitucional no Congresso, onde o presidente e o vice prestam juramento, e

um discurso à nação. Após isso, ocorre a transmissão da faixa presidencial, um pronunciamento à população e a recepção de chefes de Estado e autoridades. (POLITIZE, 2022). O discurso de posse propriamente dito refere-se ao pronunciamento direcionado à população.

A posse de Fernando Collor, no entanto, aconteceu em 15 de março de 1990, em vez de 1º de janeiro. A ocasião seguiu a tradição estabelecida pela Constituição de 1946, que determinava que o mandato presidencial começasse em 15 de março. Essa data foi mantida até a promulgação da Constituição de 1988, que mudou a data de posse para 1º de janeiro. A mudança, no entanto, só entrou em vigor a partir da posse do presidente eleito em 1994 (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2024). A cerimônia de posse de Collor atendeu aos demais elementos do protocolo, como o uso do Rolls Royce e a organização baseada na agenda típica do evento.

Na cena genérica estão implicados os papéis dos sujeitos que participam da ocasião. Na cerimônia de posse de Fernando Collor, os participantes da cena são organizados de forma que seus papéis representem as hierarquias e os públicos envolvidos. Collor, como presidente recém-eleito, ocupa posição de destaque, representando a nova liderança e o começo de um novo governo. O público geral, que inclui cidadãos e autoridades, assume o papel de ouvintes. Essa disposição sugere a distância formal entre liderança e cidadania, análoga à hierarquia existente entre a figura do presidente e o povo.

A mídia desempenha um papel que também compõe a cena genérica do discurso de posse. Presente para cobrir o evento, atua como intermediária, transmitindo o discurso para a população em todo o país. Autoridades políticas e militares assistem como representantes das instituições do Estado, recebendo indiretamente mensagens sobre o tom e os direcionamentos do presidente eleito sobre seu futuro o governo.

Esses papéis interagem e se complementam no quadro cênico do discurso de posse. A dinâmica entre o presidente, a população, as autoridades e a mídia molda não apenas a recepção do discurso, mas também o futuro relacionamento entre o governo e a sociedade. Essa interação é vital para a

construção da legitimidade política e a efetividade das promessas feitas durante a cerimônia.

A configuração da cena é reforçada com elementos que legitimam o discurso do novo presidente. A cerimônia ocorre no Congresso Nacional, em um espaço de formalidade, com a presença de autoridades e da mídia, reforçando a importância do evento. Collor está no centro da cena, posicionado de maneira que simboliza seu papel de liderança. Os espectadores, entre autoridades e cidadãos, ocupam lugares que representam papéis passivos, enquanto a ambientação solene enfatiza a seriedade do momento.

Do ponto de vista dos elementos linguísticos do pronunciamento de posse presidencial, trata-se de um gênero caracterizado por um registro formal (LIMA, 2024), o que reforça o caráter institucional da ocasião de posse. A formalidade também se manifesta vocabulário e na estrutura do discurso, que deve ser clara e direta.

O discurso de posse costuma seguir uma estrutura típica que inclui etapas definidas (LIMA, 2024). Inicialmente, o orador saúda as autoridades presentes, reconhecendo a importância de cada uma delas no contexto da cerimônia. É convencional fazer em seguida uma reflexão sobre o contexto político, em que o presidente aborda os desafios a serem enfrentados. Esta reflexão é seguida pela apresentação de metas e diretrizes para o futuro, onde o novo presidente delinea suas prioridades e planos de ação. O discurso geralmente termina com um apelo à unidade e colaboração, incentivando todos os cidadãos e instituições a trabalharem juntos para alcançar os objetivos propostos.

O discurso de Collor é proferido, portanto, em torno de uma cenografia endógena, uma vez que aproveita a estrutura do gênero de discurso político de posse presidencial típico. Além dos elementos linguísticos, são conservadas características do protocolo padrão da cerimônia e a posição dos sujeitos participantes.

Para além do arranjo material da ocasião em que se passa a enunciação do discurso de Collor, o fator histórico-político brasileiro molda de maneira significativa a atmosfera e as expectativas em torno de sua fala, também se

configurando um elemento constituinte da cenografia. O Brasil, recém-saído da ditadura militar, carrega uma memória marcada por alternâncias de poder entre regimes democráticos e ditatoriais, o que molda um ambiente de forte desejo por estabilidade democrática e renovação. O Brasil passava pelo segundo processo de redemocratização política no século 20. Essa cenografia é permeada pelas profundas transformações que, desde o período colonial, deixaram marcas na política e na sociedade, como a profunda desigualdade social e carência de representatividade política por parte da população.

A rejeição ao regime militar culminou no surgimento de movimentos de enfrentamento, o que culminou no processo de redemocratização dos anos 1980. Essa transição política histórica contextualiza o discurso de Collor, que é recebido por uma sociedade em busca de uma nova identidade democrática e social, além de uma representação política que rompa com os antigos moldes autoritários. Assim, a cenografia da posse ganha contornos simbólicos que vão além do ato cerimonial: é um marco da continuidade democrática.

Collor constrói sua imagem apresentando-se como o líder capaz de concretizar as aspirações por identidade e justiça social, que foram reprimidas durante o regime militar e intensificadas nos movimentos de resistência. O ambiente cenográfico procura refletir, portanto, as lutas por renovação e representação política, de modo a legitimar e tornar pertinentes as promessas de combate à corrupção e modernização do Estado feitas por Collor em seu discurso. Dessa forma, a cenografia do discurso incorpora e materializa o contexto histórico-político brasileiro, destacando Collor como uma figura representativa da vontade popular por mudança, justiça e representatividade.

3.4.4 A constituição do *ethos*

Ao analisar a constituição do *ethos* no discurso de posse de Fernando Collor a partir das categorias que vimos anteriormente, é possível, em um primeiro momento, identificar índices que dão forma a diferentes imagens possíveis em seu discurso.

Identificamos, no pronunciamento de Collor, um diálogo interdiscursivo que evoca discursos que debatiam a democracia e transição democrática no Brasil no contexto da redemocratização pós-regime militar e menções a

discursos de combate à ineficiência do serviço público. Associamos estes discursos a três formações discursivas principais: FD's de identidade do discurso democrático e do discurso liberal austero e uma formação discursiva temática de combate à corrupção no Brasil.

Com relação às cenas da enunciação de seu discurso, o pronunciamento de posse pertence à cena englobante política. A cena genérica é marcada pelas características do gênero discurso de posse, que é pressuposto por um arranjo formal e estrutura padrão, que conferem seriedade e objetividade ao pronunciamento institucional. Consideramos a cenografia do pronunciamento endógena, por obedecer aos aspectos fundamentais da cena genérica. Para analisar a cenografia, observamos elementos de natureza textual do pronunciamento, bem como o cerimonial seguido no evento.

Com relação aos elementos textuais do pronunciamento, destacamos o registro formal seguido e a estrutura macrotextual padronizada que orienta a ordem dos temas abordados, ambos aspectos típicos do gênero pronunciamento de posse. A Cerimônia também obedece às convenções típicas e tradicionais do evento de posse presidencial no Brasil.

As possibilidades interpretativas serão exploradas mais profundamente na análise subsequente, levando em consideração os diferentes tipos de *ethe* que compõem a noção de *ethos* efetivo, segundo Maingueneau (2020), a saber, *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo e respectivos *ethos* dito e *ethos* mostrado.

3.4.4.1 O *ethos* pré-discursivo

Iniciaremos a análise do discurso de posse de Fernando Collor a partir do conceito de *ethos* pré-discursivo, conforme proposto por Maingueneau (2020). Esse conceito se refere à imagem prévia que o enunciador traz consigo ao discurso, formada por elementos antecedentes que configuram expectativas e moldam a recepção de sua fala. No caso de Collor, essa imagem é composta por aspectos de toda sua trajetória política anterior às eleições, com destaque a seu mandato de governador de Alagoas entre 1987 e 1989, cargo do qual abriu mão para disputar a presidência da República, e pela reputação construída ao longo da campanha eleitoral. Esses elementos associados às expectativas sociais relacionadas ao contexto político de transição são elementos que

direcionam seus interlocutores para uma determinada constituição do *ethos* prévio de Collor.

Collor frequentemente mencionava o combate aos "marajás" em discursos prévios à sua posse presidencial, servidores públicos que, segundo ele, recebiam altos salários injustificados. Em pronunciamentos públicos e entrevistas, ele associava essas figuras ao desperdício de recursos públicos e prometia eliminar supostos privilégios como parte de sua agenda de moralização e eficiência administrativa (CBN, 2024). Esse discurso foi fundamental para consolidar sua imagem como um "caçador de marajás" e reformador comprometido com o combate à corrupção e à má gestão, estratégia que utilizou em ambos pleitos para governador de Alagoas e Presidente da República.

Collor possui um amplo retrospecto associado à mídia. Sua família construiu um grande legado no ramo jornalístico. O jornal Gazeta de Alagoas, fundado pelo pai de Collor, Arnon de Mello, em 1941, foi o ponto de partida para a criação do grupo de mídia Organização Arnon de Mello (OAM), que mais tarde incluiria a TV Gazeta de Alagoas, uma afiliada da Rede Globo (Conti, 1999). Collor utilizou sua influência midiática para dar a sua campanha projeção nacional. Ele utilizou do apoio de veículos de comunicação que contribuíram para a repercussão de sua campanha, na qual sempre fazia referência ao combate à corrupção e modernização do Estado (Silva, 2024).

Esses elementos moldaram uma imagem pública que precedeu o discurso de posse de Collor e contribuíram para a constituição de uma imagem de reformador, internalizada pela população e endossada pela mídia. Collor repetia com frequência sua hipótese acerca do suposto fenômeno de ocupação do serviço público pelos denominados "marajás", como em sua fala abaixo em uma entrevista televisiva:

Será que é justo um apadrinhado dos poderosos ganhar até 50 salários para ficar sentado no seu trono de marajá e, você, que dá duro oito horas por dia, ganhar um salário que não dá sequer para pagar a mensalidade escolar dos seus filhos? Foi para acabar com essa pouca vergonha, minha gente, que eu lutei tanto em Alagoas, e iniciei uma cruzada que chegou ao Brasil inteiro - a caça aos marajás. (COLLOR, 1989)

O recorrente apelo de Collor a uma referência discursiva prévia na qual ele autoproclama-se um “caçador de marajás” foi um ponto central na construção de um *ethos* pré-discursivo de combatente da corrupção e da ineficiência estatal. Essa referência é reforçada quando associada a um momento histórico na política marcado por lutas por renovação e representação democrática, que emergem no período de redemocratização pós-ditadura. A ideia de um líder capaz de combater a ineficiência no serviço público era oportuna diante de um cenário de demandas por renovação.

Por ser uma figura amplamente conhecida antes de vencer a eleição para a presidência da República, uma série de elementos contribuíam para a construção prévia da imagem de Collor. Do mesmo modo que seu auto-intitulação como “caçador de marajás” ia ao encontro das expectativas sociais por renovação, a valorização de sua imagem como um homem jovem, como mencionado na reportagem do programa Globo Repórter (1989) em que Collor foi descrito como um candidato jovem e dinâmico, também se somava a seu discurso como um atributo agregador no contexto de um momento de demanda por renovação. Esse *ethos* pré-discursivo de candidato jovem constituiu contribuiu para o endossamento de uma imagem associada a renovação e despreendimento de práticas tradicionais e desgastadas da política brasileira.

O atributo de juventude associado a Collor simboliza a quebra de um ciclo de líderes relacionados a práticas antigas, ao conservadorismo e à corrupção estrutural, representando um novo tipo de político, capaz de implementar reformas e modernizações. Essa valorização de sua imagem como jovem tem uma forte implicação em seu discurso: cria a expectativa de um líder ágil, capaz de enfrentar problemas antigos com soluções inovadoras. Esse *ethos* pré-discursivo, portanto, não apenas responde ao desejo social por mudança, mas também se alinha ao ideal de um Brasil renovado, que busca se afastar de um passado de ineficácia governamental.

Dessa forma, Collor entra em cena já investido de um *ethos* prévio de combatente da corrupção e da ineficiência estatal e de candidato jovem. Tais atributos funcionam como elementos endossadores de sua legitimidade como líder político e conferem a ele potencial para constituir um *ethos* efetivo em seu

pronunciamento de posse que correspondesse ao anseio popular naquele contexto.

3.4.4.2 O *ethos* discursivo dito

A constituição do *ethos* efetivo leva em consideração os atributos dos quais o enunciador é investido previamente à enunciação e as características que emergem no contexto da enunciação – respectivamente, *ethos* pré-discursivo e *ethos* discursivo (dito e mostrado).

O *ethos* discursivo dito é constituído pelo que o enunciador diz diretamente sobre si e o que é mostrado ao interlocutor de forma indireta, por meio de posicionamentos e elementos discursivos capazes de dar indícios de atributos associáveis à sua imagem constituída no ato da enunciação.

Para analisar a constituição do *ethos* discursivo dito de Collor em seu discurso de posse, levamos em consideração os atributos e ações que ele atribui para si em seu pronunciamento.

Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. É assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada [...] (COLLOR, 1990, p, 13)

No trecho acima, Collor evoca para si o atributo de líder moralizador do serviço público. Ele fundamenta essa imagem dizendo compactuar com o sentimento de revolta por parte da população em relação à ineficiência e a corrupção no serviço público. Com esta fala, ele não apenas reforça sua tese de que a ineficiência do Estado está relacionada à figura dos “marajás”, como se coloca na posição de líder capaz de solucionar esse mal.

É meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de

novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo.

A imagem de líder moralizador a qual Collor procura associar-se dialoga com as pautas relacionadas à ideia de corrupção e ineficiência do serviço público, uma das pautas as quais ele se refere como prioritárias em seu governo. No trecho acima, ele ainda faz menção a temas como democracia, reforma do Estado, modernização econômica e a pauta ambiental. Ele desenvolve esses temas individualmente em seu discurso, dizendo que seus projetos de governo estarão voltados prioritariamente a essas preocupações. Sua abordagem, no entanto, não detalha quais ações serão tomadas para combater esses problemas, com exceção da menção à política de privatização para combate aos problemas de natureza econômica.

Valorização da democracia, equilíbrio da economia e moralização do serviço público são os temas que recebem maior atenção no discurso de Collor. A ideia de moralidade é, ademais, associada à proposta de reforma econômica de que ele fala. Premissa de correntes do liberalismo econômico populares na década de 1990, a política de austeridade defendida por Collor implica corte de gastos públicos por meio da racionalização do quadro de servidores públicos, por meio do corte de funcionários supostamente corruptos, ociosos.

Têm-se, portanto, a constituição de um *ethos* discursivo dito de governante moralizador e liberal austero, imagens reforçadas por suas menções a discursos de liberalismo austero e moralismo político:

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas. A inflação é, além disso, um enorme fator de desmoralização. (COLLOR, 1990, p.12)

3.4.4.3 *Ethos* discursivo mostrado

A constituição do *ethos* discursivo mostrado está relacionada às características depreensíveis a partir daquilo que é dito no discurso para além

das autoatribuições feitas pelo enunciador. A partir índices como o posicionamento do enunciador em relação a um tema e os valores com os quais ele demonstra compactuar são constituídas imagens perante os interlocutores.

A categoria *ethos* mostrado evidencia o papel do interlocutor na construção do sentido do discurso, pois permite diversas interpretações dos elementos enunciados. O *ethos* mostrado não é apenas a imagem que o orador projeta, mas também depende da maneira como essa imagem é percebida e interpretada pelo público. Cada interlocutor traz suas próprias experiências, expectativas e valores para a interpretação do discurso, o que pode resultar em múltiplas constituições do *ethos*.

Collor cita problemáticas complexas da política brasileira, como a ineficiência estatal, a corrupção e a inflação. Uma abordagem como a sua, que apresente soluções simples e objetivas para tais problemas pode ser vista por alguns como uma demonstração de clareza e eficiência, enquanto outros podem interpretá-lo como um tratamento demasiado superficial e simplista. A eleição de 1989 foi marcada pela disputa acirrada entre Collor e Lula, resultando em um segundo turno em que Collor obteve 53% dos votos válidos contra 47% de Lula. Isto possibilita a existência de uma diversidade de posicionamentos acerca da candidatura de Collor, o que permite a constituição de *ethos* mostrados baseados em diversas interpretações, das mais às menos críticas.

Por exemplo, Collor pode ter despertado reações diversas ao apresentar a privatização como medida para conter os problemas de natureza econômica que mencionou. Ele pode tanto ter projetado uma imagem de detentor do conhecimento necessário para sanar o problema para aqueles que concordassem com sua proposta ou que confiassem nele, como sua abordagem pode ter sido vista como superficial, pela ausência de uma reflexão aprofundada sobre as consequências dessa medida. Seria possível que Collor constituísse tanto um *ethos* mostrado de eficiência administrativa ou de reducionismo populista.

O mesmo vale para a abordagem que Collor faz de outras problemáticas que menciona, como a ineficiência do serviço público e a inflação. O primeiro problema ele anuncia que será combatido por meio do corte no funcionalismo

público, sem, no entanto, refletir sobre os impactos dessa medida, como a perda de recursos humanos nos órgãos públicos. Com relação à inflação, ele não apenas deixa de apresentar medidas concretas de combate a este problema, do qual ele próprio acentua a gravidade, como utiliza de uma retórica que associa esta questão, que é de natureza econômica, a fatores culturais e morais:

A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva. (COLLOR, 1990, p.12)

Como no caso da abordagem feita sobre privatizações em seu pronunciamento, o tratamento que Collor deu à questão da inflação poderia acarretar na constituição tanto de um *ethos* de eficiência administrativa como no de um *ethos* de reducionismo ou populismo.

3.4.4.4 Ethos efetivo

Por sua natureza composicional, formado pelo *ethos* dito e pelo *ethos* mostrado, a formação do *ethos* efetivo admite diversas possibilidades de constituição, principalmente devido à diversidade de possibilidades de concepções do *ethos* mostrado, mesmo em uma cenografia composta por apenas um interlocutor.

A cenografia endógena do *corpus* analisado, portanto formada por uma grande diversidade interlocutores, por essa qualidade, já permitiria uma diversidade ainda maior de constituições do *ethos* mostrado. O pronunciamento de Collor conta ainda com uma grande heterogeneidade de interlocutores no que diz respeito a seu posicionamento político. Trata-se de um elemento constituinte da cena genérica do *corpus* e demonstrada em sua cenografia endógena.

Observamos, portanto, elementos discursivos no *corpus* oriundos de determinadas relações interdiscursivas, que contribuem para a constituição de um *ethos* pré-discursivo e um *ethos* discursivo dito imbuídos de atributos semelhantes.

Do ponto de vista do *ethos* pré discursivo, identificamos a constituição de imagens que identificamos como de combatente da corrupção e da ineficiência estatal e de candidato jovem. Em relação ao conceito de *ethos* discursivo dito, propomos a constituição de um *ethos* relacionado às imagens de governante moralizador e liberal austero.

Identificamos variadas possibilidades de constituição do *ethos* mostrado devido à diversidade de posicionamentos políticos dos sujeitos que compõem a instância cidadã da cenografia, e mesmo a instância política, representada na figura dos diferentes líderes do Estado a quem Collor se dirige e, portanto, também fazem parte de sua audiência. As configurações do *ethos* mostrado de Collor que identificamos constituídas em seu discurso são: *ethos* de eficiência administrativa, bem como um *ethos* de reducionismo ou populismo.

A noção de *ethos* pré-discursivo do enunciador do pronunciamento analisado também poderia ser problematizada de modo que também revelasse uma maior possibilidade de concepções em sua constituição. Por exemplo, em vez das imagens de combatente da corrupção e da ineficiência estatal e de candidato jovem, que admitimos como constituições do *ethos* prévio de Collor, certamente, por sua popularidade e pela heterogeneidade de posicionamentos da cena política, Collor constituiu uma diversidade muito maior de imagens entre seus eleitores. A heterogeneidade da constituição do *ethos*, no caso da cena englobantes política, pode ser explorada de maneira fecunda a partir de uma abordagem aprofundada das formações discursivas relacionadas ao discurso analisado, uma que o fator ideológico é elementos passível de abordagem segundo esta categoria.

O discurso liberal, assim como o discurso democrático e o de combate a corrupção, são esferas de constituição de discursos fortemente influenciadas pelo fator ideológico. Uma abordagem mais aprofundada dessas formações discursivas poderia considerar de forma pertinente a variedade de posicionamentos dos sujeitos da cena em relação aos temas tratados. A título de reflexão, temas como liberalismo austero, moralização e juventude, que consideramos na constituição das imagens pré-discursivas e discursivas ditas no discurso analisado, podem suscitar uma grande diversidade de

posicionamentos em relação a tais, o que implica diretamente na adesão ou rejeição das ideias apresentadas em discursos relacionados a estes temas.

Enfatizamos as imagens de combatente da corrupção e da ineficiência estatal e de candidato jovem em nossa análise do *ethos* prévio do *corpus* por se tratarem de representações amplamente associadas à figura de Collor em sua trajetória política e campanha eleitoral para presidência. No entanto, somos cientes de que a constituição do sentido dos discursos da cena englobante política é fortemente condicionada pela diversidade de posicionamentos dos sujeitos que as formações discursivas relacionadas à política permitem.

Com relação ao *ethos* discursivo dito, apresentamos uma leitura deste conceito aplicado ao *corpus* que privilegia as imagens de governante moralizador e liberal austero. Acreditamos que estas terminologias reflitam a diversidade de posicionamentos existentes em relação aos temas de moralismo político e liberalismo austero. Optamos por terminologias que acreditamos não expressarem por si só posicionamentos que revelem a aceitação ou rejeição em relação aos temas. Acreditamos que, tanto sujeitos que tenham um posicionamento de rejeição ao moralismo político e ao liberalismo austero, como aqueles que se identifiquem com estas temáticas podem se referir a elas nos termos que propomos, de modo que isto permita inferências precisas acerca de seu posicionamento em virtude da escolha vocabular.

Ao analisar o *corpus* sob a perspectiva do *ethos* mostrado, destacamos imagens constituídas a partir de duas categorizações fundamentais: eficiência administrativa e reducionismo ou populismo. Ao estipular imagens semanticamente antagônicas, reconhecemos a heterogeneidade de posicionamentos que constitui cena englobante política e das formações discursivas relacionadas ao discurso político, bem como as condições de produção do discurso analisado, à quais está relacionado o contexto histórico do segundo processo de redemocratização política, marcado pela forte polarização de ideias que se revelava, dentre outros reflexos, por meio da diversidade partidária que emergia na época, conforme colocado por Mourão (2008).

A constituição do *ethos* efetivo no *corpus* analisado leva em conta, portanto, as configurações, conforme recapituladas, que reconhecemos acerca

das categorias do *ethos* segundo Maingueneau (2020): pré-discursivo, dito e mostrado, aplicadas ao mesmo corpus. Esperamos, com isso, abarcar em nossa análise a heterogeneidade que fundamenta os processos de construção dos efeitos de sentido no discurso que o estudo da categoria do *ethos* permite explorar.

A constituição do *ethos* efetivo no *corpus* analisado deve basear-se na configuração das categorias de *ethos* prévio e discursivo, conforme apresentadas. Do mesmo modo, deve abarcar a heterogeneidade da cena englobante política e da cenografia em que o discurso se apresenta. Desta forma, identificamos as seguintes imagens constituintes do *ethos* efetivo no discurso analisado: democracia, moralização política e liberalismo austero (*ethos* de democrata, político moralizador e liberal austero.). O discurso político analisado se vale, portanto, de uma estratégia de legitimação, que, do ponto de vista da Análise do Discurso de linha francesa, apoia-se na constituição de um *ethos* efetivo constituído fundamentalmente por meio destas imagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada no discurso de posse presidencial de Fernando Collor de Mello permitiu-nos compreender a forma como o enunciador constituiu seu *ethos* para legitimar sua autoridade no contexto político da redemocratização brasileira. Fundamentado no referencial teórico-metodológico da Análise do Discurso de linha francesa, complementado pelas perspectivas de Charaudeau acerca do discurso político, foi possível identificar os mecanismos que sustentam a construção de efeitos de sentido e de credibilidade no pronunciamento de Collor.

Valemo-nos do aporte teórico da Ciência Política, levantado para análise do processo de legitimação do poder. Om suporte das contribuições teóricas, foi possível observar como o discurso político procura construir sua legitimidade, ao associar a autoridade governamental a temas como a democracia, a renovação e o liberalismo austero. O *corpus* analisado evidencia uma procura pela representação das aspirações coletivas e do posicionamento do locutor como um agente legítimo da vontade popular, o que valida sua posição de líder segundo os parâmetros de um sistema democrático.

No âmbito da Análise do Discurso Político, segundo Charaudeau (2008), observamos como as instâncias política e cidadã interagem na cenografia. Na dimensão da instância política, é constituído o *ethos* institucional do locutor, que procura afirmar sua autoridade e legitimar-se como representante de um projeto de governo. A instância cidadã reflete os valores e demandas que dialogam diretamente com as aspirações populares, relacionada a demandas por participação popular e eficiência governamental.

Na análise do *corpus* segundo a AD, são exploradas três dimensões fundamentais da cena de enunciação, conforme Maingueneau (2007, 2008a e 2020): cena englobante, cena genérica e cenografia. A cena englobante coloca o discurso na esfera política, abordando as convenções que envolvem os discursos institucionais do governo e o papel do presidente como seu representante legítimo. A cena genérica é caracterizada por uma atmosfera de

formalidade, típica do gênero discursivo cerimônia de posse. A cenografia, avaliada por nós como endógena, reflete as características da cena genérica no que diz respeito ao protocolo da cerimônia e características do discurso proferido, e é ademais marcada pela forte presença popular e pela ampla cobertura midiática.

Foi observada a relação do discurso com diferentes formações discursivas, bem como o forte diálogo interdiscursivo que atravessa estas formações, ambas dimensões relacionadas a temas de austeridade econômica, democracia e combate à corrupção. Observamos como a realidade política do Brasil no contexto da redemocratização reflete expectativas populares por mudança e modernização, às quais o enunciador busca atender para constituir um *ethos* apropriado para a figura de líder político. Para isto, o pronunciamento demonstra abordar as tensões e dialogar com aspirações do contexto de redemocratização política do Brasil no início dos anos 1990. Para sua legitimação, o discurso analisado apoia-se na constituição de um *ethos* atrelado a identidades relacionadas a democracia, moralização política e liberalismo austero.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Vitor. **60 anos do golpe: como Estados Unidos apoiaram os militares**. Agência Brasil, 5 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-04/60-anos-do-golpe-como-estados-unidos-apoiaram-os-militares>. Acesso em: 08/07/2024.

ALMEIDA, Bruna Gisi Martins; ADORNO, Sérgio. Legitimidades, conhecimento e dominação política. **Tempo Social**. São Paulo, v. 33, n. 3, p. 5-21, set./dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.193038>. Acesso em: 20 set. 2024.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Publicado originalmente em 1958.

_____. **O que é política**. Trad. Reinaldo Guarany; Kurt Sontheimer. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. Publicado originalmente entre 1950 e 1959.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Lebooks, 2019.

BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. **A UDN e o udenismo: Ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad.: Carmen C, V. et al., Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972**. Aprova normas do cerimonial público e a ordem geral de precedência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d70274.htm. Acesso em: 24 out. 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Posse no dia 1º de janeiro foi estabelecida pela Constituição de 1988**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/448159-posse-no-dia-1o-de-janeiro-foi-estabelecida-pela-constituicao-de-1988/>. Acesso em: 29 set. 2024.

CARVALHO, José Murilo. de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 9. ed. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CBN - **Como chegamos até aqui - # 1 - 1989: O caçador de marajás e o metalúrgico**. Disponível em: <https://cbn.globo.com/especiais/como-chegamos-ate-aqui/2022/08/05/-1-1989-O-CACADOR-DE-MARAJAS-E-O-METALURGICO.htm>. Acesso em: 31 set. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Para uma nova análise do discurso**. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (org.). O discurso da mídia. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996.

_____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. patrick-charaudeau.com. 2005, disponível em <https://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em 02 set. 2023. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida; GAVAZZI, Sigrid. (orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27.

_____. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2008.

COLLOR DE MELLO, Fernando. **Eleições - 1989. Vídeo de campanha eleitoral**. 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tVAPdnN0VxU>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. **Discurso de posse à presidência da República**. 15 jan. 1990. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-collor/discursos/1990/01.pdf/view>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CONTI, Mário Sérgio. **Notícias do Planalto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Emília Viotti. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: UNESP, 1999.

D. PEDRO; BONIFÁCIO, José. **Carta de anistia geral de D. Pedro. 1822.** Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/sites_eventos/sites-tematicos-1/brasil-oitocentista/documentos/carta-de-anistia-geral-de-d-pedro/carta_anistia_pdf.pdf/view. Acesso em: 7 ago. 2024.

DA SILVA, Felipe Araújo Barbosa. **“O Brasil vai colorir”**: a trajetória de **Fernando Collor até a presidência da República.** *Café História*, 13 nov. 2023. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/o-brasil-vai-colorir-a-trajetoria-de-fernando-collor-ate-a-presidencia-da-republica/>. Acesso em: 30 set. 2024.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

FERNANDES, Fátima Regina. Teorias políticas medievais e a construção do conceito de unidade. *História* (São Paulo), v. 28, n. 2, p. 43–56, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST.** Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18062024-162727/>. Acesso em: 22 abril. 2024.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FIORIN, José Luiz. **A construção da identidade nacional brasileira.** *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 115-126, 1o sem. 2009.

_____. Uma teoria da enunciação: Benveniste e Greimas. *Gragoatá*, Niterói, v. 22, n. 44, p. 970-985, set.-dez. 2017.

FREIXO, Alessandra Soares; COSTA, Rafael. **Trajетória da austeridade fiscal no Brasil: a institucionalização do neoliberalismo.** *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2023. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/trajetoria-da-austeridade-fiscal-no-brasil-a-institucionalizacao-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 17 out. 2024.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Presidencialismo ou parlamentarismo?** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

_____. **História e teoria dos partidos políticos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

GLOBO REPÓRTER. **Eleição de Fernando Collor**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 1989. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vT6Q-6JUJ60>. Acesso em: 14 jan. 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. 2 v. (Biblioteca Tempo Universitário).

HOBBS, Thomas. **Do Cidadão**. Trad. Renato Janine Ribeiro. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Publicado originalmente em 1642.

_____. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

JOBIM, Nelson; PORTO, Walter Costa. (org.). **Legislação eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias**. v. I, Brasília: Senado Federal, 1996.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução: Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007. Publicado originalmente em 1785.

LIMA, Fábio Prado. A construção de um tópico discursivo em discursos de posse presidencial: uma análise textual comparativa. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, v. 24, n. 1, p. 88-106, jan./abr. 2024.

MAGALHÃES, Ana Lúcia. Artimanhas do ethos. In: FERREIRA, Luiz Antonio. (org.). **Inteligência retórica: o ethos**. São Paulo: Blücher, 2019.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

_____. A análise do discurso e suas fronteiras. Tradução de Décio Rocha. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 20, 2007.

_____. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008a.

_____. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna. Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2003.

MARX, Karl. **O Capital, Crítica da economia política, Livro 1 – O processo de produção do capital**. Trad.: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MITRE, Maya. As relações entre ciência e política, especialização e democracia: a trajetória de um debate em aberto. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 279–298, 2016.

MOURÃO, Gerardo Melo. **História dos partidos políticos no Brasil. Estudos Eleitorais**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 47-63, jan./abr. 2008.

MUSTO, Marcello. **Sociedades Pré-Capitalistas, Consequências do Colonialismo e Países Não Europeus**, 2022. Disponível em: <https://marcellomusto.org/sociedades-pre-capitalistas/>. Acesso em: 8 set. 2024.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Em torno do *ethos* discursivo e de questões de identidade. In: FERREIRA, Luiz Antonio. (org.). **Inteligência retórica: o ethos**. São Paulo: Blücher, 2019.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

POLITIZE. **Posse presidencial: como funciona a cerimônia?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/posse-presidencial-como-funciona-a-cerimonia/>. Acesso em: 29 set. 2024.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens**. Trad. Maria Lacerda de Moura. Edição eletrônica. São Paulo: eBooks Brasil, 2001. Publicado originalmente em 1755.

_____. **Do contrato social ou princípios do direito político**. Trad. Rolando R. da Silva. São Paulo: Montecristo, 2021. Publicado originalmente em 1762.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de linguística geral**. Tradução, notas e posfácio de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021.

SCHWARCZ, Lilia. **Reflexões sobre o ritual de entrega da faixa presidencial**. Nexo Jornal. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/reflexoes-sobre-o-ritual-de-entrega-da-faixa-presidencial>. Acesso em: 30 set. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENADO FEDERAL. **Biografia - Fernando Collor de Mello**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/historiaoral/fichas-tecnicas/ex-presidente-da-republica/fernando-collor/biografia>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SILVA, Marcelo Lira. **Os Fundamentos do Liberalismo Clássico**. São Paulo: UNESP, 2020.

SKINNER, Quentin. **Hobbes and Republican Liberty**. Cambridge, England: Cambridge University Press, 2008.

SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de. A filosofia da linguagem de J.L.Austin. In: AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990, p.7-14.

STIELTJES, Cláudio. **Jürgen Habermas: a desconstrução de uma teoria**. São Paulo: Germinal, 2001.

STOLCKE, Verena. **Pluralizar o universal: guerra e paz na obra de Hannah Arendt**. *Mana*, v. 8, n. 1, p. 93–112, 2002.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. **Memórias Eleitorais: Eleições 1989 - A Primeira com Mapas de Totalização Informatizados**. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Julho/memorias-eleitorais-eleicoes-1989-a-primeira-com-mapas-de-totalizacao-informatizados>. Acesso em: 12 jan. 2025.

VARGAS, Getúlio. **Discurso de posse (1930)**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio->

vargas/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1930/view. Acesso em: 11 nov. 2024.

VILLA, Marco Antonio. **Collor Presidente: Trinta Meses de Turbulências, Reformas, Intrigas e Corrupção**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

WEFFORT, Francisco Correia. **Os clássicos da Política, Volume 2**. São Paulo: Ática, 2001.

_____. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ANEXOS

ANEXO I – Discurso de posse à presidência da República. 15 jan.

1990.



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

O Projeto de Reconstrução Nacional

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional; Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República; Excelentíssimos Senhores Chefes de Estado e de Governo estrangeiros; Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados; Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal; Excelentíssimos Senhores Chefes das Missões Especiais estrangeiras; Excelentíssimos Senhores integrantes da Mesa; Excelentíssimos Senhores Senadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Altas Autoridades da República, Senhoras e Senhores,

Volto a esta Casa, onde vivi período de intenso aprendizado político, para receber o mandato mais honroso e o desafio mais difícil a que um homem público pode aspirar: a presidência do Brasil por delegação do povo.

Venho trazer ao Poder Legislativo, ante o qual, seguindo o preceito da Constituição, acabo de assumir a Presidência da República, meu apreço e minha homenagem. Creio firmemente, Senhores Senadores, Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República, o Legislativo e o Judiciário, tradicionais, autônomos e indispensáveis para a harmonia da política e o bem da Nação brasileira. Orgulho-me de ter pertencido à Câmara dos Deputados, onde meu avô, Lindolfo Collier, tivera atuação destacada. Envaideço-me da memória dos anos fecundos que meu pai, Arnon de Mello, dedicou ao Senado Federal. Não

saberia governar sem a colaboração permanente do Congresso, berço da lei e espelho da opinião, cuja independência é, em toda parte, penhor da liberdade e evidência da democracia.

A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em Assembléia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador. Teria sido inconcebível, também, sem a severa vigilância do Judiciário, que através do Tribunal Superior Eleitoral, exemplarmente presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, organizou de modo tão correto e transparente o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante. Nem poderia ela, a transição democrática, chegar a termo sem tropeços institucionais se não houvesse firme vontade nacional.

Meu respeito, e minha consideração, a todos os setores organizados da sociedade que souberam lutar e trabalhar pela vitória da democracia.

Meu apreço, e meu louvor, a cada um de meus compatriotas, que, por não terem perdido a esperança, o equilíbrio e o espírito cívico, fizeram com que a transição pudesse ocorrer em paz, sem violência, apesar de grandes dificuldades econômicas ao longo do percurso.

Minha eleição retrata e confirma as liberdades cívicas. Espero dos partidos, das entidades e dos cidadãos que atuem com o melhor sentido de interesse público. Para minhas propostas tanto desejo apoio consciente, fundamentado e sincero, quanto preciso da crítica que nasça de uma avaliação objetiva e racional das medidas que proponha. Tenho certeza de que o apoio e a crítica serão balizados sempre pela determinação patriótica de colaborar na construção coletiva de nosso futuro. Assim é nas grandes democracias. Assim há de ser no Brasil. Que a competição eleitoral não seja uma fábrica de cisões e rancores insuperáveis. A própria idéia da legitimidade do processo induz não apenas ao acatamento legal do resultado, mas também à apreensão íntima, pelos cidadãos e, em especial, pelas lideranças políticas, de que as eleições não podem terminar com a celebração dos vencedores e o desânimo

mo dos vencidos, mas com a renovação da confiança de todos, irmanados pela vontade de construir um País melhor, mais justo e mais feliz.

«Meu primeiro compromisso inalterável
é com a democracia.»

Senhores Membros do Congresso Nacional,

É meu dever apresentar-lhes, resumindo minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. Procurarei cingir-me a tópicos essenciais, para que tenham diante de si, com nitidez, os grandes temas de meu programa, consagrados pelos votos majoritários de novembro e dezembro de 1989. São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização econômica; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e, finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo.

Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos.

Hoje, mais do que nunca, o princípio democrático se acha vivificado pela prática da cidadania. Assistimos ao triunfo da idéia republicana em pleno ocaso da política de tipo messiânico. Não se pretende mais salvar o homem pela política, nem alcançar a miragem de paraísos so-

ciais pela hipertrofia voluntarista das funções do Estado. O socialismo como visão utópica bate em retirada, sabiamente substituído pelo socialismo como preocupação ética e humanitária. Mas a idéia republicana, o apego ao civismo e à cidadania, esta perdura no coração dos democratas. Pois a democracia não se enraíza numa sociedade cínica: ela só floresce e frutifica na comunidade *cívica*, no sentido do bem comum, no respeito ao interesse coletivo, na recusa a confundir o conflito social legítimo – inevitável na sociedade moderna, heterogênea e complexa como é – com o caos predatório das ambições sem grandeza e das pressões ditadas pelo egoísmo.

A cidadania é o direito do indivíduo na convivência republicana, na liberdade como diálogo e na justiça como respeito mútuo entre as pessoas e os grupos. Por isso me esforçarei por governar sem jamais perder de vista o valor do cidadão. Entre nós o poder foi quase sempre exercido principalmente para reforçar o Estado. É hora de exercê-lo para fortalecer a Nação, como coletivo da cidadania. Não basta governar para o povo – é preciso aproximar o Governo do povo, o poder da cidadania, o Estado da Nação. É um compromisso sagrado de minha parte.

Estabilização monetária e financeira:
prioridade absoluta.

Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõem determinado clima moral. Requerem determinado capital de confiança e de estabilidade. Essa confiança, essa estabilidade inexistem na atmosfera de inflação crônica em que o Brasil vive há anos. A cultura da inflação se nutre do egoísmo, do individualismo vicioso, do imediatismo descarado. É uma cultura cínica, impermeável aos valores do civismo. Estimula a ganância ao mesmo tempo em que desencoraja o investimento e a mentalidade produtiva.

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou

seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas. A inflação é, além disso, um enorme fator de desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo contínuo desgaste da imagem internacional do Brasil. Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo.

Nada repugna mais ao espírito de cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o Estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar.

Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritoriamente às tarefas do Estado, e que não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social. Conduzirei um Governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal.

O propósito imediato de meu Governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Concentrarei todas as energias do Executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira a erva daninha da inflação, nossa velha indulgência com a fúria emissio-

nista e o déficit público. Minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social, esse obstáculo intolerável à retomada decisiva do nosso desenvolvimento econômico e humano. Farei da estabilização monetária e financeira a prioridade absoluta de todos os primeiros passos deste Governo. Outros já se propuseram lutar contra a inflação, mas fizeram desse combate um objetivo condicional. Comigo não será assim. A guerra contra a inflação será uma luta incondicional, porque, justamente, se trata de um combate *condicionante* de tudo mais: da retomada do investimento, da consolidação do crescimento, da conquista de melhores níveis sociais, do fortalecimento da democracia.

Durante a campanha, no combate da campanha, pude perceber a fundo até que ponto o povo brasileiro deseja eliminar o carnaval dos gastos, das emissões e dos preços. Sei que, para eliminá-lo, terei de contrariar vários interesses poderosos. Mas não transigirei na perseguição desse fim, que sozinho justificaria, por seu significado histórico e seu sentido social, qualquer governo e qualquer presidência. Vencerei ou falharei na medida em que esse desafio for enfrentado, sem demora e sem trégua. Mas tenho certeza de que, com o apoio resolutivo do povo e do Congresso, ainda este ano haveremos de ferir de morte, de destruir na fonte, a inflação no Brasil.

Modernização econômica pela
privatização e pela abertura:
a esperança de completar a liberdade
política com a liberdade econômica.

Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo,

acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que lograrmos esse equilíbrio – o que ocorrerá com certeza – teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública.

Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de *reforma do Estado*. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua tríplice reforma: fiscal, patrimonial e administrativa. A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro.

Essa perversão das funções estatais – agravada por singular recuo na capacidade extrativa do Estado – exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa – não ao Estado – criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto, a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades – pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos.

Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas,

além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo. Não nos anima a idéia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil.

Em síntese, essa proposta de modernização econômica pela privatização e abertura é a esperança de *completar a liberdade política*, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla e efetiva *liberdade econômica*.

A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição. Permanece válido, ainda hoje, o adágio medieval: o Estado é uma entidade que pune todas as injustiças, exceto as que ele mesmo comete.

«Diviso, como um dos limites
fundamentais ao livre desenvolvimento
das forças produtivas, à pujança e à
expansão do mercado, o imperativo
ecológico.»

Na realidade, diviso, como um dos limites fundamentais ao livre desenvolvimento das forças produtivas, à pujança e expansão do mercado: o imperativo ecológico. O cuidado com o meio ambiente, o alarme ante o drama ecológico do planeta, não é para nós uma celeuma artificial. Pertencço à geração que lançou um grito de alerta contra um modelo de crescimento que caminhava às cegas para o extermínio da vida sobre a Terra. A urgência que meu Governo dará a essa questão reflete um sentimento cada vez mais vivo na sociedade, e particular-

mente na juventude brasileira, que por isso mesmo converti numa das pedras angulares de minha campanha presidencial.

Em recente viagem ao exterior, como presidente eleito, ressalttei que a questão ambiental não pode ser tratada entre governos com tom recriminatório, como se os países se dividissem entre inocentes e culpados nessa grave matéria. Indiquei que somente o volume dos gastos militares das nações do Norte já seria suficiente para realizar a mais ampla limpeza da Terra.

Mas observei que, fora do simplismo de acusações unilaterais, o Brasil estará sempre disposto ao diálogo e à cooperação internacionais sobre o drama ecológico. Nas Nações Unidas e nos demais foros, passaremos a formar entre os países que melhor sustentam o esforço de encontrar soluções objetivas e inteligentes para harmonizar o desenvolvimento – único meio de resgatar nossa gente da pobreza – com a preservação do ambiente. Saberemos conciliar sem complexos a defesa de nossa soberania com uma atitude positiva e conseqüente, não apenas defensiva, frente a um problema cuja dimensão afeta, como sabemos, o destino do gênero humano em seu conjunto.

Marquei a sinceridade de nossos propósitos precisando que, no caso brasileiro, não só a Amazônia, mas também o Pantanal e a Mata Atlântica, nossos rios e bosques, integram um temário conservacionista, norteados pela deliberação de desenvolver sem depredar. Finalmente, para vincar a nova importância que o Brasil confere ao problema ecológico, relancei minha proposta de um imposto internacional sobre poluição e convidei pessoalmente os Chefes de Estado e de Governo com que me avistei a comparecerem à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que o Brasil sediará em 1992.

Duas considerações qualificam atualmente nosso impulso de retomada irreversível do desenvolvimento. O cuidado ecológico é uma delas. A outra, Senhores Congressistas, é o empenho de justiça social, a decisão – que incorporei às prioridades absolutas de meu Governo – de criar condições para o resgate de nossa gritante e vergonhosa dívida social. Tanto a ética quanto o interesse nacional reclamam uma completa mudança de mentalidade nesse terreno.

«Libertar o Brasil
da vergonha da miséria
e da injustiça.»

Até aqui, nossa atitude básica frente às carências sociais brasileiras consistiu essencialmente em manter, por parte do Governo e das elites, um comportamento *paternalista*. Esse paternalismo, a seu turno, engendrava alternativamente dois tipos de conduta prática frente ao problema. Ou relegávamos a questão para um plano secundário, na ingênua crença de que a melhoria do padrão de vida das massas deriva automaticamente do crescimento econômico; ou procurávamos enfrentar a pobreza com políticas distributivistas irresponsáveis, porque baseadas num populismo primário, incapaz de reconhecer que o verdadeiro bem-estar coletivo, o progresso social duradouro, só ocorrem quando se assegura e se mantém um nível elevado de desempenho econômico e, por conseguinte, de prosperidade geral.

Minha geração não admite mais conviver com um Brasil gigante econômico mas pigmeu social: a décima economia do globo com indicadores sociais registrando tanta penúria, tanta doença e tanta desigualdade. Não concebemos a modernidade sem sua componente de justiça, nem o progresso sem que todos possam beneficiar-se de seus frutos. A finalidade maior de meu Governo é libertar o Brasil da vergonha da miséria e da injustiça. Mas como sou um democrata moderno e não um demagogo populista, tenho consciência de que, aqui também, impõe-se a estabilização financeira para que o investimento volte a irrigar nosso aparelho produtivo. Impõe-se também que o Estado recupere sua capacidade de executar políticas públicas. Só assim geraremos a renda e o emprego que, ao lado de boa política social, arrancarão nossa gente marginalizada das garras da carência e da miséria.

Que esta posição fique clara: não deixarei o problema da pobreza à mercê do automatismo do mercado. O mercado, excelente e insubstituível como *produtor* de riqueza, nem sempre é satisfatório como seu *distribuidor*. Mas tampouco recairemos na facilidade do social sem ama-

nhã, do alívio efêmero, do redistributivismo inconseqüente em prejuízo do esforço produtivo. Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão, mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste País. Do binômio de Juscelino – democracia e desenvolvimento – queremos passar ao trinômio do Brasil moderno: *democracia, desenvolvimento e justiça social*.

Uma das dimensões mais arcaicas da nossa realidade atual é o descalabro da educação. Meu Governo terá maior empenho não só em combater o analfabetismo, cuja dimensão permanece incompatível com o estágio econômico e tecnológico a que chegamos, mas também em enfrentar com determinação os problemas da educação de base e da qualidade do ensino superior.

Neste terreno, o Brasil precisa de nada menos que uma revolução educacional, que transforme prioridades constantemente reconhecidas numa reorientação concreta e drástica da atuação do poder público. Não são recursos que têm faltado, mas vontade de aplicá-los melhor, caminhando em marcha batida para a redenção educacional dos mais pobres e para a conquista duradoura de padrões de excelência na educação superior e na pesquisa universitária. Minha presidência acrescenta a seus compromissos principais essa revolução educacional, componente indispensável de nosso futuro próximo.

«É preciso buscar
fórmulas novas de inserção
do País no mundo.»

Senhores Congressistas,

Direi agora algumas palavras sobre a situação do Brasil no mundo contemporâneo.

Antes de tudo, é preciso registrar impressionante mudança no cenário internacional. O perfil de uma nova Europa Oriental faz ver como encerrada uma fase na história das relações internacionais, dominada

pelo confronto ideológico Leste-Oeste. Fica definitivamente sepultada a guerra fria. Repensam-se alianças. Cancelam-se alinhamentos. Enquanto isso, novas áreas se preparam para adotar as leis da economia de mercado, com democracia, respeito pelos direitos humanos e cultura da liberdade, que são hoje tendências universais. Em toda parte o poder monolítico, as estruturas dirigistas e os resíduos autoritários estão na defensiva.

Nesse quadro dinâmico, tão diferente daquele de apenas dez anos atrás, propendem a emergir grandes espaços econômicos. Não se trata necessariamente de blocos fechados, mas de novas configurações econômicas e políticas, às quais terá de ajustar-se o potencial competitivo de cada país.

Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do País no mundo. A riqueza e a complexidade do momento não são motivo para timidez e recuo; ao contrário, requerem sensibilidade nova, propostas de ação que sejam claras, que tornem a política externa sintonizada com os objetivos de reconstrução nacional.

Como exige a democracia, a política externa há de responder ao momento de afirmação da vontade popular, que quer – e com urgência – a modernização do Brasil. As opções que teremos que fazer pedem muito mais do que a elaboração de pautas diplomáticas bem formuladas. Pedem, na realidade, o concurso da vontade nacional, constituída com orientação segura.

Uma das tônicas do Brasil moderno há de ser a participação ativa nas grandes decisões internacionais. Não por pretensão de hegemonia ou por vontade de poder, que a tradição brasileira repele. Mas porque, hoje, a interdependência exige que todo ato de governo seja uma permanente combinação de variáveis internas e externas. Para um país de nossas dimensões, com nossa determinação de desenvolvimento, não há opção melhor que a de ter parte ativa nas decisões internacionais.

São essas as premissas sobre as quais definirei a política externa brasileira.

Levarei em conta que vivemos um momento raro na história da humanidade, em que se prenuncia a efetiva construção da paz e da segurança. A paz parece estar ao alcance de nossas mãos, embora falte ainda muito para que desapareçam definitivamente as causas de conflito. Com base em suas tradições, o Brasil tem um papel a desempenhar. Insistirei na idéia de que não se construirá a paz permanente senão sobre regras sólidas de boa convivência, como o respeito à soberania, a não-intervenção, a autodeterminação, a solução pacífica de conflitos, o cumprimento fiel dos tratados, o respeito integral dos direitos humanos.

Insistirei também em que os alicerces deste mundo de paz só serão sólidos se apoiados na justiça, no esforço comum para reduzir desigualdades no planeta. De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação, raízes de tensão e conflito. Se caminhos trilhados decepcionaram, não há que desistir de caminhar. Os anseios de justiça, no plano nacional, devem ter contrapartida na ação da política externa. Não podem ser abandonados porque alguns proclamam que já não condizem com o momento histórico. Os anseios de justiça são permanentes e, de certa forma, retratam a própria história.

O Brasil estará aberto ao mundo. Queremos integração, crescente e competitiva. A diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político. O momento é único na história do País e do mundo, e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a Nação dos tempos novos em que vivemos.

A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional torna mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização. A esse espectro devemos contrapor a clareza de nosso projeto e de nosso desempenho. É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudonacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de auto-suficiência. Te-

mos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abirmos ao mundo.

Essa disposição de abertura, associada ao combate eficaz à inflação e à superação da crise econômica no País, virá acompanhada de regras claras, que garantam a quantos desejem investir no Brasil um padrão de estabilidade e confiança.

A política externa de meu Governo há de incorporar as melhores vocações diplomáticas brasileiras. A contribuição para a paz e a justiça será permanente. A luta pelo desenvolvimento orientará a todo tempo a ação externa da República.

Assinalo, a propósito, minha satisfação pessoal, como governante e como homem atento às transformações da ordem internacional, por ter prestado, em escala modesta, quando de recente viagem ao exterior, alguma contribuição ao bom diálogo entre os Estados Unidos e a União Soviética. A distensão é um dos processos maiores da nova ordem internacional e a orientação permanente de meu Governo será no sentido de trabalhar para que cheguemos a um estágio irreversível na construção da paz.

Para o Brasil, o grande espaço imediato é a América Latina, com seu epicentro econômico no Cone Sul. A tradição de amizade, de esforço pela paz regional, de cooperação e diálogo será reforçada. Daí a crescente importância do processo de integração latino-americana, que pretendo aprofundar sistematicamente em meu Governo. Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias e, portanto, condição para que a América Latina possa juntar-se aos protagonistas deste momento de mudança do cenário mundial. A integração latino-americana vai deixando de ser um sonho para se tornar realidade tão concreta quanto fecunda. O desenvolvimento econômico e social de toda a região há de aproximar ainda mais nossos povos irmãos, fortalecendo o regime democrático por eles escolhido.

Pretendo exercer, no relacionamento bilateral com os Estados Unidos, a melhor disposição para o diálogo e o entendimento. Na convivência entre duas democracias, deve prevalecer o reconhecimento das suas características próprias, o respeito por opiniões distintas ou mesmo divergentes. Tenho certeza de que diferenças de interesse e percepção, naturais em intercâmbio denso como o nosso, serão tratadas de forma construtiva, para benefício mútuo. O Brasil deseja sincera e fortemente que as relações com os Estados Unidos tenham sentido positivo. Entre parceiros de tão longa data, com afinidades passadas e presentes, são as coincidências e não as discrepâncias que devem dar o tom do diálogo.

Continuarei exortando as lideranças dos países da Europa a reconhecerem na América Latina aquela parte do mundo em desenvolvimento onde as próprias raízes são também européias. Confio em que a unificação comunitária prevista para 1992 não tenha um perfil excludente. De nossa parte, como disse a vários governantes europeus em meu périplo de presidente eleito, trataremos de explorar todas as potencialidades que a nova dinâmica da Comunidade possa trazer em termos de comércio, capitais e tecnologia. Senti essa disposição de arrojo e abertura por parte do Brasil muito bem acolhida na Alemanha, França, Inglaterra e Itália.

Na Europa, Portugal será necessariamente o interlocutor mais próximo do Brasil. Esse é um fato que dispensa explicações. Afinal, da ação histórica dos irmãos portugueses deriva nossa própria existência como Nação e como Estado. A Espanha, por sua vez, não deixará de ser vista pelo Brasil, tal como por nossos vizinhos, como parceiro bilateral e ator destacado no diálogo entre a América Latina e a Europa. Espero de ambos os governos o apoio para o necessário fortalecimento dos laços do Brasil com a Comunidade Européia.

O Japão ocupará posição de especial realce na política externa do Novo Brasil. Nossas realizações comuns já constituem uma história de êxitos. Temos bases suficientemente sólidas para nos lançarmos a uma

nova e mais ambiciosa etapa da cooperação brasileiro-japonesa no plano dos investimentos, da tecnologia, do comércio e do diálogo político.

A súbita, inesperada e positiva evolução do Leste Europeu, que aplaudimos com toda nossa sinceridade de democratas, representa um fator a mais para que nos capacitemos da absoluta necessidade de uma integração competitiva do Brasil na economia mundial. País de posse de um parque industrial já completo e integrado, pode o Brasil marchar tranqüilo para a experiência da abertura de sua economia.

Meu Governo acompanhará com atenção redobrada o curso da transformação do Leste Europeu: o Itamaraty terá instruções específicas para dar prioridade ao exame e interpretação dos temas daquela área. Essa diretriz justifica-se não só pelo fato de se estar abrindo uma nova era na universalização da democracia, mas também porque se trata de um processo que terá grandes conseqüências nas relações internacionais. Meu desejo é que as mudanças ocorram em paz e na forma a que aspiram os povos europeus. Darei ênfase especial à modernização do relacionamento com a União Soviética, tanto no plano do diálogo político como no do intercâmbio econômico, científico, tecnológico e cultural.

Com os países d'África deveremos trabalhar para restituir dinamismo ao nosso relacionamento, muito afetado nos últimos anos pelas dificuldades que se abateram, de modo geral, sobre os países em desenvolvimento. É imprescindível a identificação de possibilidades concretas de cooperação que dêem, o quanto antes, impulso a esse esforço. Acentuaremos nossas identidades, aprofundando uma noção de comunidade cultural e histórica, e condenando o racismo, particularmente o regime de *apartheid* na África do Sul, que esperamos esteja em sua etapa terminal.

O Brasil buscará aproveitar ao máximo o potencial de diálogo e colaboração existente no seio da comunidade de expressão portuguesa, à qual estamos ligados por estreitos laços, cujas origens remontam a quase cinco séculos. No período seguinte ao processo de descolonização dos anos setenta, o Brasil e seus irmãos de além-mar souberam de-

monstrar que, longe de se limitarem à fraternidade retórica, são capazes de ajudar-se mutuamente na construção do progresso e do bem-estar.

Aos países do Oriente Médio, o Brasil está ligado por antigos laços de amizade e por importantes interesses comuns, decorrentes de um intercâmbio rico e dinâmico. Aproximados pela presença de milhões de brasileiros com origens naquela parte do mundo, sofremos ao assistir ao espetáculo diário da guerra e da violência. Desejamos que se chegue à paz firme e duradoura naquela região. Sustentamos que naquela área do globo é urgente e clara a necessidade de que se observem estritamente os princípios essenciais do convívio internacional: o direito dos povos à autodeterminação; a negação da conquista pela força; a observância do direito internacional, particularmente os elementos incorporados nas resoluções do Conselho de Segurança. A moldura das decisões das Nações Unidas é a melhor base para a solução do problema, que exige diálogo amplo, sem discriminações, entre os povos envolvidos. Não há caminho para a paz se não houver aceitação mútua dos direitos legitimamente definidos pela comunidade internacional.

Com a República Popular da China e com a Índia, dois grandes atores do cenário internacional, o Brasil tratará de ampliar e multiplicar as vias de entendimento e cooperação. Temos consciência plena do peso desses Estados, de suas semelhanças conosco – em termos de dimensão, estágio de desenvolvimento e potencial – e, sobretudo, da necessidade de que tais semelhanças sirvam de base ao maior benefício de nossos povos.

O mesmo ânimo valerá também para os demais países em desenvolvimento da Ásia e do Pacífico, que se encontram agora inseridos num dos espaços de maior dinamismo econômico do planeta. O Brasil não deixará de enriquecer-se com o exemplo dessas experiências e cuidará de abrir com essas nações novas frentes de cooperação.

Considero decisiva a ação dos organismos multilaterais, políticos e econômicos. Cabe a eles, de fato, através do diálogo e da cooperação, permitir que as transformações extraordinárias que vivemos sejam retratadas em instituições e regras estáveis. Por isto, darei atenção espe-

cial ao novo papel das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos, como instrumentos de paz e segurança, e também aos organismos econômicos, como o GATT e a ALADI, que procuram estabelecer formas novas de convivência entre as nações.

**Dívida: pagar depois de garantido
o nosso desenvolvimento econômico.**

Com os países credores, tratarei de reequacionar o problema da dívida externa. Nossa proposta de renegociação da dívida tem um parâmetro fundamental: não se trata, para nós, de saber quanto poderemos crescer depois de servir à dívida, mas sim de quanto poderemos pagar depois de garantido nosso crescimento econômico em níveis consentâneos com sua taxa histórica e com o projeto de desenvolvimento e justiça que norteará nosso futuro.

Ao longo de todo um século, até a década de oitenta, o Brasil foi, na opinião de historiadores econômicos abalizados, o país que mais cresceu. Os terríveis anos oitenta trouxeram trágica interrupção a esse processo de crescimento que, apesar de vigoroso, era, como sabemos, eivado de distorções e fragilidades.

Temos de lutar para que os anos noventa restaurem e acentuem a trajetória de crescimento, fazendo as opções necessárias – e muitas serão extremamente penosas a curto prazo – para desentravar as energias econômicas do nosso País. Um dos maiores obstáculos a isso é sem dúvida o serviço da dívida, nos níveis em que se encontra. No marco do parâmetro que defini, estarei aberto a uma negociação franca e leal com os credores. Não quero confrontação. Não quero impor fórmulas. Mas não aceitarei contratos de adesão que determinem unilateralmente caminhos e soluções. Negociar significa aceitar a diversidade de interesses e, ao mesmo tempo, admitir que existe um interesse maior: a chegada ao ponto de encontro que sirva a todas as partes.

As perspectivas de aproximação são claras e tenho certeza de que, ao esforço brasileiro de sanear as finanças públicas, de modernizar a economia, corresponderá necessariamente uma atitude positiva da comunidade financeira internacional.

A palavra de ordem do meu Governo, no plano internacional, é só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transformação mundial. O único caminho apontado pelo interesse nacional é a integração gradual, mas constante e segura, à plenitude do processo econômico. Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. Essa é a real vocação do Brasil.

Senhores Congressistas,

Filho e neto de políticos, trago no sangue o sentimento da vida pública como dever e como missão. Não viver da política, mas viver para a política, como nobre forma de servir à comunidade: eis o lema com que me dediquei à vida pública, inspirado em meus maiores e sintonizado com os valores de minha geração. É esse, também, o apelo que faço à nossa classe política e à sua máxima assembléia, o Congresso Nacional. Há no Brasil, como sabemos, dois tipos de elite. Há elites responsáveis, modernas e criadoras, legitimadas pela eficiência e pela qualificação. E há elites anacrônicas, atrasadas, que não hesitam em posar como donas do nacionalismo ou do liberalismo enquanto vivem à sombra de privilégios cartoriais, defendendo interesses do mais puro particularismo.

Contra o egoísmo doentio dessas elites inscrevo meu projeto de modernização do Brasil. E foi nessa mesma intenção que fiz o chamamento da classe trabalhadora à responsabilidade do poder. Meu avô, Lindolfo Collor, foi o autor da primeira Carta de direitos sociais do Brasil, como fundador e primeiro titular do Ministério do Trabalho. Coube a mim estender aos assalariados, aos trabalhadores, o convite à participação política, no próprio nível de governo. Sei que, ao proceder assim, contei com a mais viva simpatia da sociedade e, particularmente, da juventude brasileira, sensibilizada como é para o esforço de integração social do País.

Aí têm os Senhores Congressistas, em linhas gerais, meu projeto de reconstrução nacional. Creio sinceramente que ele encerra uma firme resposta de minha geração ao desafio do Brasil na modernidade. O Congresso receberá a partir de amanhã, 16 de março de 1990, as primeiras propostas específicas corporificando essa visão e essa estratégia de modernização do Brasil, de reforma do Estado, de recriação das bases do nosso desenvolvimento econômico e social. Cada uma dessas propostas, estou seguro, receberá aqui toda atenção e apoio, pois bem sabem que lhes apresento todas elas com a chancela das urnas, após uma vitória eleitoral expressiva, resultado da opção popular por nosso programa de governo e de renovação.

Não tem faltado, entre nós, a prédica da modernização. O que tem faltado, quase sempre – no nível do Estado – é uma prática coerente com aquela. Meu Governo se propõe precisamente eliminar esse hiato entre discurso e prática modernizantes. Nesse propósito é que trago à soberana consideração dos Senhores Membros do Congresso Nacional meu programa de governo.

Ao fazê-lo, volto o pensamento para nossa bandeira, símbolo da Pátria. Nela vemos retratados a dimensão territorial, os recursos naturais, a multiplicidade de regiões e o apreço do povo brasileiro pelo progresso e pela paz. Meu compromisso na Presidência da República é realizar um Governo digno das melhores qualidades da nação, um Governo capaz de erguer o Brasil à altura do valor de sua gente, e do lugar que merece no concerto das nações.

*Discurso pronunciado por
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,
Presidente da República Federativa do Brasil,
na cerimônia de posse no Congresso Nacional,
em 15 de março de 1990.*